



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SAMARA REGINA DA CONCEIÇÃO SANTOS

**FORJADAS NO CHUMBO: O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA EM SÃO
PAULO (1975-1979) E SEU ENGAJAMENTO PELA ANISTIA BRASILEIRA**

SÃO LUÍS – MA

2024

SAMARA REGINA DA CONCEIÇÃO SANTOS

**FORJADAS NO CHUMBO: O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA EM SÃO
PAULO (1975-1979) E SEU ENGAJAMENTO PELA ANISTIA BRASILEIRA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHis) da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: Poderes, Políticas e Sociabilidades

Orientadora: Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira

SÃO LUÍS – MA

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Santos, Samara Regina da Conceição. Forjadas no Chumbo: O Movimento Feminino Pela Anistia em São Paulo (1975-1979) e Seu Engajamento pela Anistia Brasileira /Samara Regina da Conceição Santos. - 2024.
97 f.

Orientador(a): Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/CCH, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Anistia. 2. Ditadura Civil-Militar. 3. Memória. 4. MFPA.
I. Oliveira, Maria Izabel Barboza de Moraes. II. Título.

SAMARA REGINA DA CONCEIÇÃO SANTOS

FORJADAS NO CHUMBO: O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA EM SÃO PAULO (1975-1979) E SEU ENGAJAMENTO PELA ANISTIA BRASILEIRA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHis) da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: Poderes, políticas e sociabilidades

Orientadora: Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira

APROVADO EM: 6/7/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr.^a Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira (PPGHis/UFMA)
(Orientadora)

Profa. Dr.^a Isabel Ibarra Cabrera (PPGHis/UFMA)

Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões (PPGHis/UFMA)

Profa. Dr.^a Mary Angélica Costa Tourinho (PROFHistória/UESPI)

Prof. Dr. Rickley Leandro Marques (DEHis/UFMA) (Suplente)

*Aos que ontem lutaram pela Anistia. Aos que
hoje lutam por 'memória, verdade e justiça.*

RESUMO

A tessitura deste trabalho tem como finalidade analisar como se iniciou o processo do Movimento Feminino pela Anistia durante os anos de 1975 a 1979 no estado de São Paulo e como tal movimento foi um importante substrato na reivindicação da Anistia. Busca-se problematizar como tais dinâmicas e eventos ocorridos dentro da atmosfera da Ditadura Civil Militar brasileira desencadearam a lei que proporcionou uma amnésia de parte da história do país e como essas dinâmicas reverberam até os dias atuais. A baliza cronológica desta pesquisa se explica pela sugestão das fontes, a partir da ótica do tempo presente. O arcabouço teórico-metodológico que dá sustentação a essa pesquisa perpassa pelas leituras e considerações a respeito dos conceitos de memória, gênero e representação. Além dessas abordagens, lançou-se o olhar para as ações de cunho político, considerando diferentes nuances dessas participações, à medida que se reconfigura a abordagem sobre mulheres, bem como a de história política.

Palavras-chave: Anistia. Ditadura Civil-Militar. Memória. MFPA.

RESUMEN

La tesitura de este trabajo tiene como finalidad analizar cómo se inició el proceso del Movimiento Femenino por Amnistía durante los años 1975 a 1979 en el estado de São Paulo y como tal movimiento fue un importante sustrato en la reivindicación de Amnistía. Se busca problematizar cómo tales dinámicas y eventos ocurridos dentro de la atmósfera de la Dictadura Civil Militar brasileña desencadenaron la ley que proporcionó una amnesia de parte de la historia del país y cómo esas dinámicas reverberan hasta los días actuales. La baliza cronológica de esta investigación se explica por la sugerencia de las fuentes, a partir de la óptica del tiempo presente. El marco teórico-metodológico que da sustentación a esa investigación está impregnado por las lecturas y consideraciones acerca de los conceptos de memoria, género y representación. Además de estos enfoques, se lanzó la mirada a las acciones de cuño político, considerando diferentes matices de esas participaciones, a medida que se reconfigura el abordaje sobre mujeres, así como la de historia política.

Palabras clave: Amnistía . Dictadura Civil-Militar. Memoria. MFPA.

ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze how the process of the Women's Movement for Amnesty began during the years 1975 to 1979 in the state of São Paulo and as such a movement was an important substrate in the claim of Amnesty. It seeks to problematize how such dynamics and events occurred within the atmosphere of the Brazilian Civil Military Dictatorship triggered the law that provided an amnesia of part of the country's history and how these dynamics reverberate until today. The chronological beacon of this research is explained by the suggestion of the sources, from the optics of the present time. The theoretical-methodological framework that supports this research is permeated by readings and considerations about the concepts of memory, gender and representation. In addition to these approaches, a look was taken at political actions, considering different nuances of those participations, as the approach on women is reconfigured, as well as that of political history.

Keywords: Amnesty. Civil-Military Dictatorship. Memory. MFPA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Therezinha Godoy Zerbini.....	37
Figura 2 - Cartaz da campanha de Anistia.....	43
Figura 3 - Nossa correspondência.....	46
Figura 4 - Manifesto da Mulher Brasileira Pela Anistia.....	49
Figura 5 - A coleta de assinaturas.....	50
Figura 6 - A nossa causa é o seu símbolo.....	57
Figura 7 - É hora de esquecer?	62
Figura 8 - Idibal Piveta e a sua aula sobre anistia.....	65
Figura 9 - Formação do Brasil Mulher.....	78
Figura 10 - “Por que a nossa luta em favor da Anistia”	82

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AI - Ato Institucional
BM - Brasil Mulher
CBA - Comitê Brasileiro da Anistia
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos Do Brasil
DOPS - Departamento de Ordem Política E Social
LSN - Lei de Segurança Nacional
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MFPA - Movimento Feminino Pela Anistia
PSD - Partido Social Democrático
UDN - União Democrática Nacional
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 A PERSPECTIVA DE GÊNERO NO "COMPLEXO" MOSAICO REPRESSIVO DA DITADURA CIVIL MILITAR	16
1.1 A DITADURA MILITAR: O PANORAMA POLÍTICO NO BRASIL NA DÉCADA DE 60.....	16
1.1.1 A gênese da Anistia em pauta: os primeiros debates e propostas	22
1.2 NA ÉGIDE DO GÊNERO: A INSERÇÃO DAS MULHERES NA DITADURA MILITAR	28
2 HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS: O PAPEL BASILAR DE THEREZINHA GODOY ZERBINI E AS (MULTI)FACETAS DO MFPA	36
2.1 O PERCURSO DE THEREZINHA GODOY ZERBINI SOB A PERSPECTIVA DO REGIME DITATORIAL	36
2.2 MFPA: GÊNESE E FACETAS	41
2.2.1 No respaldo da Lei e a questão de gênero como estratégia política: tecendo laços.....	44
2.2.2 Os núcleos.....	52
2.2.3 O Feminino e o Feminismo: contradições e estratégias no Movimento Pela Anistia.....	56
3 É HORA DE ESQUECER?	60
3. 1 IMPRENSA, BRASIL MULHER E A CAMPANHA DA ANISTIA	75
3.1.1 Formação do <i>Brasil Mulher</i> : muros ideológicos.....	77
3.3 A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA E DISCURSIVA DO BOLETIM MARIA QUITÉRIA	80
CONCLUSÃO.....	86
REFERÊNCIAS.....	88
ANEXO A – Exemplar do Maria Quitéria: boletim do Movimento Feminino pela Anistia...	94
ANEXO B – (Manchete) Idíbal Piveta, “Anistia não é perdão é um direito do povo”	95
ANEXO C – Caso Zuzu Angel em tela (Boletim do Movimento Feminino pela Anistia)	96
ANEXO D – Os Núcleos e os Novos Comitês de Anistia.....	97

INTRODUÇÃO

Esta dissertação se insere na perspectiva da História do Tempo Presente¹, pois, conforme observa René Remond (2003, p. 13), “existe (...) uma história que carrega o rastro das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações de movimentos e ideais”. A partir desse marco teórico, é pertinente analisar o processo de formação do Movimento Feminino pela Anistia, ativo no estado de São Paulo entre os anos de 1975 e 1979. Destacamos neste a sua relevância como base fundamental para a articulação e debate em torno da Anistia durante o período da ditadura civil-militar. Logo, a baliza cronológica adotada nesta pesquisa decorre da análise das fontes primárias utilizadas — especificamente - nas edições do *Boletim Maria Quitéria* (1977–1979) e o livro *A semente da liberdade* (1979) que orientam a compreensão da atuação e da evolução do movimento ao longo desse período.

É a partir desse contexto que a presente pesquisa tem como problemática central analisar o Movimento Feminino Pela Anistia (doravante MFPA) do estado de São Paulo e como este movimento se fez necessário como substrato na discussão e divulgação à respeito da seara da Lei da Anistia; outro ponto a ser analisado é essa própria lei que fora usada estrategicamente como uma espécie de esquecimento e perdão político, sendo assim usada como um instrumento de amnésia social no seio da ditadura civil militar.

Nesse sentido, Rago (1995) evidencia que as mulheres participantes desse contexto histórico ainda não se encontram devidamente representadas ou estudadas pela historiografia². Por conseguinte, configura-se como uma temática a qual carece de aprofundamento e mais estudos podendo ser explorada por historiadores e estudos afins com novas nuances e perspectivas:

¹ Koselleck nos apresenta o termo de história do tempo presente, o qual se dialoga com problematizações geradas no presente e que podem ressignificar o passado, e isso pode ocorrer por meio de experiências vividas, sendo estas capazes de ‘entrelaçar o passado e o futuro’, dessa maneira esse trabalho, não apenas se encontra inserido na história cultural, mas também se faz a partir de problematização do presente em busca de responder problematizações de como se desenvolveu a história do gênero dentro do âmbito de ditadura brasileira (Koselleck, 2006. p. 311-337).

² Em seu texto intitulado como *Desejo de Memória*, do Dossiê Memórias insubmissas: mulheres nas ditaduras latino-americanas (2009), Rago trata a respeito da participação de mulheres em lutas contra ditaduras militares a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964 – 1985), ela ainda descreve que: ‘não é demais lembrar, mais uma vez, como as mulheres estiveram presentes nas lutas de resistência às ditaduras militares implantadas na América Latina, nos anos setenta e, paradoxalmente, como têm estado ausentes (...), nos textos históricos e nas produções biográficas e autobiográficas, em que se narram os trágicos acontecimentos que marcam dolorosamente esse período’ (Rago, 1995, p. 7).

Não é demais lembrar, mais uma vez, como as mulheres estiveram presentes nas lutas de resistência às ditaduras militares implantados na América Latina, nos anos setenta e, paradoxalmente, como têm estado ausentes [...], nos textos históricos e nas produções biográficas e autobiográficas, em que se narram os trágicos acontecimentos que marcam dolorosamente esse período (Rago, 1995, p. 7).

Ainda sob à luz da historiografia, o questionamento do modelo de história³ - patriarcal, branco e heterossexual – e as produções francesas ocorridas durante o início do século XX, permitiram que o campo da historiografia tradicional se renovasse, passando a gravitar em torno da Escola dos Annales. Essa ruptura possibilitou estudos de uma pluralidade de temáticas, de narrativas, de novos sujeitos e de grupos antes esquecidos pela sociedade (Burke, 1992).

Em consequência desses novos feixes de estudos, a História passou a dedicar num espaço para trabalhos sobre a história das mulheres, não raro também começou a se estudar a questão do gênero e, dessa maneira, os estudos direcionados às mulheres passaram a ter visibilidade no âmbito historiográfico mundial e brasileiro. Então, a partir da década de 1980 foram ampliadas as temáticas em relação à história das mulheres no Brasil, abrindo margem para estudos acerca delas no cotidiano. Isto em diferentes situações observando-as em suas diversidades: trabalhadoras, prostitutas, loucas, negras, travestis, corpo. Daí, com essa inserção feminina houve um alargamento não somente nas produções, mas também nos discursos historiográficos acerca da temática (Rago, 2009).

No que concerne ao Brasil, ainda nessa esteira historiográfica, faz-se mister ressaltar que no campo de estudos da história das mulheres veio ascender com novas perspectivas historiográficas no fim da década de 1970 com a ascensão do Feminismo. Todavia, este não é caracterizado como história de gênero, sendo atribuído apenas a categoria “mulher” e “mulheres” em muitos dos escritos historiográficos. A historiografia ainda se beneficia pouco da reflexão de gênero; já o estudo de gênero é constituído pela análise social entre homens e mulheres como elementos constituintes de uma sociedade, pois:

O saber a respeito das diferenças sexuais [...] produzido de maneira complexa no interior de *epistemes*, têm elas [...] uma história autônoma (ou quase). Seus usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder, dominação e de subordinação são construídas (Scott, 1995, p. 12).

³ A história fundamentou-se como ciência com a passagem do Iluminismo para o Romantismo, durante o séc. XIX. O ‘fazer história’ se modificou e a corrente historiográfica, conhecida como historiografia positivista ou metódica, que se encontrava entrelaçada com a tradição historiográfica alemã, tendo como base os estudos rankeanos, passou a conviver e a ser questionada pela *nouvelle histoire* (Martins, 2015, p. 12).

Logo, a pretensão de pesquisar o envolvimento feminino no contexto ditatorial foi exatamente o fato de que apesar dessas mulheres hoje serem reconhecidas como sujeitos históricos, ainda há possibilidades - no campo historiográfico - de se pensar e construir. No que diz respeito à repressão de ditaduras militares, enquanto à questão de gênero - fazendo-se referência às mulheres – faz-se mister o entendimento de algumas especialidades dentre elas: os tipos de experiências e as características de suas atuações⁴ em determinados grupos. Havendo, portanto, diferenças a ser consideradas no protagonismo feminino nas ditaduras em relação aos homens.

No que tange ao arcabouço teórico-metodológico que dá sustentação a esta pesquisa, perpassa pelas leituras e considerações a respeito dos conceitos de memória, gênero e representação. Além dessas abordagens, lançou-se mão do olhar para ações de cunho político, considerando diferentes vieses dessas participações à medida em que se reconfigura a abordagem acerca das mulheres, bem como a de história política⁵.

Além disso, a metodologia empregada na tessitura desta pesquisa se deu por diversos procedimentos que dialogam entre si. Neste sentido, o tempo investido na primeira parte desta investigação remete-se à pesquisa bibliográfica⁶, a qual se discutirá o contexto da ditadura civil-militar brasileira e a inserção das mulheres nesse contexto, levando em consideração os múltiplos discursos sobre o comportamento inerente e as questões políticas que estavam ligadas somente ao mundo dos homens.

Para além da análise desses discursos, trazemos exemplos de mulheres ativas na atmosfera da vida pública no referido contexto. Autoras como Ana Maria Colling e sua obra *A resistência da mulher à ditadura civil-militar no Brasil*; Carla B. Pinsky e sua obra *Nova História das Mulheres no Brasil* e; Joan Scott com *Gênero: uma categoria de análise útil à*

⁴ A exemplo dessas experiências, podemos citar o lugar dessas mulheres que eram mães e esposas que usaram o artifício da emoção e sensibilidade como uma articulação política de resistência à repressão de ditaduras militares. Butler vai tratar dessas ações como de “performances de gênero”, a qual se é naturalizado característica de mulheres, tais como o amor materno e zelo da família. A exemplo disso, temos o movimento *Las Madres da Plaza de Mayo*, que usaram do sentimentalismo e das emoções como uma estratégia política para lutar contra a repressão da ditadura Argentina, a fim de trazerem os seus filhos e netos sequestrados pela ditadura argentina; e no Brasil podemos citar o próprio MFPA em que diversas vezes recorreu ao discurso familiar e humanitário para que não fossem alvos diretos da ditadura militar: ‘como enfrentar mulheres que utilizam publicamente a condição de mãe, figura exaltada pelos discursos oficiais? A única coisa que desejava era encontrar os filhos e cuidar deles’ (Duarte, 2009. p. 29 - 35).

⁵ De acordo com Rémond, “A história política não concentrou sempre sua atenção em alguns personagens de prestígio, que se agitavam em prosa e faziam esquecer as multidões laboriosas, combatentes e sofredoras?” (2003, p. 17).

⁶ Parte das fontes encontra-se no acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH). Disponível em: <http://www.leg.h.cfh.ufsc.br>.

análise histórica. Estas autoras supracitadas nos subsidiaram na construção do pensamento político acerca da questão de gênero no que diz respeito ao âmbito público e privado.

Vale ressaltar que nessa análise bibliográfica, a principal fonte para desenvolvimento deste trabalho foi o periódico⁷ *Maria Quitéria*⁸. Este visava à divulgação das principais ideias que permeavam o MFPA, sendo a principal delas a discussão acerca da Anistia que fosse ampla e geral. O boletim em questão circulou entre os anos de 1977 e 1979, sendo suas principais reivindicações - a paz e a anistia para presos e exilados políticos. Sua linha “editorial” estava voltada para aprovação da Lei da Anistia sob o prisma feminino e não feminista (Zerbini, 1979).

No cerne dessa discussão, é válido destacar que somos produtos de uma sociedade que é culturalmente patriarcalista, cujas mulheres⁹ “são uma leve sombra” da historiografia estando assim por séculos restringidas ao espaço privado¹⁰. E posto que o discurso patriarcal imposto na sociedade reforçou a ideia de que as mulheres não nasceram para adentrar os espaços públicos e políticos, durante a década de sessenta, a mulher passou a ganhar o seu espaço na historiografia brasileira ocupando espaço enquanto sujeito da história.

Diante os fatos arrolados, as mulheres, então, passaram a ter uma nova roupagem, uma espécie de interface entre o espaço público e o privado. Jelin (2009) destaca que os sistemas ditatoriais da América Latina, as mulheres foram vítimas de forma direta e indireta (e este é o papel em que são visualizadas com mais frequência: como parentes das vítimas: mães e avós, em menor grau esposas, irmãs, filhas, namoradas).

Isso ocorreu dado as relações familiares em que elas se encontravam inseridas. Portanto, podemos inferir que o sistema repressivo afetou de maneira direta os papéis de gênero no seio familiar, isto é, as mulheres. Com efeito, passaram a atuar mais no espaço público e

⁷ O periódico *Maria Quitéria* contou com quatro números, sendo os dois primeiros números no ano de 1977, o seu terceiro número no ano de 1978 e seu quarto número no ano de 1979. Esse boletim era distribuído em eventos do MFPA e pelos núcleos espalhados pelos estados brasileiros.

⁸ Podemos inferir sobre *O Boletim Maria Quitéria* é que ele costumava trazer poucas fotos, não obstante traz muitas ilustrações e quase todas formuladas por algum questionamento ou com algum tipo de representação. Falar de representação pode ser algo muito amplo e ambíguo, pois nessa relação encontram-se inseridas múltiplas relações e interesses que podem a vim se estabelecer, tanto pela ausência, como pela presença, a representação em si, não é uma cópia do real, mas, sim, uma construção perfeita da imagem ou do reflexo do que deverá ser real. Diante desse quadro de representações, nos apropriamos das palavras de Pesavento que relata: “as representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, (...). Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (Pesavento, 2005, p. 39).

⁹ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005, p. 33.

¹⁰ Nesse caso é válido destacar que as mulheres negras, pobres e periféricas, desde sempre estiveram inseridas no mercado de trabalho informal, seja trabalhando como faxineiras, vendedoras em grandes centros urbanos e entre outros trabalhos informais (em Raquel Soihet (2013) e seu artigo: *Conquista do espaço Público*).

político. No contexto ditatorial brasileiro não foi diferente, de acordo com Duarte (2009), a ascensão do regime militar põe os núcleos familiares em ameaça com a separação de entes queridos. Isto quando - de certa maneira - o Estado passa a se transformar em inimigo desses núcleos familiares e das mulheres dos setores médios urbanos que - até então - se encontravam restritos ao âmbito privado, passam então a ocupar mais os espaços públicos (Duarte, 2009, p. 24).

E a partir desse contexto que se fez necessário para o substrato dessa pesquisa a análise de trabalhos que abordam o Movimento Feminino Pela Anistia, obras como as de: *Maria Quitéria: o Movimento Feminino Pela Anistia e sua imprensa (1975-1979)*, fruto da dissertação de mestrado de Maria Cecília Conte Carboni, defendida em 2008; *Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)*, tese de doutorado de Ana Rita Fonteles Duarte (2009) e *O Movimento Feminino pela Anistia: o engajamento e a participação das mulheres catarinenses entre 1975 e 1979*, produzido por Mariane da Silva, defendido em 2015.

Focando nas relações de gênero, Duarte defende que, em momentos de crise, o gênero pode desempenhar diversas funções políticas. Um exemplo que ela cita é o movimento argentino das Mães da Praça de Maio. O uso do lenço branco que remete ao papel social de mães e avós em busca de seus filhos e netos desaparecidos. Essa representação, por sua vez, também servia como uma estratégia política: ao evocar a figura materna, permitia que essas mulheres ocupassem o espaço público, conquistassem apoio da sociedade civil e conseguissem mitigar a repressão dos agentes estatais.

Além das leituras acima, também se faz necessário o uso do livro *Anistia: semente da liberdade*, lançado em 1979, por Therezinha Godoy Zerbini. Nesta obra encontram-se reunidos discursos a respeito do movimento feminista pela anistia, reportagens e entrevistas concedidas pela autora. Esse aparato nos possibilita um diálogo direto de como esse movimento foi se desenvolvendo e de que modo ele teve a sua importância dentro da conjuntura social a qual estava inserido.

Em outras palavras a proposta inicial seria uma anistia ampla, irrestrita e geral para todos aqueles que de alguma maneira se viram prejudicados pelo autoritarismo da ditadura civil-militar, bem como aos que cometeram crimes de tortura, sequestro, desaparecimento, morte e estupros com motivação política em interrogatórios e prisões causados pelos agentes do Estado.

Dessa forma, a presente dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo, de caráter introdutório e contextual, propõe um panorama do período da ditadura civil-

militar, com especial atenção à inserção das mulheres nesse cenário repressivo. Busca-se, ainda, compreender de que maneira os estudos de gênero contribuem para uma análise mais aprofundada dos papéis sociais atribuídos às mulheres durante esse período, permitindo uma leitura crítica das dinâmicas de poder e resistência vivenciadas por elas. Para isso utilizamos a perspectiva alguns autores chaves, tais como: Bourdieu (1998), Jelin (2009), Colling, (2006) e Scott (1989).

No segundo capítulo, intitulado como “Histórias entrelaçadas: o papel basilar de Therezinha Godoy Zerbini e as (multi)facetas do MFPA”, buscamos dissertar sobre a trajetória da líder Therezinha Godoy Zerbini e de que maneira ela mobilizou vários grupos de mulheres durante a ditadura civil-militar com a finalidade de criar um movimento em prol da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita. Nesse capítulo analisamos o surgimento do MFPA, a expansão em núcleos e como ele se mobilizava para discutir a campanha da anistia.

No terceiro capítulo pormos em relevo a imprensa, mais especificamente, o *Boletim Maria Quitéria*, um dos principais veículos utilizados pelo Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) para a articulação política e divulgação da luta pela anistia no Brasil; além da formação do Brasil Mulher e suas questões ideológicas acerca do feminino x feminismo. Isso por meio da análise e formação desses periódicos, investigamos como o MFPA atuou na construção de uma memória política coletiva e de que maneira o Boletim contribuiu para visibilizar debates sobre a Lei da Anistia, os desaparecimentos forçados e as violações cometidas pelo regime civil-militar.

Além disso, discutiremos também como a própria Lei da Anistia foi construída social e politicamente como um mecanismo ambíguo — ao mesmo tempo símbolo de reconciliação e instrumento de esquecimento — e como seus efeitos ainda reverberam no presente, impactando as formas de narrar, lembrar e reivindicar justiça no Brasil contemporâneo.

1 A PERSPECTIVA DE GÊNERO NO "COMPLEXO" MOSAICO REPRESSIVO DA DITADURA CIVIL MILITAR

Gênero: categoria que indica por meio de designações uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas. Há gêneros masculino, feminino e neutro.

(Dicionário Aurélio Buarque de Holanda).

Nesse primeiro capítulo buscamos fazer uma breve exposição sobre o contexto político brasileiro instaurado na década de 1960, pois as mudanças que antecederam a ditadura civil-militar foram envolvidas em uma verdadeira teia, na qual múltiplos interesses estavam envolvidos; interesses estes que tiveram suas raízes ainda no contexto da luta ideológica que se estabeleceu no mundo pós-guerra. Engloba-se, nesse ínterim, as arbitrariedades cometidas pelos governos militares e a transição política na época.

1.1 A DITADURA MILITAR: O PANORAMA POLÍTICO NO BRASIL NA DÉCADA DE 60

Partindo de outubro de 1960, Jânio Quadros ascendeu¹¹ a presidência da república, em sua campanha, respaldado pelo apoio da UDN, do Partido Libertador (PL), do Partido Democrata Cristão (PDC) e do Partido Republicano (PR), centrou-se no discurso moralista, estabilidade fiscal das finanças públicas e o combate contra a corrupção. Seu lema era: "varre, varre vassourinha" que simbolizava a aspiração de eliminar a corrupção do país. Pois na conjuntura brasileira em que o país se encontrava, o recém-eleito presidente Jânio Quadros e seu vice João Belchior Goulart (Jango), confrontavam-se com dilemas governamentais.

E esse *jingle* de campanha composto por Maugeri Neto e Fernando Azevedo de Almeida e, interpretado por Alcides Gerardi, trazia os seguintes versos: *Varre, varre, varre vassourinha! // Varre, varre a bandalheira! // Que o povo já 'tá cansado // De sofrer dessa maneira // Jânio Quadros é a esperança desse povo abandonado! // Jânio Quadros é a certeza de um Brasil moralizado! // Alerta, meu irmão! // Vassoura, contrterrâneo! // Vamos vencer com Jânio!* Trecho que ilustrava – ainda que parcialmente – a realidade da época.

¹¹ MAUGERI NETO, J.; ALMEIDA, Fernando Azevedo de. Varre, varre, vassourinha. Intérprete: GERARDI, Alcides. In: **Memorial da democracia**, 2015-2017. Jingle lançado em 1960. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/um-presidente-da-udn-um-vice-do-ptb>. Acesso em: 27 abr. 2023.

Porém, Jânio Quadros e seu vice João Belchior Goulart representavam partidos políticos com ideologias opostas, o que gerava uma parceria política bem delicada. Diante disso, essa aliança mostrou-se efêmera, uma vez que Jânio assumiu a presidência em 31 de janeiro de 1961 e renunciou em agosto do mesmo ano (Araújo, 2013), conforme o excerto de Silva (2014, p. 45):

Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpri meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo. Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública.

Nesse interim, Goulart encontrava-se na China Comunista em uma missão diplomática-comercial quando Jânio Quadros renunciou à presidência brasileira, tanto a opinião pública conservadora como os jornais da época tais como *Tribuna da Imprensa* passaram a enfatizar o perigo comunista para além das hipóteses que passaram a ser levantadas e para além dos jornais da época. Nesse sentido, Napolitano (2018, p. 27) destaca que:

Organizações como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) davam o tom das críticas ao governo, produzindo materiais de propaganda negativa e articulando os vários setores da sociedade que eram contra o trabalhismo e visceralmente anticomunistas. O Ipes foi fundado no início de 1962 pelo general Golbery do Couto e Silva, um dos coronéis do 'Memorial' Anti-janguista de 1954, e concentrou-se, inicialmente, em produzir um discurso Antigovernamental e antirreformista com a intenção de formar uma nova elite política ideologicamente orientada para uma modernização conservadora do capitalismo brasileiro. Também foi importante na articulação entre setores civis e militares, sobretudo quando a crise política se tornou aguda, a partir do final de 1963.

Para compreender as circunstâncias que envolveram a renúncia de Jânio Quadros à presidência do Brasil em 1961 é importante analisar que a própria renúncia de Quadros não teria passado de um jogo político, pois ele tinha motivos para acreditar que a sua renúncia não seria vista com bons olhos diante o Congresso, pelas Forças Armadas e nem mesmo pela a sociedade. A manobra consistia no fato do seu vice, João Goulart, ser odiado pela direita civil brasileira e militar, sendo assim queria voltar a presidência com um governo mais forte e glorificado pelo povo e Forças Armadas (Napolitano, 2018).

Quando João finalmente assumiu o poder da presidência, ainda em 1961, a atmosfera política encontrava-se instável, porém não tardou que as crises políticas começassem a surgir devido a suas inúmeras promessas de reformas sociais, econômicas e políticas que tinham como objetivo tornar o país menos desigual. Tais condutas de JG acabou por gerar conflitos internos e mudanças significativas em relação a sua imagem pressupondo que ele flertava com comunistas. Napolitano (2018, p. 10) destaca que:

Jango era visto como amigo dos comunistas, incompetente em questões administrativas, irresponsável como homem político que incrementava a subversão, enfim, um populista que prometia mais do que poderia dar às classes populares. A esquerda, que até esperava o golpe contra as reformas, não conseguiu se articular e reagir, experimentando uma de suas maiores derrotas políticas na história do Brasil.

Por outro lado, a imprensa alertava sobre a ameaça iminente do comunismo, caso Jango viesse a assumir a presidência do Brasil. Dessa maneira, a Constituição era clara que enquanto João Goulart se encontrava ausente, o atual presidente da Câmara que deveria assumir, nesse caso Ranieri Mazzilli, a presidência. Logo, excerto consoante a Silva (2014, p. 38):

O jornal indicava o impeachment ou a renúncia de João Goulart como saídas possíveis para a crise política, utilizando-se de um discurso anticomunista como justificativa. Os jornais de vertentes mais conservadores não aceitavam a posse de Jango por conta de seu posicionamento mais voltado para uma política de esquerda e pró trabalhadores.

Em decorrência disso, múltiplas mobilizações tomaram conta do país, havia manifestações civis, militares e de grandes empresas. Todavia, medidas políticas foram impostas para garantir a posse de Jango. À medida que o tempo passava, uma intensa demonstração de apoio ao golpe começava a se formar. Multidões se reuniam para participar da Marcha da Família¹² com Deus pela Liberdade, um verdadeiro símbolo de vitória. Essa cena se repetia em várias cidades brasileiras durante os meses de abril, maio e junho. O golpe, ou a revolução, era aclamado por um grande número de brasileiros. As ruas do país ecoavam com fervor e entusiasmo em apoio a esse novo capítulo na história nacional (Quadrat, 2006).

¹² A Camde foi um movimento liderado por mulheres da extrema direita conservadora e outros grupos sociais que almejam promover um golpe militar, como descrito por Cordeiro (2009). Esse apoio se manifestou por meio da CAMDE - Campanha da Mulher pela Democracia - que surgiu em 1962 no estado do Rio de Janeiro. A CAMDE desempenhou um papel fundamental na organização e execução da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Segundo Rollemberg (2011), essa marcha abriu caminho para uma série de manifestações que buscavam a intervenção das forças armadas no país.

A luta pelas ‘reformas’, na visão da imprensa liberal afinada com o discurso anticomunista da Guerra Fria, tinha se tornado a desculpa para subverter a ordem social, ameaçar a propriedade e a economia de mercado. Nessa perspectiva, o presidente Jango era refém dos movimentos sociais radicais liderados pelo seu cunhado, Leonel Brizola, ou pior, era manipulado pelo Partido Comunista Brasileiro (Dreifuss, 1981, p. 231).

Parte dos civis que apoiaram o golpe de 1964 acreditava que os militares apenas deporiam o presidente João Goulart e, em seguida, devolveriam o poder à antiga oligarquia, preservando a hierarquia social e transferindo o controle do Estado para os políticos de direita. No entanto, os militares permaneceram no poder por 21 anos, pois não confiavam que os civis seriam capazes de conduzir esse processo conforme seus interesses. De acordo com o historiador Marcos Napolitano, embora a sociedade tenha, em parte, apoiado o golpe, o regime instaurado foi essencialmente militar. As Forças Armadas assumiram o controle do Estado, recebendo apoio de setores da população e favorecendo determinados grupos civis, mas mantiveram sob seu domínio direto o comando político e institucional do país.

Quando finalmente veio o golpe com a derrubada do governo constitucional de João Goulart (PDB), em 31 de março de abril de 1964, iniciou-se a implantação da Ditadura Civil-Militar. Dito isso, foram inúmeros os pretextos para a intervenção civil militar que iam desde salvar o Brasil de um Estado de subversão comunista até estabelecer uma democracia. Mesmo nesse primeiro momento da implantação da ditadura civil-militar brasileira, já é possível notar os primeiros resquícios de repressão, segundo Quadrat (2006, p. 30):

O golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais. O quadro geral da Guerra Fria, obviamente, deu sentido e incrementou os conflitos internos da sociedade brasileira, alimentando velhas posições conservadoras com novas bandeiras do anticomunismo. Desde 1947, boa parte das elites militares e civis no Brasil estava alinhada ao mundo ‘cristão e Ocidental’ liderado pelos Estados Unidos contra a suposta ‘expansão soviética’. A partir da Revolução Cubana, em 1959, a América Latina era um dos territórios privilegiados da Guerra Fria. Este pensamento, alinhado à ‘contenção’ do comunismo, foi fundamental para delinear as linhas gerais da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), propagada pela Escola Superior de Guerra. A DSN surgiu no segundo pós-guerra, sintetizada pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, e tem suas origens na Doutrina de Contenção do Comunismo internacional, também conhecida como Doutrina Truman (em alusão ao presidente dos EUA, Harry Truman, que a formulou em 1947).

Logo após a efetivação do golpe pelos militares, é imediatamente colocado em prática um sistema de controle informacional e de legitimação legal das ações políticas militares (Abrão, 2021). Nesse procedimento “legal”, o Estado tinha como objetivo mascarar o seu

autoritarismo por meio do uso da lei, tais como os do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dos Atos Institucionais (AIs). Desse modo, Araújo (2006) destaca que a ditadura militar brasileira procurou sempre manter uma fachada de institucionalidade mascarando seu autoritarismo com dispositivos democráticos, mesmo que em sua maioria caricaturais, pois:

Seguindo as características muito próprias do regime militar no Brasil, demonstra a preocupação dos militares em ‘legalizar a ditadura’, ou seja, tornar institucionais as arbitrariedades, negando, portanto, o caráter ditatorial do regime, amparado na lei. Ao contrário o golpe, a violação da Constituição de 1946 e toda a legislação autoritária do período, jamais reconhecidos nesses termos justificaram-se em defesa da democracia (Rollemberg, 2006, p. 143).

Conforme o decorrer do tempo, a intensificação da repressão a ditadura se fazia mais presente dentro da sociedade brasileira: episódios de violência e tortura passaram a ser mais frequentes e milhares de brasileiros tiveram que deixar o Brasil como exilados (Gaspari, 2002a). Outrossim, muitos funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, centenas de políticos tiveram seus mandatos cassados e quase quinhentos oficiais foram punidos; nas organizações de trabalhadores, expurgaram mais de dez mil pessoas (Abrão, 2021):

No início e no fim dessa partida entre a tortura e a sociedade estão os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. Ambos participaram dos primeiros lances da construção, em 1964, de um aparelho repressivo incapaz de conviver com um regime constitucional. Geisel, colocado por Castello na chefia do Gabinete Militar da Presidência, estava no olho do furacão da usina de punições políticas instalada no amanhecer do regime. Golbery, concebendo, organizando e dirigindo o Serviço Nacional de Informações, criou o núcleo da rede de espionagem e repressão que, a partir de 1968, tomaria conta do Estado (Gaspari, 2002b, p. 134).

Sendo assim, a violência contra todo e quaisquer que fossem contra o regime militar brasileiro passou a ser lei. Abrão (2021) destaca que no final da década de sessenta os militares adotavam práticas de tortura da maior crueldade, embora tentassem salvar as aparências, tornando casos de violência em fatos isolados. Com a intensificação da repressão da ditadura, diversos movimentos organizados por mulheres começaram a vir à tona, sobretudo, com a mobilização de mães, esposas e companheiras que deram início as campanhas pela anistia. Elas vislumbravam uma maneira de deixar evidente a insatisfação com as ações desencadeadas pela ditadura civil-militar contra os direitos civis, buscando assim frear esses abusos (Teles, 1999).

A implantação de nova ordem veio seguida de prisões, torturas e suspensão de garantias legais como o *habeas-corpus*. A arbitrariedade expande-se e os grupos sociais são atingidos: estudantes, trabalhadores, políticos, líderes sindicais, religiosos.

As torturas fazem parte do cotidiano. As ameaças eram forma de coagir os mais desavisados. Assassinatos e desaparecimentos tornaram-se comuns (Duarte, 2009, p. 36).

Vale destacar que esse processo ditatorial brasileiro se estendeu por quase três décadas, a instauração da ditadura civil-militar no Brasil, em 1964, marcou o início de um longo período de autoritarismo, repressão e restrição das liberdades democráticas. O golpe, conduzido pelas Forças Armadas com o apoio de setores civis conservadores, foi justificado por uma intensa campanha ideológica que associava os adversários políticos ao perigo comunista e à desordem social. Com o pretexto de restaurar a ordem e proteger os valores nacionais — como a moral cristã, a família tradicional e os bons costumes —, o novo regime se consolidou por meio de mecanismos de controle político, censura e perseguição a opositores e intelectuais. Colling o divide em três fases distintas:

O período militar brasileiro pode ser dividido em três fases distintas: a primeira, que vai do golpe em 1964 à instituição do Ato Institucional Nº 5 em 1968; a segunda fase, que corresponde ao período de maior centralização política e repressão, de 1968 a 1974; e a terceira, corresponde ao processo de abertura política, de 1974 à revogação do AI-5, em dezembro de 1978 (Colling, 2004, p. 22 - 23).

A priori, o regime civil-militar instaurado em 1964 observamos o esforço de nos moldar uma identidade nacional que valorizasse a moralidade, os costumes tradicionais e os princípios familiares cristãos. Essa narrativa foi amplamente empregada como justificativa para o golpe, além de servir para garantir o suporte social ao novo governo, fundamentando-se na ideia — amplamente propagada, mas infundada — de que a nação precisava ser resgatada do comunismo, da corrupção e de aqueles considerados "subversivos", ou seja, indivíduos e grupos que desafiavam a ordem vigente e buscavam mudanças políticas e sociais.

Durante as três etapas da ditadura, desde sua origem, os gestores do regime mostraram uma intensa preocupação em dar uma aparência de legalidade às suas práticas. Com esse objetivo, dedicaram-se a desenvolver uma estrutura jurídica que sustentasse a repressão sob a justificativa da legalidade. Diversas normas e legislações foram criadas para proporcionar um suporte institucional às ações autoritárias do governo, garantindo que seus atos fossem interpretados como legitimamente fundamentados, tanto no âmbito nacional quanto no cenário internacional.

Um dos instrumentos mais emblemáticos desse processo foi a promulgação da Lei de Segurança Nacional¹³ (LSN) a qual serviu como base legal para a criminalização da oposição política. Com ela, tornou-se possível enquadrar opositores — muitas vezes sem provas concretas — nos crimes de subversão ou traição ao regime. Assim sendo, a LSN foi utilizada como ferramenta jurídica para legitimar prisões arbitrárias, censura, perseguições e até mesmo torturas, no seio de um sistema que se pretendia ser legal, mas que violava sistematicamente os direitos humanos e o Estado democrático de direito.

Dito isso, como resultado direto da aplicação da Doutrina de Segurança Nacional e da institucionalização dos mecanismos repressivos, a década de 70 ficou marcada por um agravamento significativo da violência estatal. Nesse período, intensificaram-se os casos de prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados, especialmente, entre membros de movimentos sindicais, estudantes e de partidos de oposição ao regime. Muitos desses opositores, presos por motivos políticos, foram mortos sob custódia do Estado, sem que suas famílias recebessem qualquer explicação oficial ou acesso aos corpos — o que caracterizou a prática sistemática de desaparecimento forçado como instrumento de terror e silenciamento.

Diante desse cenário de crescente repressão, familiares dos desaparecidos passaram a se mobilizar publicamente. Denunciando os abusos e arbitrariedades cometidos pela ditadura civil-militar. Essas manifestações representaram importantes atos de resistência, sobretudo, num contexto de censura e vigilância, contribuindo para a construção da memória e da denúncia das violações de direitos humanos cometidas pelo Estado (Duccini, 2017).

1.1.1 A gênese da Anistia em pauta: os primeiros debates e propostas

As discussões em torno da anistia “ampla, geral e irrestrita” ganharam força ao longo do governo do General Ernesto Geisel impulsionadas principalmente pelos movimentos sociais, como o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs). Essas mobilizações foram fundamentais para ampliar o escopo do debate que passou a incluir não apenas a libertação de presos políticos e a reintegração de exilados, mas também pautas centrais ligadas aos direitos humanos como o direito à memória, à verdade e à justiça.

¹³ Durante a década de 1960, o cenário internacional era marcado pela intensa polarização da Guerra Fria, contexto no qual as ditaduras militares latino-americanas passaram a enxergar o comunismo como uma ameaça constante — real ou imaginada. Sob essa perspectiva, os regimes autoritários da América Latina se organizaram em torno da Doutrina de Segurança Nacional, que se tornou a base ideológica e estratégica para a sustentação desses governos. Conforme observa Comblin (1980, p. 1), essa doutrina foi concebida como um mecanismo de defesa da sociedade contra a chamada “ameaça comunista” em nível internacional, justificando práticas repressivas em nome da ordem e da segurança.

Nesse contexto, tornou-se cada vez mais urgente a exigência de esclarecimentos sobre as circunstâncias que envolveram a morte e o desaparecimento de inúmeros militantes perseguidos por razões políticas.

Um aspecto essencial a ser considerado nesse processo é o contexto da transição política brasileira. A partir de novembro de 1974, com a chegada de Geisel à presidência, o governo começou a anunciar um projeto de abertura política que foi estrategicamente definido como “lenta, gradual e segura”. Essa proposta buscava controlar o ritmo das mudanças diante do desgaste do regime militar e das crescentes pressões internas e internacionais por democratização. Nesse cenário, a anistia começou a ocupar um lugar central nas disputas políticas e simbólicas do período, não apenas como instrumento jurídico, mas como expressão das tensões entre repressão e liberdade, silêncio e memória. Nesse sentido foi:

[...] uma tentativa de empreender uma ‘transição por cima’. Ou seja, uma abertura, controlada pelo regime militar, que ampliasse os canais de participação política para as elites econômicas e políticas do país (que não se viam mais representadas pela ditadura), mas continuando a excluir as forças de oposição e, sobretudo, as classes populares (Araújo, 2006, p. 154).

A implantação deveria ocorrer aos poucos, já que o atual presidente Ernesto Geisel deveria atuar de maneira coerente em relação ao desmonte “comunidade de segurança e informações”, controlando assim os militarismos conhecidos como “linha dura”, visando assegurar um determinado controle em relação às forças armadas durante o processo de abertura política, assim:

Seria preciso, então, isolar os militares ‘duros’ que não queriam a retirada do poder. Temia-se que a abertura política trouxesse a reboque medidas que pudessem permitir investigações e punições para os crimes cometidos ao longo do regime (Ribeiro, 2012 p. 17).

Porém, ao analisarmos o panorama brasileiro, podemos observar que a anistia, não se restringiu às esferas estatais. Ela tornou-se um tema de ampla mobilização social, gerando intensos debates no próprio governo, quanto na oposição, nos movimentos sociais e na sociedade civil. Ainda durante a ditadura militar instaurada em 1964, o assunto já ocupava espaço nas discussões políticas, muito antes da promulgação da Lei da Anistia, em 1979. No governo Castelo Branco, por exemplo, já havia iniciativas parlamentares que a defendia, demonstrando que, mesmo sob severas restrições, o Congresso Nacional buscava se reposicionar politicamente frente ao novo regime autoritário, ainda que com poderes cada vez mais limitados. Conforme Silva (2019, p. 56):

Contrariando a tradição democrática brasileira — em que a concessão de anistia era uma prerrogativa do Legislativo, conforme estabelecido pela Constituição de 1891, no período da ditadura, esse processo passou a depender da iniciativa do Executivo. A Lei da Anistia, votada em 1979, poderia ser vetada ou sancionada exclusivamente pelo presidente da República, o que demonstra a centralização do poder nas mãos dos militares. A atual Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, embora represente avanços democráticos, mantém esse dispositivo ao estabelecer, em seu artigo 48, que cabe ao Congresso conceder anistia, mas condicionada à sanção presidencial — reforçando, de certa forma, um resquício do modelo autoritário anterior.

Portanto, a ideia inicial seria de uma distensão da sociedade “efetivada” por meio de estágios bem “planejados”. Sendo um desses estágios a suspensão parcial da censura que visava permitir uma determinada liberdade de expressão (Alves, 2005). Isso se dava principalmente como uma espécie de estratégia, tendo em vista a forte pressão da sociedade com o acréscimo de manifestações por parte dos setores civis em prol de uma anistia e de uma redemocratização (Araújo, 2006).

Por fim, o resultado final deste projeto seria a criação de um modelo de democracia no qual as instituições políticas de representação teriam alguma flexibilidade para permitir a participação, embora limitada no processo de tomada de decisões. No entanto, o Estado ainda manteria a capacidade de usar medidas de emergência como salvaguardas e poderes repressivos para suspender os direitos individuais e governar por meio de decretos, sempre que uma ameaça direta de contestação organizada se manifestasse (Alves, 2005).

A chamada ‘abertura política’ iniciou-se no governo do general-presidente Ernesto Geisel (1974-1979) e se estendeu pelo mandato de seu sucessor, o general João Figueiredo (1979-1985)⁵. Geisel tomou várias iniciativas que atenuaram a opressão política, como o abrandamento da censura à imprensa, a revogação de parte da legislação repressiva (como o AI-5 e o decreto-lei no 477), o restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos e a abolição das penas de morte, prisão perpétua e banimento, entre outras (Fico, 2001, p. 319).

Com o objetivo de deslegitimar a campanha pela anistia, o governo passou a promulgar novas leis. Uma das principais foi a lei n.º 6.620, de 17 de dezembro de 1978. Este dispositivo jurídico objetivava reduzir as penas para os crimes cometidos contra a segurança nacional e definir os novos crimes contra a segurança nacional. Tal estratégia acabou por estabelecer uma sistemática que acabou por permitir que muitos presos políticos pudessem ser liberados. Nesse sentido:

Para seguir controlando a distensão da ditadura, os militares passaram a anunciar as leis de sua abertura para o restabelecimento da democracia, visando uma possível permanência no aparato burocrático do Estado. Em paralelo, o controle dessa transição tratava de incluir uma autoanistia aos militares, que nunca seriam julgados nem punidos pelos crimes cometidos ao longo de duas décadas de ditadura (Abrão, 2021, p. 92).

Esse movimento em direção à anistia e à ampliação do debate político não ocorreu de maneira espontânea nem fora resultado de uma concessão desinteressada. Como destaca Carlos Fico (2001), as etapas da chamada "abertura" foram cuidadosamente planejadas, seguindo um ritmo controlado e calculado pelo então presidente Ernesto Geisel. Jarbas Passarinho, líder do governo no Senado em 1979, chegou a afirmar que “o gradualismo, planejado como se fosse uma operação de Estado-Maior, deveria prosseguir pela anistia e pela reformulação partidária” (Fico, 2001, p. 317).

Da mesma forma, José Sarney, então presidente da Arena (Aliança Renovadora Nacional), reconheceu que tanto a anistia quanto o fim do bipartidarismo estavam inseridos em um planejamento rígido; conduzido por figuras centrais do regime como o general Golbery do Couto e Silva e o próprio Geisel. Dessa forma, a chamada transição política foi, na verdade, uma manobra institucional cuidadosamente arquitetada pelos militares para preservar sua influência no Estado e garantir a impunidade por meio da autoanistia:

As etapas do processo de ‘abertura’ foram planejadas para atender ao ritmo cauteloso estabelecido por Ernesto Geisel. Jarbas Passarinho, que em 1979 era líder do governo no Senado, admitiu que ‘o gradualismo, planejado como se fosse uma operação de Estado-maior, deveria prosseguir pela anistia e a reformulação partidária’. José Sarney, antigo presidente do partido situacionista, a Arena (Aliança Nacional Renovadora), também afirmou que ‘tudo aquilo [a anistia e a extinção do bipartidarismo] era uma coisa feita segundo um planejamento rígido, em nível de Estado-maior, pelo Golbery de Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil] e pelo presidente Geisel’ (Fico, 2001, p. 317).

Essas declarações reforçam a compreensão de que a chamada abertura política — com destaque para o debate sobre a anistia — foi conduzida como parte de uma estratégia de controle do processo de transição. Longe de ser resultado de uma concessão espontânea, tratava-se de um plano meticulosamente arquitetado pelas altas esferas do regime para garantir que qualquer avanço em direção à democratização ocorresse sob seus próprios termos. Nesse sentido, o protagonismo dos movimentos sociais e das famílias de presos e desaparecidos políticos se torna ainda mais significativo, pois tenciona esse planejamento oficial com demandas por verdade, justiça e memória.

Mesmo com o projeto governamental que visava uma anistia cujo discurso vinha ser o de “justiça de transição”, os movimentos que lutavam em prol da lei continuaram com as discussões. Isso pelo fato do projeto não abranger a libertação dos presos políticos de imediato, de acordo Silva (2019, p. 70) “Dezenas de presos políticos permaneceram encarcerados após a Anistia, sendo soltos apenas por força de mudanças introduzidas, meses antes, na Lei de Segurança Nacional”. Ademais:

Projeto de lei encaminhado pelo general Figueiredo. O MDB sugeriu a convocação de entidades representativas da sociedade civil, como a Associação Brasileira de Imprensa (AIB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para participarem do debate, mas a proposta foi derrotada por 13 votos da ARENA contra 7 do MDB. No total, foram realizados oito encontros para analisar 306 pedidos de emendas. O projeto apresentado pelo general recebeu 306 emendas. Das 210 proposições apresentadas pelo MDB, apenas 42 parcialmente foram aceitas pelo relator, que era da ARENA.¹⁶⁰ Na maioria dos encontros não houve quórum suficiente para aprovação de nenhuma medida, o que poderia evidenciar um esvaziamento pela ARENA, uma tentativa de se evitar o debate e implementar o texto como havia sido encaminhado pelo general. Prevaleceu, desta forma, o texto final encaminhado pelo Executivo, com a aprovação de irrisórias modificações sugeridas pela oposição (Bauer, 2011, p. 241).

Apesar da intensidade da luta e dos debates pela anistia e do engajamento da população civil como um todo, em 28 de agosto de 1979, o presidente da república João Batista Figueiredo aprovou a Lei nº 6.683, conhecida popularmente como Lei da Anistia, que concedia Anistia a todos que estiveram envolvidos durante o período compreendido entre 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 e que tenham cometido crimes políticos ou conexos, tais como crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal e lesão corporal:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política (Brasil, 1979.)

Após a promulgação dessa lei, o país encontrava-se dividido entre duas maneiras de encarar o passado: por um lado havia múltiplas pessoas insatisfeitas com o desfecho do dispositivo jurídico e outras que queriam apenas esquecer e seguir em frente. Essa ambivalência em torno da Lei da Anistia pode ser compreendida à luz do conceito de *experiência* desenvolvido por Koselleck. Para o autor, a experiência é o passado que ainda está presente. Que fora internalizado tanto de forma consciente quanto inconsciente — ela carrega marcas,

memórias e sentidos que não desaparecem, mesmo que não estejam continuamente atualizados no discurso Koselleck (2006). Além disso:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia. Neste sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias (Koselleck, 2006, p. 309 - 310).

Desse modo a sociedade brasileira - por meio do perdão - acabou por silenciar suas próprias memórias. Nesse contexto a Anistia teve como finalidade maior o próprio “apagamento” da construção de uma memória social, deveria buscar em seu passado político maneiras de questionar as futuras conjunturas históricas, as mudanças e as correlações do presente.

Ao refletirmos sobre a própria palavra *anistia*, torna-se evidente que ela carrega uma tensão emblemática entre memória e esquecimento. Como observa Greco (2003), há no termo uma sobreposição dos sentidos de *anamnesis* (reminiscência) e *amnesia* (esquecimento); o que revela o conflito entre o impulso de lembrar para fazer justiça e a tendência histórica ao silenciamento institucional. A etimologia remete ao esquecimento — *amnêtos*, aquilo que foi obliterado da memória —, mas a luta política empreendida por movimentos sociais e pelos familiares de mortos e desaparecidos desafia esse apagamento, reivindicando a memória como ferramenta de reparação, reconhecimento e verdade.

Pensar a anistia no Brasil, portanto, é também enfrentar a forma como o país lida — ou evita lidar — com suas feridas históricas. Em uma sociedade a qual o esquecimento foi institucionalizado como estratégia de reconciliação, a memória se torna um ato de resistência. A anistia, por outro lado, longe de ser um gesto neutro de perdão ou um simples instrumento jurídico, configura-se como um território de disputa simbólica e política - entre a imposição do silêncio e o compromisso ético de lembrar. Nesse embate, está em jogo não apenas o passado, mas a possibilidade de construir um futuro democrático verdadeiramente comprometido com a justiça e os direitos humanos.

1.2 NA ÉGIDE DO GÊNERO: A INSERÇÃO DAS MULHERES NA DITADURA MILITAR

O presente subcapítulo tem como objetivo conjugar as ações femininas no quadro repressivo no contexto da ditadura civil-militar brasileira, sendo de suma importância destacar essa abordagem para se compreender os acontecimentos que desencadearam o processo da anistia brasileira em sua origem. Segundo Perrot (2005, p. 9-10), durante muito tempo, a presença das mulheres foi associada quase exclusivamente ao espaço doméstico e privado, o que resultou em sua exclusão das narrativas historiográficas, tanto no Brasil quanto no mundo.

Nesse contexto, é possível afirmar que, enquanto grupo historicamente marginalizado, as mulheres tiveram suas experiências e contribuições silenciadas ao longo do tempo — uma constatação que deve ser respaldada por fontes como a própria Perrot, a fim de não se basear apenas em opiniões pessoais. Tal fato as fez permanecer na invisibilidade sob o prisma social. Durante muitos anos, regras comportamentais foram impostas ao gênero feminino. À título de ilustração, foram limitadas a seguir religiões, sistemas políticos calcados pela sociedade patriarcal até então vigente.

Esse sistema predeterminava a ação feminina no âmbito familiar, com raras exceções de algumas mulheres as quais ousaram romper a cultura do medo, pois o poder simbólico do silêncio as calou ou tentou silenciá-las por décadas, pois segundo Perrot (2005, p. 10): “o silêncio era ao mesmo tempo disciplina do mundo, das famílias e dos corpos, regra policial, social, familiar, [...] o pudor é sua virtude, o silêncio sua honra”. Essa imposição não era apenas resultado da repressão direta, mas de um conjunto de normas simbólicas profundamente enraizadas nas estruturas sociais.

Nessa perspectiva, Bourdieu (1998) destaca que o poder simbólico é um poder que se encontra em constante construção, costuma ser invisível e estabelecido de maneira indireta, muitas vezes naturalizando regras e normas no convívio social, com o intuito de construir uma ordem na realidade. Essa manifestação abstrata, condicionado ao universo feminino, foi historicamente instituído por sociedades que definiram papéis de gênero, predominantemente, associando as mulheres à função de procriação familiar, com poucas exceções. Por intermédio da autora francesa Simone de Beauvoir difundiu-se a ideia de que ninguém *nasce mulher, torna-se mulher* (grifo nosso), sendo um produto intermediário da civilização entre o macho e o que a sociedade define como feminino:

Os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação de dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra, (violência simbólica), dando o reforço de sua própria força [...] contribui assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados (Bourdieu, 1998, p. 11).

Por isso é relevante entender – conforme o excerto - para além da semântica e concepções do poder simbólico - a questão do/de gênero. Haja vista que falar em gênero, ao invés de sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia, mas, é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política. A ideia de gênero e a diferença de sexos baseada na cultura é produzida pela história, na tentativa de desconstruir o universal e mostrar a sua historicidade (Colling, 2006). Neste enquadramento, a história de gênero vem como arcabouço teórico que tem como finalidade introduzir na história os sujeitos para além do seu sexo, de modo que não se trata apenas da história das mulheres, mas, sim, de todos os outros sujeitos inseridos numa sociedade.

Portanto a função principal dos estudos de gênero está em questionar as problemáticas sociais no que tange aos papéis sociais que são destinados a homens e mulheres. É justamente nesse viés que buscamos entender como se deu a representação da figura feminina na ditadura civil-militar, segundo o abordado por Chartier (1988, p. 22) em:

As lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem. Ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais, e o exercício da dominação, qualquer que seja, graças a violência simbólica.

Diante esse fragmento de Chartier (1988), ao se refletir sobre a história da repressão durante o período ditatorial, é notável que é uma história sob o prisma masculino. Tem-se a figura do homem, forte e provedor o qual ainda prevalece como um agente predominante¹⁴, seja na literatura ou na própria história. É precisamente nesse ponto que se pode identificar a exclusão das relações de gênero, tendo em vista o não (re)conhecimento das mulheres que lutaram de maneira exemplar pela redemocratização do país por exemplo; ademais a figura feminina ainda é muito silenciada quando abordamos esse contexto histórico, posto que:

¹⁴ De acordo com Perrot (2005, p. 9-10), as mulheres foram apresentadas como indissociáveis do âmbito privado, estando “apagadas” dos relatos da historiografia mundial e brasileira, na segunda metade século XX produções femininas passaram a ganhar espaço dentro do âmbito público que até então era dominado pelo público masculino.

Na história do regime militar brasileiro, como em todos os projetos políticos autoritários, a construção de sujeitos ocorre de forma unitária e não diversificada. A sociedade é dividida em dois blocos antagônicos: situação e oposição, igualando-se os sujeitos. A esquerda tradicional repete a mesma fórmula: ou se é sujeito burguês ou proletário. As diversidades são entendidas como divisionistas da luta principal. Estes dois discursos anulam as diferenças e constroem sujeitos políticos únicos, desconsiderando a presença feminina e enquadrando-a em categorias que a desqualificam. Nesta medida, institui-se a invisibilidade da mulher como sujeito político (Colling, 2006, p. 6).

No que diz respeito à representação das mulheres nos espaços de reivindicação política e social durante o período da ditadura militar, a imagem que frequentemente emerge é a de figuras secundárias, coadjuvantes nos processos de transformação histórica. Essa representação não apenas reduz a participação efetiva das mulheres nesses movimentos, mas também reforça um contraste de gênero que atravessa o tempo e persiste nas percepções contemporâneas sobre os papéis atribuídos a homens e mulheres no espaço público. Enquanto os homens são tradicionalmente associados à liderança, à racionalidade e à ação política; as mulheres costumam ser relegadas à esfera privada, vistas como auxiliares ou como suporte emocional/logístico dos movimentos.

Tal percepção é um reflexo direto de uma construção social arraigada, que ainda delimita e hierarquiza os espaços de atuação de cada gênero, como enfatizam diversos estudos sobre a divisão simbólica do trabalho e da cidadania. Ao invisibilizar ou minimizar a presença feminina nas lutas por direitos, reitera-se uma narrativa que privilegia o protagonismo masculino e obscurece o papel ativo e fundamental que muitas mulheres desempenharam — e ainda desempenham — nos processos de mudança social. Jelin (2009, p. 127) relata-nos que:

También el poder que se ejerció en la represión directa se da en el marco de relaciones de género. El modelo de género presente identificaba la masculinidad con la dominación y la agresividad, características exacerbadas en la identidad militar, y una feminidad ambivalente, que combinaba la superioridad espiritual de las mujeres (inclusive las propias ideas de “Patria” y de “Nación” están feminizadas) con la sumisión y pasividad frente a los deseos y órdenes de los hombres. Los rituales del poder en el escenario público (saludos militares, desfiles, etc.) tenían un carácter performativo, en el que se desplegaba sin matices la dualidad entre el actor/poder masculino por un lado y la pasividad/exclusión feminizada de la población o audiencia por el otro. El poder masculino militar en la esfera pública, con sus rituales y prácticas de representación repetitivas en uniformes, desfiles, exhibición de armas, etc., se acompañaba con performances materializadas en cuerpos y en prácticas concretas en los espacios específicos de la represión, en los lugares de tortura¹⁵ (Jelin, 2009, p. 558).

¹⁵ O poder exercido na repressão direta também ocorre no âmbito das relações de gênero. O modelo de gênero vigente identificava a masculinidade com a dominação e a agressividade, características exacerbadas na identidade militar, e uma feminilidade ambivalente, que combinava a superioridade espiritual da mulher (até as próprias ideias de “Pátria” e “Nação” são feminizadas) com a submissão e a passividade diante dos desejos e ordens dos homens. Os rituais de poder na esfera pública (saudações militares, desfiles, etc.) tinham um caráter performático, no qual a dualidade entre o ator/poder masculino, de um lado, e a passividade/exclusão

Ao observarmos os regimes autoritários sob a ótica das dinâmicas de gênero, torna-se evidente que o exercício do poder repressivo não se limitou ao campo político ou institucional, mas também se articulou a partir de construções simbólicas profundamente enraizadas nas relações de gênero. O modelo hegemônico vigente associava a masculinidade à dominação, à força e à violência — traços exacerbados na identidade militar —, enquanto a feminilidade era moldada por uma ambivalência que oscilava entre a idealização moral e a submissão silenciosa.

Nesse panorama, os rituais de poder presentes na esfera pública como desfiles, saudações militares e exibições bélicas operavam como performances sistemáticas que reforçavam a dualidade simbólica entre o agente ativo (o homem/militar) e a figura passiva e excluída (a mulher/povo). A militarização do espaço público, portanto, não apenas manifestava uma estética autoritária, mas também incorporava práticas de gênero que naturalizavam a exclusão feminina e reafirmavam uma hierarquia simbólica baseada na virilidade.

Além disso, esses rituais eram complementados por performances de violência materializadas nos corpos e nos espaços da repressão - como centros de detenção e tortura - nos quais a lógica do poder se impunha de forma concreta. Assim, é possível afirmar que o autoritarismo operou tanto por meios diretos quanto por estruturas simbólicas, reproduzindo um regime de gênero que reforçava a centralidade masculina na manutenção da ordem e da disciplina social, visto que:

El contraste de género en estas imágenes es claro, y se repite permanentemente en una diversidad de contextos. Los símbolos del dolor y el sufrimiento personalizados tienden a corporizarse en mujeres, mientras que los mecanismos institucionales parecen pertenecer a los hombres¹⁶.

E mesmo com a presença de mulheres em determinados espaços públicos, o que é percebido como silêncio, isso exclui sua participação – como na política de uma ditadura civil-militar em que, sobretudo, os homens são mais reconhecidos nesse contexto. Nesse sentido, consideramos o pensamento de Scott (1989) que o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, portanto, é um dos meios primeiros para legitimar o poder, que se manifesta de forma violenta, penetrando em todos os

feminizada da população ou do público, de outro, era exibida sem nuances. O poder masculino militar na esfera pública, com seus rituais repetitivos e práticas representacionais em uniformes, desfiles, exibições de armas etc., era acompanhado de performances materializadas nos corpos e em práticas concretas em espaços específicos de repressão, em locais de tortura.

¹⁶ O contraste de gênero nessas imagens é claro, e é repetido permanentemente em uma diversidade de contextos. Dor personalizada e símbolos de sofrimento tendem ser incorporada nas mulheres, enquanto os mecanismos institucionais parecem pertencem aos homens (Jelin, 2009, p. 127).

estratos da sociedade. A consciência desse tratamento, por meio de produtos de gênero, tem permitido gradativamente que as mulheres se tornem mais ativas em ambientes públicos.

Nessa esteira, Scott (1989) defende a tese de que todos nós somos seres sociais e que fazemos parte da própria definição de gênero. Esta definição pode ser entendida da seguinte maneira: gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e é uma forma primeira de significar as relações de poder. Todavia, o fato de sermos tais sujeitos sociais pautados nas diferenças entre masculino e feminino faz-se que esteja constantemente nos organizando baseado nas diferenças existentes entre os sexos.

Por conseguinte, temos o gênero como a primeira forma de relação de poder e isso encontra-se inserido em todas as camadas da sociedade, posto que para Scott (1989, p. 21):

As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: [...] símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias).

Ratificamos, então, que “a história da representação do período militar de 1964-1979 é a história dos homens. As relações de gênero estão aí excluídas¹⁷”. Logo, as discussões de gênero, especialmente, no que se refere à construção social dos papéis femininos e à presença das mulheres na esfera pública, ganham contornos singulares quando analisadas à luz do regime civil-militar instaurado no Brasil em 1964. Nesse contexto autoritário, marcado por um discurso de defesa da ordem, da moral e da família tradicional, a atuação feminina foi, em grande medida, instrumentalizada por movimentos conservadores que associavam o papel da mulher à preservação dos valores cristãos e patriarcais.

Um exemplo emblemático desse processo foi a criação da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), em 1962, no Rio de Janeiro. Este movimento, composto majoritariamente por mulheres de classe média e alta, teve protagonismo na organização das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, manifestações que, sob a aparência de pacificação e religiosidade, expressavam o apoio civil ao golpe militar iminente. Como destaca

¹⁷ O fato de se colocar que a história do período militar de 1964-1979 é a uma história dos homens, não necessariamente significa que as mulheres eram inexistente nessas discussões, mas sim esclarecer, que as mesmas não eram representadas, conforme Colling, as mulheres não costumavam ser recordadas nos arquivos do DOPS, ‘[...] os documentos do SOPS e do DOPS apresentam as mulheres participantes de grupos de esquerda como um apêndice dos homens, sem vontade própria, como marionetes teleguiadas [...]’. Quando se era feita menções às mulheres, essas nunca eram tidas como sujeitos históricos, sempre eram recordadas como as mães, filhas ou esposas dos sujeitos acusados de subversão.

Cordeiro (2009), a primeira grande marcha, ocorrida em São Paulo, expressou simbolicamente a convergência de setores conservadores em torno de um consenso anticomunista, impulsionado por valores cristãos e patriarcais. A CAMDE, ao mobilizar a figura da mãe e da mulher como símbolo moral da nação, reforçou dinâmicas de gênero que colocavam o feminino não como sujeito político pleno, mas como um agente de sustentação simbólica do projeto autoritário em curso.

Consoante a Rollemberg (2011), foi essa mobilização que pavimentou o apoio civil à intervenção militar. Embora protagonizada por mulheres, a marcha foi representada publicamente como uma ação moralizadora, quase redentora. O feminino era instrumentalizado como símbolo da salvação da pátria. Tal narrativa, longe de despolitizar o ato, transcendia o campo da política tradicional, inscrevendo a figura da mulher — especialmente a mãe — como detentora de uma autoridade moral incontestável. Assim, o movimento operava numa lógica simbólica que reposicionava o feminino no espaço público, não como sujeito político autônomo, mas como vetor da restauração espiritual e da ordem conservadora, reiterando estruturas de poder patriarcais em um momento de profunda reconfiguração política no Brasil, conforme reporta Martinho (2006):

Enquanto isso, mais tarde, nas ruas da cidade, o apoio ao golpe. Milhares de pessoas se reuniram na marcha da família com Deus pela liberdade. Era a marcha da vitória. A mesma cena se repetiria em outras cidades brasileiras nos meses de abril, maio e junho. Recebido por um número considerável de brasileiros como um alívio, o golpe, ou a revolução, era exaltado pelas ruas do país (Martinho, 2006, p. 128).

Entretanto, no campo das resistências políticas, no que concerne ao Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), essas tensões políticas não estavam devidamente evidenciadas, pois seu grupo era composto por diferentes perfis de mulheres. Mesmo assim, o MFPA destacou-se como o primeiro grupo a levantar a bandeira da Anistia e, assim, inscrever sua luta na conjuntura política turbulenta daquele período. Haja vista que desde sua formação, o grupo esteve intrinsecamente ligado ao contexto familiar: muitas de suas apoiadoras eram mães, esposas e filhas de presos políticos que passaram a reivindicar frente ao poder instituído (Colling, 2004). Nesse sentido, Duarte (2009, p. 38) salienta que:

Mesmo subordinadas ao homem, à sociedade lhes cobra comportamento social de defesa da família. Assim, em 1964, principalmente após 1968, quando famílias brasileiras perdem membros mães, esposas, filhas se postam diante das autoridades, cobrando o paradeiro dos familiares. O direito é legitimamente reconhecido pela sociedade.

Esse excerto é um demonstrativo de uma espécie de interface da movimentação de mulheres entre o espaço público e o privado. Jelin (2009) destaca que nos sistemas ditatoriais da América Latina, as mulheres foram vítimas diretas e, de certa forma, indiretas. Isso ocorreu dado as relações familiares a qual elas estavam inseridas. Podemos entender, nessa perspectiva, que o sistema repressivo afetou de maneira direta os papéis de gênero no espaço familiar e as mulheres passaram a atuar mais no espaço público e político. Jelin (2009, p. 131), corrobora que:

[...] el sistema represivo afectó a las mujeres en su rol familiar y de parentesco, es decir, en el núcleo de sus identidades tradicionales de mujer y esposa. Desde esos lugares, y como mecanismo para poder sobrevivir y sobrellevar sus obligaciones familiares las mujeres movilizaron otro tipo de energía, basada en sus roles familiares ‘tradicionales’, anclada en sus sentimientos, en el amor y en la ética del cuidado - lógica que difiere de la política¹⁸.

No contexto ditatorial brasileiro não foi diferente. De acordo com Duarte (2009), a ascensão do regime militar põe os núcleos familiares em ameaça com a separação de entes queridos. Quando o Estado passa a se transformar em inimigo, as mulheres dos setores médios urbanos passam a ocupar mais os espaços públicos, conforme o exposto em Duarte (2009, p. 23):

As mulheres, pouco presentes no espaço político, fazem a interface entre o privado e o público, em contato direto com o agressor. Acabam saindo da defesa exclusiva do lar e passam a liderar movimentos de defesa coletiva, o que demanda ação política maior: a metamorfose de uma reivindicação arcaica em movimento de protesto moderno. Individualmente, essa metamorfose é sentida pela mutação indenitária.

Na própria gênese da ditadura civil-militar brasileira foi perceptível os primeiros passos de mulheres nesse novo cenário político, embora a sua presença tenha sido invisibilizada durante a maior parte do regime ditatorial. Entretanto, grupos como o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) assumiram papel fundamental na resistência ao autoritarismo, articulando demandas por justiça e direitos humanos em meio à repressão.

A atuação dessas mulheres não só marcou um momento importante de mobilização política durante a ditadura, mas também representou o início de uma transformação mais ampla na participação feminina na política brasileira. Essa ascensão feminina no espaço público,

¹⁸ O sistema repressivo afetou as mulheres em seu papel de família e parentesco, isto é, no centro de suas identidades tradicionais de esposa e esposa. Daqueles locais e como mecanismo para sobreviver e superar suas obrigações familiares as mulheres mobilizaram outro tipo de energia, com base em seus papéis familiares ‘tradicionais’, ancorados em seus sentimentos, no amor e na ética do cuidado - lógica que difere da política (Jelin, 2009, p. 131).

iniciada em contexto tão adverso, ainda reverbera na atualidade, inspirando lutas por igualdade, democracia e reconhecimento político.

2 HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS: O PAPEL BASILAR DE THEREZINHA GODOY ZERBINI E AS (MULTI)FACETAS DO MFPA

A vida é um ato político e todos nós, somos seres políticos.
(Therezinha Godoy Zerbini)

Este capítulo tem como finalidade narrar a trajetória de Therezinha Godoy Zerbini, mulher paulistana, durante o contexto da ditadura civil-militar. Ela ajudou diversos grupos que se opuseram a esse regime opressor. Concomitantemente foi a idealizadora do Movimento Feminino Pela Anistia (doravante MFPA) e influenciou outros movimentos sociais como os Comitês Brasileiros pelas Anistias (CBAs) espalhadas por vários estados brasileiros. Ademais, para melhor compressão da temática em voga, haverá exposição da origem e as amplas particularidades do MFPA.

2.1 O PERCURSO DE THEREZINHA GODOY ZERBINI SOB A PERSPECTIVA DO REGIME DITATORIAL

As mulheres que são mães, companheiras e irmãs dos presos políticos surgem como um importante esteio além das muralhas das prisões. A quebra do silêncio que cercava as prisões e os lugares secretos da ditadura é um fenômeno predominantemente feminino. Quase todos os pedidos, solicitações, cartas e ações encaminhadas pelos familiares à sociedade e às autoridades eram assinados somente por mulheres. (Silva, 2019, p. 56)

São elas que mantêm a ligação com o mundo fora do cárcere e divulgam as denúncias, em ações repletas de perigos perante o regime ditatorial. Esse processo, que tem início no ambiente doméstico e privado, logo se torna algo público, resultando em um movimento de expansão de possibilidades que não pode ser revertido (Greco, 2003).

Essa conjuntura feminina acima podemos englobar a história de Therezinha Zerbini. E quando se reporta no tema Anistia, durante a década de 70, é impossível desconectar dessa persona emblemática - que foi a principal figura de liderança e colaboradora - para a construção do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Nascida em 16 de abril de 1928 no estado de São Paulo, Therezinha Godoy Zerbini era pertencente a uma família de classe média alta da elite brasileira: esposa do General Euryale de Jesus Zerbini, falecida aos 87 anos do ano de 2015, no estado de São Paulo:

Figura 1 - Therezinha Godoy Zerbini



Fonte: Reportagem sobre o Movimento Feminino pela Anistia.
Brasil Mulher, 9/10/1975, p. 9.

Com o golpe de 1964, muitos militares se opuseram às novas regras; dentre eles encontrava-se o General Euryale de Jesus Zerbini, marido de Therezinha Zerbini, este ao assumir uma posição legalista, contrária aos golpistas, acabou por ter seus direitos políticos cassados e foi reformado do Exército tendo assim a sua carreira afetada e passando inclusive a sofrer uma série de perseguições pelo próprio regime militar brasileiro, chegando a ser preso. Observa-se o dito no fragmento de um periódico abaixo:

Sou mulher de um general cassado. Na época da cassação do meu marido, meus filhos tinham 9 e 10 anos e para eles foi um sofrimento imenso. Muitas vezes fui cobrir minha filha de noite e a encontrei chorando. A imprensa sensacionalista aproveitou o fato de meu marido ser paulista – Porque São Paulo é o centro econômico do país – e ser uma pessoa de projeção para criar alarde. Os paulistas sabem quem é o General Zerbini. Não se amassam 40 anos de vida como se fossem papel sujo para ser atirado ao lixo [...]. Meu marido foi preso logo depois do movimento armado. As crianças ficaram muito amarguradas porque eram as únicas que conheciam com o pai preso (Jornal Pasquim, nº 418, de 8 a 14 de julho de 1977).

Em 1968, Zerbini é oficialmente enquadrada na lista de subversivos do regime militar. Com a detenção de Euryale de Jesus Zerbini, Therezinha usa de sua posição social para melhorar a vida e as condições do marido que se encontrava mantido em cárcere. A esposa, então, passa a fazer exigências em prol do seu esposo, de acordo com Duarte (2009, p. 45):

[...] Eles tinham feito do lugar – que devia medir 2 metros por 2 metros – um depósito, cheio de baldes, enceradeira, vassoura. Quando vi aquilo, tive um ataque de fúria. Peguei tudo que estava ali e comecei a jogar da porta para fora, enquanto dizia ao capitão: ‘Tenha compostura, meu marido é um general do Exército brasileiro, sumam com isso daqui’. E pam! Pam! Pam! As coisas voando. E meu marido dizia: ‘Therezinha, calma. Therezinha, você não está em sua casa. Isso aqui é um quartel’, concluiu ela às gargalhadas¹⁹.

Esse e outros eventos propiciaram a criação de coalizões institucionais da família Zerbini com outros grupos que colaboram contra o regime ditatorial como: a Igreja e o Movimento Estudantil. Em decorrência disso, ainda em 1968, ocorreu o 30º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE) - centenas de jovens foram encontrados em um sítio pertencente a Zerbini (Duarte, 2009).

No entanto, durante os trabalhos dos agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), a maioria dos estudantes foi presa, inclusive um Frei (Tito). A “queda” do Congresso motivou Therezinha Zerbini a colaborar na criação do movimento das *Mães Paulistas contra a violência*, em virtude das prisões dos estudantes (Lourenço, 2019). Com as múltiplas investigações a respeito do congresso, em novembro de 1968, Therezinha foi presa preventivamente em novembro de 1969, logo após prestar depoimento ao DOPs, posteriormente, foi liberada. Já em 1970 é novamente detida com base da Lei de Segurança Nacional (LSN); e mais uma vez faz uso dos papéis de gênero: de boa dona de casa e defensora da família, consoante ao trecho:

Eu disse: ‘os senhores desculpem, estamos acabando de jantar, por favor passem para lá (aponta a sala de estar), que vou pedir para passar um café...’ Ficou um ambiente horróroso e aí chutei o pé do General por baixo da mesa e falei baixinho: eu entro nisso sozinha e saio disso sozinha, ouviu?’ E ofereci aos gorilas: ‘os senhores não querem compota de pera?’ Eles estão cada vez mais sem graça. Aí, a Lita veio com café, eles não sabiam mais se seguravam a metralhadora ou a xícara [...].²⁰

Terezinha, ainda nessa esteira, discorre que foi “convidada” para ir a Operação Bandeirantes (OBAN), na qual veio a ficar detida por 5 dias; relata que viu Frei Tito ensanguentado devido às múltiplas horas de tortura, o religioso até tenta o suicídio cortando seus pulsos, mas é descoberto pelos militares que gritavam “entrou vivo, vai ter que sair vivo” (Silva, 2019), ratificado pelo trecho abaixo:

¹⁹ Anjo da Guarda, disponível em: http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed53/marina_amaral.asp.

²⁰ Anjo da Guarda, Disponível em: http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed53/marina_amaral.asp.

[...] O rosto dele vertia sangue. Estava todo inchado, meu coração apertou. Ele chegou bem pertinho e me disse com um fiozinho de voz: ‘Dona Therezinha, a senhora sabia para que era o sítio, não sabia?’ E eu: ‘Tito, que o Espírito Santo te ilumine, meu filho. Claro que eu sabia. Claro’. E perguntei para os torturadores qual era o órgão que coordenava os estudantes. Por sorte, um dos gorilas respondeu: ‘a Une, a Une’. E eu disse, com a voz cheia de desprezo: ‘Tá vendo, Tito, até ele sabe’. E o Tito, coitadinho: ‘a senhora me perdoe’. ‘Te perdoar do que, meu filho? Que Deus perdoe esses monstros’²¹.

Zerbini continua narrando como, mesmo em meio à dor e à opressão, conseguiu fazer uma ironia em relação aos agentes da repressão, referindo-se a eles como "gorilas" numa tentativa de proteger Tito e, simultaneamente, desmoralizar os torturadores. Ele (oficial/agente) questionava abruptamente qual era o órgão encarregado de coordenar os estudantes. Esse episódio não apenas destaca a violência cotidiana nos porões da ditadura, mas também revela a atitude corajosa e combativa de Zerbini, que, apesar de estar em uma posição relativamente privilegiada dentro do sistema repressivo, optou por demonstrar solidariedade e resistência, reafirmando sua consciência política e humana perante a barbaridade.

Durante o período em que esteve presa nas dependências da OBAN (Operação Bandeirante), Therezinha declarou não ter sido submetida a tortura física. Tal fato, segundo se pode inferir, estaria relacionado à sua posição de destaque social, bem como à influência de seu marido, o general reformado Euryclides de Jesus Zerbini, nome de grande peso junto à elite paulista. No entanto, embora poupada das violências físicas mais diretas, ela vivenciou a brutalidade do regime contra os demais presos e, em especial, contra os jovens militantes. Em entrevista para o jornal *Folha de S. Paulo*, ela tece comentário desse período:

Eu não fui torturada porque desafiei, enfrentei. Veio um grito na minha cara. Eu disse: ‘Capitão, tenha compostura, eu não estou aqui para ouvir grito’. Ele disse: ‘Nós temos métodos científicos para tirar a verdade’. Eu disse: ‘Sei quais são os métodos científicos. Os senhores são torturadores. E querem começar já!’ Nessa hora ele tremeu, parou e começou a gritar: ‘Já para a sua cela!’ Vi que eles não tinham ordem para me bater. Voltei para a cela me urinando de medo.

A ativista paulistana ainda fora levada outras vezes para o interrogatório. Foi detida sem julgamento por pelo menos 3 meses em um local com a nomenclatura de “torre das donzelas”, onde ficou próximas de outras mulheres que mais tarde seriam de extrema importância para a formação dos núcleos no Rio Grande do Sul (Leite, 2012)

Por outro viés, é importante destacar que a repressão política durante a ditadura civil-militar brasileira não se abateu de maneira uniforme sobre homens e mulheres. Embora ambos

²¹ Anjo da Guarda, Disponível em: http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed53/marina_amaral.asp.

tenham sido vítimas da violência de Estado, as práticas de tortura eram muitas vezes aplicadas de forma diferenciada, especialmente no que se refere às mulheres. Como aponta a pesquisadora Jelin (2002), em muitos casos, os métodos utilizados pelos agentes da repressão buscavam não apenas arrancar informações, mas também subjugar os corpos femininos por meio de uma lógica de “feminização” forçada.

Essa “feminização” deve ser compreendida não apenas como uma referência ao gênero biológico, mas como um mecanismo simbólico e político de dominação. Consistia em reduzir a mulher à condição de passividade, impotência e humilhação extrema, desarticulando sua identidade política e subjetiva por meio de agressões sexuais, nudez forçada, ameaças contra filhos e familiares, além da desqualificação moral baseada em normas patriarcais. A violência sexual, por exemplo, era frequentemente usada como forma de destruir não apenas o corpo, bem como a dignidade e a força simbólica da militante. Jelin (2020, p. 45) destaca que:

Las experiencias represivas corporales propiamente dichas, relativas a las víctimas directas de tortura, prisión, desaparición, asesinato y exilio, muestran diferencias entre hombres y mujeres, ligadas al sistema de género imperante. [...] La violencia sexual era parte de la tortura, así como una constante referencia a la genitalidad — la marca de la circuncisión entre víctimas judías como factor agravante de la tortura, las referencias al tamaño del pene para todos, la piana en los testículos, etcétera. Era una manera de convertir a los hombres en seres inferiores y, en ese acto, establecer la ‘virilidad’ militar. Los hombres tenían que ‘vivir como mujeres’, tomando conciencia de sus necesidades corporales: ‘ser como una mujer o morir como un hombre’

Nesse sentido, a tortura aplicada a mulheres durante o regime autoritário ultrapassava a mera obtenção de informações. Era também um ato disciplinador, voltado à aniquilação simbólica de seu papel como sujeito político. Ao transformá-las, sob a lógica repressiva, em figuras “fragilizadas”, os agentes buscavam reafirmar a ordem patriarcal e silenciar os corpos dissidentes. As mulheres, que ousaram ocupar espaços de luta historicamente masculinos, eram punidas não apenas por suas ideias, mas por transgredirem os papéis de gênero impostos.

Dessa forma, compreender a dimensão de gênero na repressão é fundamental para revelar as camadas mais profundas de violência exercidas pelo Estado ditatorial — violências essas que marcaram não apenas os corpos femininos, mas também os modos de resistir, narrar e reconstruir as memórias da ditadura.

Devido a todos esses acontecimentos é notável a indignação que a (futura) líder do MFPA relata tantas vezes sentiu desde o momento inicial da cassação do seu marido. Em mérito desse sentimento, passou a militar antes mesmo de imaginar a existência do movimento em prol da anistia. Deu suporte, dinheiro e abrigo a vários procurados pelo regime militar, segundo Carboni (2008, p. 12):

Arranjava lugares para reuniões de grupos políticos, como foi o caso do Congresso clandestino de Ibiúna, em 1968. Esse também era o caso de outras mulheres que se juntaram ao movimento, trabalhando nas sombras de uma resistência silenciosa, cada vez mais pressionada.

Em uma entrevista cedida por Therezinha Zerbini ao *Jornal Pasquim* é possível perceber a influência das questões pessoais a que deram subsídio ao nascimento do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), conforme observamos nesse trecho:

As pessoas que formaram a comissão provisória do movimento éramos eu, minha filha, uma colega sua, a filha de um General também cassado, uma escritora que também é mulher de um oficial, uma socióloga, uma estudante de comunicação, uma pedagoga, uma artista plástica (Jornal Pasquim, 1977, p. 8).

Por fim, na própria fala da líder, percebemos nitidamente que todas as mulheres a qual integravam a linha de frente do MFPA eram de classe média, intelectualizadas e que de alguma maneira tinha um envolvimento direto e pessoal com algum preso político; fato este que visceralmente as motivou ao Movimento. A partir desse cenário, compreendemos a missão e o porquê do Movimento Feminino Pela Anistia ter seu substrato nesse contexto turbulento que assolava o Brasil – bem como tantos outros movimentos de mulheres que lutam/lutaram em prol da anistia.

2.2 MFPA: GÊNESE E FACETAS

Após a compreensão dos fatores motivacionais e do contexto sociopolítico que os envolviam, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) teve sua origem em 1975, no estado de São Paulo. A fundação do movimento coincidiu simbolicamente com os 30 anos do fim da ditadura do Estado Novo e com as celebrações do Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), o que conferiu ainda mais força e visibilidade à mobilização feminina.

No discurso de Zerbini (trecho abaixo), nessa conferência da ONU, reflete-se a necessidade de igualdade e urgência na participação das mulheres na luta pela anistia. Sua fala expõe - à luz do signo da paz, da família, da liberdade - uma anistia que de alguma forma possa atenuar o sofrimento daqueles que vem sofrendo as mazelas do processo ditatorial brasileiro:

[...] A Anistia é um Instituto do Direito de Processo Penal e para nós significa muito mais: é uma bandeira que está acima de todos os partidos e interesses das nações. A Anistia virá fortalecer a união e desarmar os espíritos nas nações onde existir sua aplicação. A Anistia conduz à liberdade. Liberdade, desenvolvimento e paz são indivisíveis e nenhum deve ter prioridade sobre o outro. Estabelecerá a paz e a

concordia em cada nação, será um princípio que levará à meta final, ou seja, a paz mundial. Sem justiça não há paz, sem paz não existe o desenvolvimento global. O desarmamento compreende: liberdade política, cultural e econômica [...] (Zerbini, 1979, p. 28-29).

À título de informação, esse congresso internacional das mulheres foi realizado na cidade do México entre os dias 19 e 27 de junho. Foi justamente neste evento que Therezinha Zerbini anunciou a criação do MFPA: um grupo formado majoritariamente formado por mulheres, que objetivava uma anistia ampla e geral.

Nesse primeiro momento, o MFPA assumiu uma responsabilidade com a bandeira da anistia; no entanto, para garantir que o movimento “não subverteu a ordem”, Zerbini adotou um discurso apaziguador, de mulheres lutavam em prol da família, liberdade e justiça. Tal discurso cristalizava o papel das mulheres como mães, filhas e esposas. Fato recorrente nos discursos da ativista paulistana e do próprio MFPA:

Como sabemos, hoje são milhares de casas de brasileiros que sofrem a ausência de um dos seus membros, atingidos por punições. Muitos tiveram que sair do país para ganhar a vida, uma vez que lhes foi proibido trabalhar e estudar aqui. E todas as famílias que se encontram nessa situação tem apenas uma esperança: a Anistia (Boletim Maria Quitéria, 1977, nº 1, p. 4).

Em razão disso - do possível teor de subversão - o objetivo principal do MFPA sempre foi a questão da anistia. Para tanto, como vislumbramos anteriormente, adotou-se algumas estratégias discursivas, sobretudo, a questão da paz. Com efeito, no primeiro logotipo publicado é reforçado essa ideia com a imagem pomba da paz, atrelado ao jogo de números em referência às anistias de 1945 e a suposta anistia de 1975:

Figura 2 - Cartaz da campanha de Anistia²²

Fonte: Reportagem sobre o Movimento Feminino Pela Anistia.

Brasil Mulher, 9 de outubro de 1975, p. 12.

Esse cartaz nos apresenta alguns elementos básicos a respeito do MFPA - traz uma análise histórica e política sobre a anistia no Brasil, com destaque para o papel do *Movimento Feminino pela Anistia (MFPA)*, fundado em 1975. Ao passo que o conteúdo se organiza em três eixos principais: uma **linha do tempo** que recupera diferentes momentos de concessão de anistia no país desde o século XIX, destacando sua recorrência na história brasileira; um **discurso central** que conecta o passado ao presente, defendendo o movimento atual herda a tradição de lutas pela liberdade e justiça, como as resistências ao Estado Novo e à repressão de 1964; e uma **homenagem simbólica** ao sacrifício de mulheres como Branca Dias, representando a dor e a coragem femininas diante da violência. (Boletim Maria Quitéria, 1975, nº 1, p. 12).

A página também evidencia a estratégia discursiva do MFPA que se apoia em valores considerados tipicamente femininos — como paz, generosidade e maternidade — para legitimar sua atuação política, sem confrontar diretamente o regime, mas abrindo espaço para diálogo com diferentes setores da sociedade e do Estado. O uso de ícones como a pomba da paz e o destaque para o Ano Internacional da Mulher reforçam a imagem pública do movimento

²² Arquivo Nacional. Fundo SNI. AC_ACE_93609_76. Informação n. 207/16/AC/76. Data: 28 mai. 1976. Assunto: Cartaz da campanha da anistia.

como pacífico, moralmente forte e historicamente fundamentado. (Boletim Maria Quitéria, 1975, nº 1, p. 12).

Portanto, podemos observar que a principal finalidade do MFPA era trazer à esfera pública o debate sobre a anistia, mobilizando a sociedade em torno da necessidade de sua aprovação. Por meio de campanhas amplas e articuladas, o movimento buscava pressionar o Estado por uma anistia ampla, geral e irrestrita, consolidando sua atuação como agente fundamental na construção da memória, da justiça e da redemocratização do país.

2.2.1 No respaldo da Lei e a questão de gênero como estratégia política: tecendo laços

Durante a ditadura militar, o regime construiu e reforçou uma imagem idealizada da mulher frágil, dedicada ao lar, dona de casa, mãe zelosa e esposa submissa. Esse papel de gênero, definido e imposto pelos homens, era visto como natural e inquestionável. No entanto, muitas mulheres souberam utilizar exatamente essa imagem construída para transitar de forma quase invisível pelos espaços da repressão. A aparente fragilidade, somada à crença de que elas seriam incapazes de decisões políticas autônomas, permitia que atuassem nas brechas, passando despercebidas em muitos momentos estratégicos.

Esse papel de gênero, socialmente naturalizado e imposto por uma estrutura patriarcal, limitava a presença feminina nos espaços políticos. No entanto, parte das mulheres engajadas no movimento pela anistia soube utilizar essa representação a seu favor. Deliberadamente, muitas construíram para si a imagem de mães angustiadas e esposas preocupadas que não pretendiam confrontar diretamente o regime, mas apenas buscavam o retorno de seus entes queridos. Nesse sentido, Jelin (1994) interpreta essas posturas como parte de uma “política de afeto” — o tipo de articulação silenciosa e afetiva que as mulheres criaram em contextos de violência. Já para Butler (2003), a ideia de “performance de gênero” como uma estratégia política ao performar aquilo que se espera delas — a mulher frágil, submissa, cuidadora — muitas conseguiram negociar com o sistema.

Nesse sentido, em muitos casos, assumir o papel que a sociedade esperava — o da mãe dedicada, da esposa obediente, etc. — se tornou uma ferramenta poderosa para driblar restrições, atravessar zonas de perigo e proteger vidas. Mesmo em delegacias e prisões — lugares claramente hostis — elas criaram estratégias para resistir. Assim sendo, para além do papel da mulher como protetora principal do lar e da família, o principal ícone mobilizado em seus discursos foi a figura da mãe — um símbolo carregado de afeto, generosidade e legitimidade moral. Ao empregá-la como emblema da luta, o movimento pela anistia conferiu

à maternidade um novo significado: ela passou a ser não apenas o espaço da dor e da espera, mas também da denúncia e da ação política. Essa representação não buscava romper abertamente com os papéis tradicionais, mas transformá-los internamente, atribuindo-lhes uma nova roupagem, conforme o fragmento:

Sentimentos considerados tipicamente femininos, como amor, caridade e fraternidade, tornaram-se a base de seu comprometimento público. Ganharam novos significados no âmbito da política para defender a justiça, a proteção aos presos e modelarem o enfrentamento ao regime. Esse recurso à *bricolagem*, ou seja, à prática de criar novos papéis a partir dos tradicionalmente atribuídos, tornou-se fundamental na história feminina para lidar com as perdas e amenizar o impacto da violência e das perdas em suas vidas e de suas famílias. Sentimentos de amor e piedade, considerados naturais à função das mães e esposas, foram traduzidos por atos de solidariedade nas prisões e nas ruas, reivindicações de justiça e mobilizações. Mais tarde, na luta pela anistia aos seus companheiros, integraram-se ao processo nacional de reivindicação pela democracia que marcou o final da década de 70 (Rovai, 2013, p. 16).

Esse processo, como destaca Rovai (2013), pode ser compreendido como um recurso - a *bricolagem* - ou seja, à criação de novos papéis a partir de significados já atribuídos socialmente ao feminino. Esse recurso estratégico foi fundamental não só para lidar com o sofrimento e as perdas impostas pelo regime, como também para transformar as mazelas em ação coletiva. Haja vista que as emoções tradicionalmente associadas às mães e esposas — como amor e piedade — foram politizadas, convertendo-se em mobilização organizada e em enfrentamento indireto ao autoritarismo.

Assim, ao se apropriar da imagem da mãe para entrar no debate político, essas mulheres não apenas resistiram à violência do Estado e redesenharam o modo de participação feminina na esfera pública. No final da década de 1970, suas ações não estavam mais restritas à busca por entes queridos: haviam se integrado ao processo nacional de reivindicação por democracia, demonstrando que os sentimentos e os vínculos afetivos também são instrumentos de transformação social.

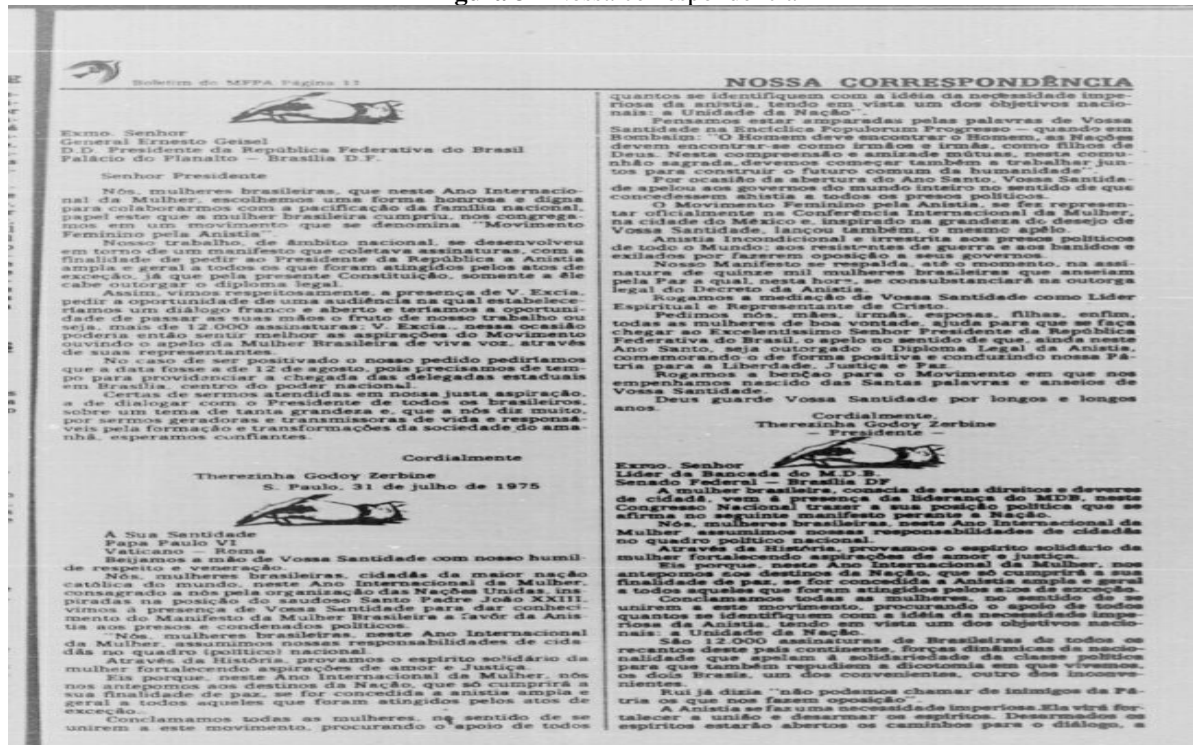
Nessa perspectiva, podemos observar que o discurso do MFPA, focado na preservação dos laços familiares e vinculado à paz, foi essencial para conquistar o apoio social. Objetivando ressaltar a relevância de se unir à causa da anistia esse discurso permitiu ao movimento obter um amplo leque de apoiadores em diversos setores da sociedade civil, dentre eles podemos citar: a Igreja Católica e o MDB. Estes possuíam forte influência no âmbito da sociedade brasileira (Duarte, 2009), nesse sentido:

O MDB incluiu no seu programa item determinado a agremiação: lutar pela anistia, e entendemos que, aqueles que já cumpriram suas penas pelo prazo de 10 anos não podem continuar punidos eternamente. Ulisses Guimarães que a caracterizava como a maneira mais direta e coerente de se alcançar o desejado desarmamento geral dos espíritos e o consagração da família (Boletim Maria Quitéria, 1977, p. 16).

Esse estratagema é evidente nas páginas do periódico supracitado que estava em constante diálogo com seus apoiadores. À luz disso, a seção de correspondências servia como um vínculo direto com as grandes associações, refletindo a amplitude do movimento. Carboni (2008, p. 49) destaca a importância dessa seção, observando que, entre os apoiadores do MFPA, a Igreja foi talvez a mais influente. Isso é exemplificado em uma das declarações de Dom Paulo Evaristo Arns: “A Igreja pede uma revisão de todos os processos, porque em nenhum país democrático alguém jamais foi preso por causa de suas ideias”.

Os depoimentos eram outro diferencial do periódico, pois por meio deles era possível perceber os pontos de vista de personalidades que o apoiavam, já que por intermédio deles era viável compreender as opiniões de figuras públicas a qual endossavam e transmitiam credibilidade sobre a relevância da aprovação da Lei de Anistia:

Figura 3 - Nossa correspondência



Fonte: Boletim Maria Quitéria, ano I, nº 1, de 1977, p. 12.

Por meio dessa teia de correspondências — como cartas enviadas à CNBB, apoios de entidades profissionais como associações de arquitetos, comunicados de presidentes de câmaras legislativas, respostas do Supremo Tribunal Federal, de senadores da república e até de

secretários de ministros — o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) não apenas buscava respaldo, mas também reivindicava legitimidade e visibilidade.

Essas trocas de mensagens revelam a maneira como o movimento se colocava como ator político articulado, pressionando autoridades e buscando abertura para o diálogo com diferentes setores da sociedade. O envio e a resposta dessas correspondências marcam o avanço e a extensão do trabalho do MFPA, além de configurarem uma forma de comprovar sua capacidade de mobilização e articulação institucional, segundo Carboni (2008, p. 53):

A partir dessas três cartas (conforme a figura 3) pode-se notar a maneira como o MFPA e o boletim se articulam ao dialogar com essas três forças. Duas delas podem ser consideradas base de apoio da campanha da anistia e interlocutores do MFPA, as endereçadas à igreja e ao MDB; já na dirigida ao presidente da república notam-se um tom de apresentação do MFPA, com a fala de mulheres, mães e esposas preocupadas com a família e a paz, como que sem nenhum engajamento político no discurso.

A análise de três cartas em especial revela como o MFPA e seu boletim se adaptavam às diferentes instâncias com as quais dialogavam. No caso das cartas destinadas à Igreja e ao MDB, notamos a existência de um terreno fértil para apoio à causa. O que permite ao MFPA adotar um tom mais direto e alinhado com as demandas da anistia, tratando esses interlocutores como aliados estratégicos.

Já na carta dirigida ao Presidente da República, a estratégia é visivelmente outra: a entidade se apresenta com um discurso marcado pela linguagem afetiva e despolitizada, centrado nas preocupações familiares e na busca pela paz, como se fossem mulheres sem qualquer militância partidária (Boletim Maria Quitéria, ano I, nº 1, de 1977, p. 12.).

Esse tom cuidadoso revela uma tentativa de ocupar o espaço político de maneira indireta, evitando confrontos com o poder instituído e explorando a legitimidade social da figura da mãe preocupada — o que, novamente, se conecta com a lógica da bricolagem de papéis tradicionalmente femininos, já discutida anteriormente.

Essa estratégia não indica neutralidade, mas, sim, uma forma inteligente de sobrevivência e inserção no cenário autoritário. Ao modular seu discurso conforme o interlocutor, o MFPA demonstrava consciência política e sensibilidade estratégica, revelando que, mesmo nas entrelinhas, a luta por anistia e por democracia era profundamente articulada, ainda que travestida de afeto e apelo moral. Destarte, o discurso pacificador adotado pelo Movimento Feminino Pela Anistia foi uma estratégia fundamental para garantir o avanço de suas pautas em um contexto político repressivo. Ao se apresentar como mães, esposas e mulheres preocupadas com a paz e a reconstrução familiar — e não como militantes diretamente

engajadas —, as integrantes do movimento conseguiram ampliar seus canais de diálogo, tanto com setores da sociedade civil quanto com instituições políticas.

Esse posicionamento permitiu que o movimento transitasse por espaços de poder tradicionalmente hostis às reivindicações femininas, conquistando apoio da opinião pública, de partidos políticos como o MDB, da Igreja e até de figuras do próprio Estado. Assim, o tom moderado e afetivo de seus discursos não significou passividade, mas sim uma forma estratégica e profundamente eficaz de inserção política, essencial para legitimar suas ações e fortalecer a luta pela anistia e pela redemocratização do país (Boletim Maria Quitéria, ano I, nº 1, de 1977, p. 12.).

Não obstante, a atuação do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) pela luta da anistia não foi conduzida de forma homogênea. Como podemos observar futuramente no próximo segmento desse trabalho, os núcleos atuaram de maneira assimétrica, fragmentada e com intensidades variadas. A marca principal dessa mobilização foi a pluralidade: diferentes vozes, trajetórias e formas de organização coexistiram, mesmo que em sintonias nem sempre harmônicas, em torno de um objetivo comum — a conquista da Anistia.

O MFPA destacou-se também – como dito anteriormente – por sua capacidade de costurar alianças e mobilizar diferentes setores da sociedade civil, atuando com sensibilidade política e grande força simbólica. Destarte, o Movimento foi esteio para levar o debate sobre a anistia para dentro dos lares, das igrejas, das escolas e dos espaços comunitários. Conseguiu, então, êxitos em sensibilizar a opinião pública e construir uma rede de solidariedade em torno da causa.

Nesse processo, o MFPA foi tecendo laços entre famílias de presos políticos, setores democráticos e redes de apoio, formando uma teia de resistência que ampliou o alcance da luta pela Anistia e subsidiou a pressionar o regime por sua aprovação. Sua atuação, ao mesmo tempo afetiva e política, foi essencial para engajar diferentes camadas sociais e tornar a anistia uma demanda coletiva e amplamente reconhecida:

Houve ainda um número incontável de mulheres que participou de forma ainda mais invisível em acontecimentos não devidamente explorados pela historiografia e desconhecidas da sociedade brasileira: atuaram dentro de casa, acolhendo pessoas, escondendo armas, objetos e documentos, levando mensagens para membros dos grupos clandestinos ou circulando entre a cadeia e as famílias, como intermediárias (Rovai, 2013, p. 13).

Por outro lado, por um viés mais político e legal da temática vigente, sabemos que o surgimento do MFPA, em 1975, na gestão do presidente Ernesto Geisel, aconteceu em uma

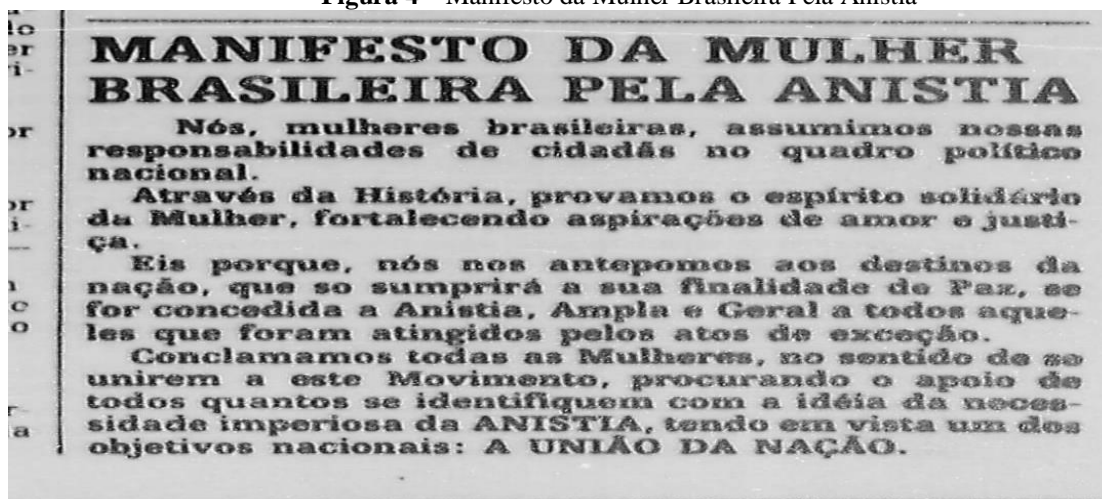
fase caracterizada por uma abertura política cautelosa. Essa abertura estava relacionada ao projeto de distensão introduzido para reduzir os conflitos políticos no país agravado pelas dificuldades econômicas enfrentadas pelo Estado de Segurança Nacional. Para tanto, tornou-se fundamental adotar medidas para conquistar legitimidade e respaldo político e social.

Mesmo com a política de abertura "lenta, gradual e segura" do governo de Geisel, na década de 1970, o Brasil ainda sofria com a repressão utilizando do artifício do AI-5 e a atuação dos órgãos de Segurança Nacional para reprimir protestos contra o regime. Diante esse cenário, como já foi mencionado neste trabalho, o MFPA surgiu no contexto e/ou durante a ditadura civil-militar no Brasil, todavia, o Movimento Ativista reconheceu a necessidade de uma certa segurança optando por buscar a legalização de acordo com as leis brasileiras. Em princípio, foi então devidamente registrado em cartório na cidade de São Paulo.

Isso ocorreu devido ao fato de que o Governo, visando obter apoio e reconhecimento, poderia ter adotado uma postura mais flexível em relação aos movimentos sociais, a exemplo do MFPA. Apesar de eventuais concessões, tal Movimento ainda teria que lidar com obstáculos e restrições decorrentes do contexto político daquela época (Duarte, 2009). Entretanto, tais “liberdades” e “concessões” não bastava para uma alma inquieta como a de Zerbini. Nesse panorama político, as mulheres tinham que assumir uma função relevante, conforme destacado por Therezinha: "A mulher tem que se envolver (...) ela possui direitos e responsabilidades, nada é conquistado de graça, nem direitos, nem liberdade, nem anistia, nosso dever é lutar" (Zerbini, 1979, p. 54).

Emanou-se desse espírito de luta e emancipação feminina a idealização, a elaboração de um documento com a nomenclatura de *Manifesto da Mulher Brasileira Pela Anistia* (vide figura 4). Este convocava as mulheres brasileiras à união em prol da causa da anistia no país:

Figura 4 – Manifesto da Mulher Brasileira Pela Anistia



Fonte: Boletim Maria Quitéria, nº 1, 1977, p. 7.

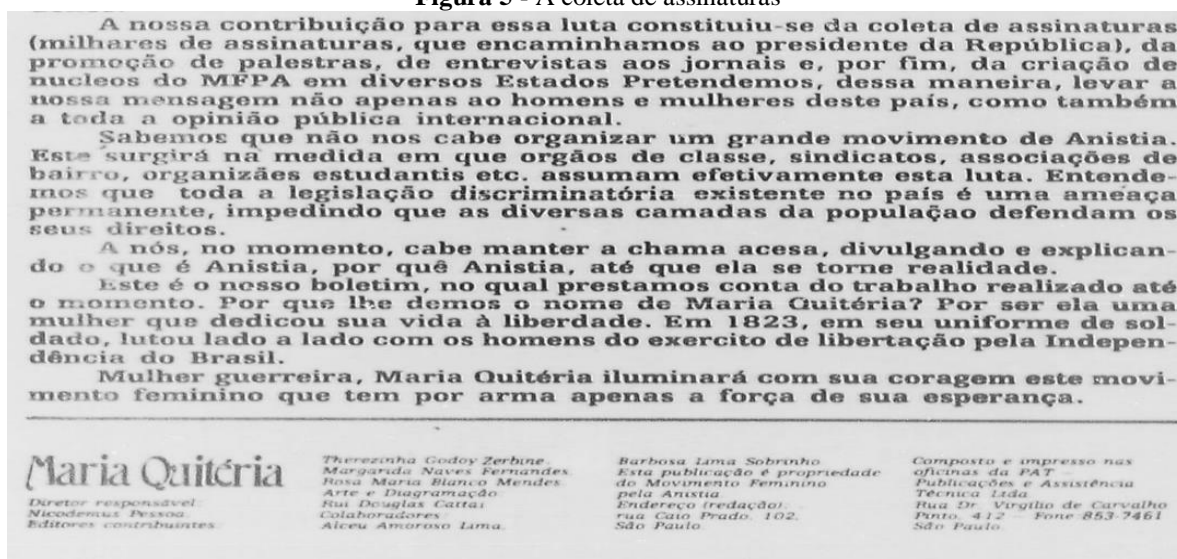
O Manifesto da Mulher Brasileira Pela Anistia foi um dos principais alicerces e desempenhou um importante papel na estruturação e formação dos núcleos do MFPA em nível nacional, como se vislumbrará posteriormente. O Manifesto (documento) foi distribuído juntamente com cartas das mulheres em vários Estados como parte de uma campanha para recolher assinaturas e recrutar membros para o movimento. Essas articulações foram feitas por intermédio de familiares de pessoas sob influência da Igreja, do MDB e do Governo. Simultaneamente ao avanço do movimento, as mulheres - que recentemente aderiram ao MFPA - começaram a ocupar espaços, ainda que de forma discreta e cautelosa (Duarte, 2009).

Além disso, esse documento supracitado foi acompanhado com mais de 12 mil assinaturas e entregue ao então Ministro da Casa Civil - Golbery Couto e Silva - no Congresso Nacional. Contaram ainda com o apoio do Senador Franco Montoro (Zerbini, 1979). Conforme o fragmento exposto abaixo:

14 de agosto fomos recebidos pelo subchefe da Casa Civil da presidência da República, Dr. Alberto Costa a quem fizemos a entrega do documento. Nosso documento foi lido na tribuna do Senado pelo líder do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e complementado por S. Excia Senador Franco Montoro: 'lutar pela Anistia era um dever de todo democrata e uma exigência do bem comum'. O diário do Congresso do dia 15 de agosto faz esta publicação (Boletim Maria Quitéria, 1977, nº 1, p. 4).

Para fins de ilustração, vejamos o texto contido na coleta de assinaturas que expressa a urgência e a legitimidade do pedido de anistia, refletindo o sentimento de amplos setores da sociedade brasileira na luta contra a repressão política:

Figura 5 - A coleta de assinaturas



Fonte: Boletim Maria Quitéria, nº 1, 1977, p. 2.

Nessa perspectiva, compreendemos que as articulações políticas e legais do MFPA demonstram não apenas a eficácia em reunir as assinaturas em tão pouco tempo, como também a prudência ao tratar com o próprio regime militar. Inferimos que Zerbini foi extremamente cuidadosa e estrategista ao enfatizar o caráter apaziguador do Movimento Feminino Pela Anistia mascarando suas reais intenções, pois:

O Movimento Feminino Pela Anistia tem respaldo legal pela constituição Brasileira, da mesma maneira que a Constituição nos indica obrigações, como por exemplo, a de votar, segundo seu artigo 147, temos também nossos direitos, esclarece a Dra. Therezinha (Zerbini, 1979, p. 60).

Desde o início, percebemos que Therezinha lançou mão de seu discurso de modo astuto, apoiando-se em características tradicionalmente associadas às mulheres. Exaltando as emoções e sentimentos para ressaltar a natureza pacífica do protesto, afinal trata-se de mulheres que são mães, esposas e filhas que “simplesmente” estavam manifestando seus sentimentos e emoções de forma genuína, visto que:

As mulheres investem em identidades de gênero, ora reforçando padrões tradicionais de comportamento, ora assumindo posições de ruptura para o esperado ou desejado para mulheres, na relação que mescla a necessidade de se protegerem ou esquivarem da repressão e a diferenciação de interesses no próprio grupo (Duarte, 2009, p. 15).

Ademais, essas iniciativas de cunho político e legal do MFPA não apenas gerou impacto por si só, mas também inspirou a criação de outros movimentos e comitês, como os CBAs (Comitês Brasileiros pela Anistia) e a Comissão de Justiça e Paz. Todos dedicados à luta pela Anistia política ampla, geral e irrestrita:

Os CBAs em 1978 inauguraram uma nova fase na luta pela anistia no país. Entretanto, é interessante notar que os comitês foram estruturados no mesmo modelo dos MFPA, confirmando a efetividade Anistia: quarenta anos, uma luta, múltiplos significados do formato tentacular, com núcleos e seções estaduais/regionais, com a exceção do comitê de Paris. Sem restrição de participação, mulheres e homens passaram a arquitetar um projeto de anistia e um programa de ação que contemplasse outras demandas tangenciais. A diferença mais marcante perante o MFPA foi o de declarar a necessidade de enfrentamento contra a ditadura vigente e a doutrina de Segurança Nacional (Greco, 2003, p. 88).

Por conseguinte, a existência do MFPA foi um movimento legítimo, organizado e respaldado legalmente que rendeu bons frutos (comitês, movimentos, comissões). Algo inédito no contexto repressivo da época. Sendo assim, a campanha pela Anistia promovida pelas mulheres - de acordo com o MFPA se comunicavam via cartas e outros canais demonstrando

incrível capacidade de mobilização e resistência - desafiaram as autoridades e teve um papel fundamental na luta pelos direitos humanos e pela democracia no país que ecoa até os dias de atuais.

2.2.2 Os núcleos

Desde a sua gênese, o MFPA buscou organizar-se em cada estado promovendo reuniões regionais regulares como a criação de núcleos estaduais que se articulavam nacionalmente. Daí, com o crescimento da mobilização social em torno da anistia, surgiram os chamados Núcleos de Anistia que foram fundamentais para a articulação e capilarização do movimento em diferentes regiões do Brasil. Esses núcleos eram grupos organizados por familiares de presos e desaparecidos políticos, exilados, militantes, estudantes, profissionais liberais e outros cidadãos comprometidos com a causa democrática:

Eram, portanto, grupos formados por mulheres heterogêneas, como eram, obviamente, os demais grupos e movimentos de mulheres. É importante atentar para esta heterogeneidade de mulheres para compreender que os núcleos dos MFPA regionais teriam inserções e participações diferenciadas, sobretudo nas lutas especificamente femininas (Del Porto, 2002, p. 87).

Os núcleos do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) constituíram uma das formas mais expressivas de mobilização da sociedade civil durante o período da ditadura militar brasileira. Formados por mulheres que assumiram conscientemente as responsabilidades de cidadãos no quadro político nacional; ademais esses núcleos se organizaram em diferentes estados do país — São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Sul, Sergipe e Pernambuco — com o objetivo de articular ações concretas em prol da anistia e da defesa dos direitos humanos. Vale ressaltar que, sistematicamente, a composição dos núcleos se dava por meio de um convite que costumavam ser feito por meio de cartas em que era apresentado o MFPA e seus objetivos e propostas; após a criação dos núcleos uma diretoria era eleita, com presidente, secretários e outros colaboradores.

Como dito outrora, uma das estratégias do Movimento consistiu na coleta de assinaturas em apoio a um documento que solicitava ao Congresso Nacional a inclusão da pauta da anistia em sua agenda legislativa, segundo o *Boletim Maria Quitéria*, nº 1, (1977). Logo, mais do que uma ação burocrática, essa coleta envolveu intensa participação nas ruas, igrejas, feiras e outros espaços públicos, em que as militantes explicavam à população o significado e a urgência dessa pauta. Em 1975, mais de doze mil assinaturas foram encaminhadas ao chefe

da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva. Evidenciando, assim, a força política e a capacidade de articulação de um movimento liderado por mulheres em um contexto de repressão e silenciamento, consoante a Greco, (2003, p. 69):

Neste ano é desencadeada também a campanha pela Anistia com o lançamento do Manifesto da Mulher Brasileira pelo Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), organizado primeiro em São Paulo sob o comando de D. Terezinha Zerbini. De lá, se irradiando por todo o país, foram constituídos núcleos em Minas Gerais (presidido por D. Helena Greco), Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Sergipe, Ceará, Paraíba, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Cabe, às mulheres, portanto, o pioneirismo na luta pela anistia; mais uma vez são elas que jogam o papel de vanguarda na história - neste processo Helena Greco e Terezinha Zerbini, cada uma a seu modo, tornam-se referências nacionais e internacionais obrigatórias. O MFPA acumula forças e abre espaço para a constituição dos Comitês Brasileiros de Anistia. Se, num primeiro momento, são as mães, irmãs, companheiras e filhas dos atingidos que se aglutinam em torno de um objetivo comum – a busca dos familiares desaparecidos ou a defesa dos familiares presos – em seguida a luta pela Anistia vai se ampliar, politizar e envolver os mais diversos setores da sociedade.

A priori, normalmente as integrantes tinham que seguir uma agenda de reuniões, discussões de pautas. Por conseguinte, os Núcleos buscavam divulgar o seu trabalho por meio de conferências e manifestos (Zerbini, 1979). Além disso, tece Carboni (2008, p. 29) que:

Na direção do MFPA atuaram mulheres que tinham seus familiares desaparecidos, presos ou exilados, que vinham de organizações de esquerdas esfaceladas, presas políticas e algumas feministas, ou simplesmente mulheres com o desejo de se engajar no debate dos direitos humanos, ou mesmo do feminismo, recém-chegado no Brasil.

Uma vez que tais núcleos eram estabelecidos passavam a incluírem reuniões e atividades que pudessem disseminar a ideia da Anistia. Como dito, tudo de maneira discreta e no respaldo da legalidade. Portanto, o processo começa no âmbito doméstico e/ou privado e gradativamente vai assumindo um caráter público irreversível, tornando-se movimento de ampliação do universo do possível.

Com efeito, o Movimento Feminino Pela Anistia que, a partir de 1975, ganha e/ou assume outra roupagem, aquém daquela pseudo-apaziguadora de outrora; além disso há divulgação amplamente das denúncias ecoando ao máximo na resistência no interior dos cárceres, imprimindo caráter definitivamente político, programático e organizado em prol da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Haja vista que são justamente as mães dos presos políticos, em apelo de agosto de 1972, as primeiras a falar em anistia, ainda que de maneira confusa e emocional (Greco, 2003).

Por outro lado, nem tudo era harmônico no cerne do próprio MFPA (SP) - onde começou todo o movimento pela anistia -, alguns integrantes, como Zerbini, em princípio, mostravam-se relutantes em discutir o papel das mulheres na sociedade, focando apenas na discussão pela aprovação de uma Lei de Anistia; outros possuíam uma mentalidade emancipatória com fito de expandir o debate para questões de gênero e o papel das mulheres na sociedade. Nesse núcleo central, lideranças como Therezinha Zerbini, concentravam-se visceralmente na reivindicação da anistia ampla, geral e irrestrita:

Não somos feministas. Somos, sim, pela ampla participação da mulher na vida econômica, social e política do país. Em determinado momento, sentimos que era obrigação de todo cidadão brasileiro, que trabalha e produz, levantar uma das mais nobres bandeiras de luta: a Anistia a todos os presos políticos, banidos e privados dos seus direitos, ou que foram punidos pela Lei de Segurança Nacional e pelos atos de exceção editados a partir de 1964 (Boletim Maria Quitéria, nº 2, 1977, p. 2).

A postura, embora estratégica para alcançar consenso em um contexto político delicado, gerava divergências com outros núcleos espalhados pelo Brasil. Em diversos estados, sobretudo, nos núcleos mais descentralizados. Havia militantes com uma visão mais ampla e crítica que integravam à pauta da anistia, à defesa da emancipação feminina e à denúncia das violências de gênero ocorridas durante a ditadura. Essa diferença de enfoque revela como o movimento, apesar coeso em seu objetivo principal era atravessado por distintas concepções políticas e sociais, refletindo a pluralidade de experiências e expectativas das mulheres que dele participavam:

Posso dizer para você é que a luta da Anistia não é uma luta só de abaixo-assinado, nem de assinaturas meu filho [...]. Os núcleos da Anistia não caem do céu. Eu deixei minha família e tudo o que tinha a fazer, por muitos e muitos dias. Passei fome porque muita gente não tinha o que comer, montando núcleos da anistia (Zerbini, 1979, p. 54).

Diante o fragmento, assiste-se assim um compromisso em relação a luta pela anistia. Nos primeiros momentos do movimento, as militantes concentraram suas ações em reuniões e articulações com lideranças políticas e religiosas. Progressivamente, ampliaram suas estratégias, incorporando a realização de atos públicos, lançamento de manifestos, a coleta de assinaturas e, em 1977, a criação do jornal *Maria Quitéria*. Uma das primeiras iniciativas marcantes foi a elaboração de um documento que reunia as principais diretrizes e objetivos do

grupo. Assim surgiu o *Manifesto da Mulher Brasileira em Favor da Anistia*, texto que simboliza a fundação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA):

Com a estrutura e a infra-estrutura do movimento montadas, é desencadeado processo efetivo de interiorização da luta, acompanhado de significativo aumento do número de filiados e militantes, nas capitais e no interior. Até abril de 1979 constituem-se os seguintes núcleos: Minas Gerais: CBAs de Montes Claros, Juiz de Fora, Divinópolis e Itaúna; Ceará: Crateús (MFPA); Paraíba: CBA de Campina Grande; São Paulo: CBAs de Bauru, Campinas, Jacareí, Jundiaí, Limeira, Mogi das Cruzes, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santos, São Carlos (em junho/1979 foi formado o Comitê Regional pela Anistia para congregar os movimentos desta região), São José dos Campos, Sorocaba, Osasco, CBA-ABC; Bahia: CBA-Feira de Santana; Paraná: CBA-Londrina; Rio Grande do Sul: CBA de Passo Fundo (Greco, 2003, p. 108).

Grego - em seu trabalho - disserta sobre uma análise mais descritiva a respeito do processo de consolidação e expansão do movimento pela anistia no Brasil, destacando a implementação da estrutura organizacional e da infraestrutura necessária para a efetiva interiorização da luta política. Tal processo não apenas facilitou a disseminação da mobilização para além das capitais (atingindo cidades do interior), mas também resultou em um aumento substancial no número de filiados e militantes, evidenciando o fortalecimento do movimento em âmbito nacional²³.

Em meio a esse contexto, é fundamental destacar que a expansão do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e a crescente adesão de mulheres provenientes de diferentes classes sociais, regiões e orientações políticas representaram marcos significativos na trajetória da redemocratização brasileira durante a década de 1970. Embora o núcleo original de São Paulo, sob liderança de figuras como Therezinha Zerbini, adotasse uma postura mais moderada quanto à discussão de gênero — evitando identificar-se como feminista —, outros núcleos espalhados pelo país demonstraram maior abertura à articulação entre a luta pela anistia e as pautas do feminismo emergente.

²³ VALLE, André Ricardo; AYALA, Vasco Pereira; OLIVEIRA, Ayala Rodrigues; PELEGRINE, Dinoráh Lopes Rubim Almeida; DAMARTINI, Márcio Gomes; MARTINS, Mara Lara; FAGUNDES, Pedro Ernesto; BRITTO, Rossana Gomes (Org.). **Das utopias ao autoritarismo: historiografia, memória e cultura**. Serra – ES: Editora Milfontes, 2019. GRECO, Heloisa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Belo Horizonte: Departamento de História da FAFICH/UFMG. Essas pesquisas analisam – dentre outras abaixo – a atuação de núcleos regionais do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), evidenciando o protagonismo das mulheres na luta contra a ditadura militar entre 1975 e 1979. À título de ilustração temos: o estudo de Felipe Moreira Barboza Duccini aborda a Bahia, destacando a transição do MFPA para o Comitê Brasileiro pela Anistia; Mariane da Silva investiga a mobilização das mulheres em Santa Catarina; enquanto Carla Cristina Nacke Conradi, em **Memória do Sótão**, resgata as experiências de militantes no Paraná. Juntas, essas obras contribuem para compreender a dimensão nacional e a força do engajamento feminino na resistência política.

Essa diversidade revela a heterogeneidade interna do movimento: enquanto algumas mulheres mantinham um foco restrito à anistia política, outras defendiam abertamente a emancipação feminina e questionavam os papéis tradicionais impostos às mulheres na sociedade. Muitos desses grupos militantes se reconheciam como feministas e buscavam integrar a luta contra a ditadura com a crítica ao machismo estrutural, ampliando o alcance e a profundidade do movimento. Assim, o MFPA não foi um bloco homogêneo, mas um espaço plural em que distintas perspectivas coexistiram, tencionando e enriquecendo a luta por liberdade e justiça no Brasil.

2.2.3 O Feminino e o Feminismo: contradições e estratégias no Movimento Pela Anistia

A origem do Movimento Feminista no Brasil tem suas influências nos Estados Unidos, onde esse movimento, principalmente, em sua vertente mais conservadora serviu de exemplo para o movimento brasileiro. No entanto, a liderança feminina norte-americana remonta ao século XVI com destaque para personalidades como Anne Hutchinson. Uma pregadora protestante em Massachusetts que desafiou as normas sociais ao defender a participação das mulheres no culto religioso (Hollanda, 2009).

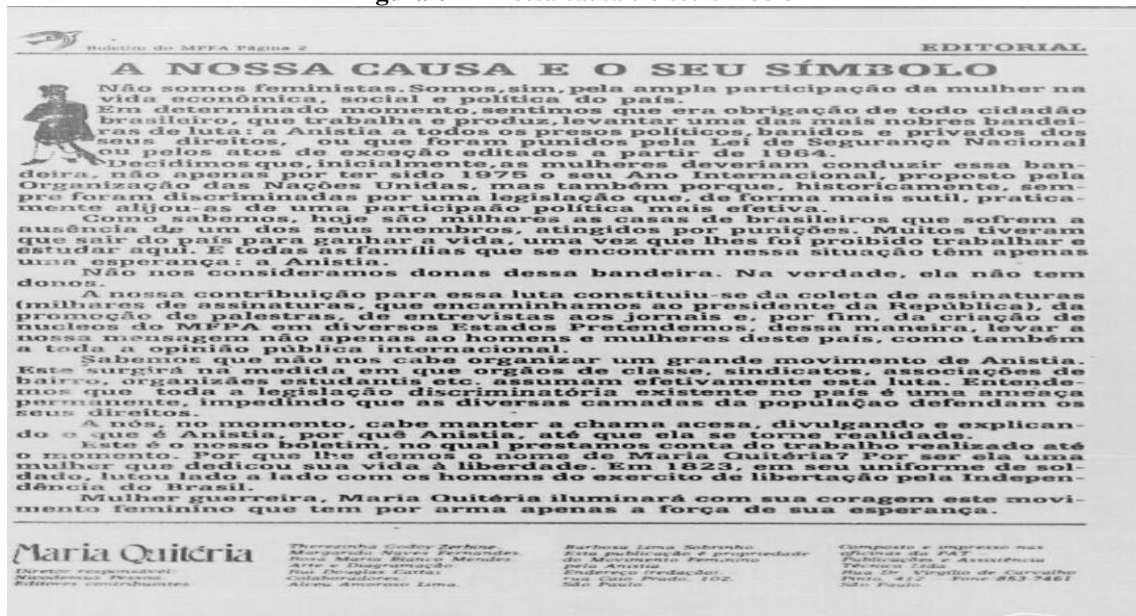
Em relação ao contexto brasileiro, é importante destacar que os movimentos feministas antecedem o recorte temporal desta pesquisa, sendo inicialmente impulsionados pelas sufragistas compostas majoritariamente por mulheres instruídas pertencentes às elites urbanas. Essas pioneiras do feminismo no Brasil lutaram, sobretudo, pelo direito ao voto feminino e pela inserção da mulher na esfera pública e política. Paralelamente às sufragistas, emergiram também outros grupos de mulheres com pautas diversas, nem sempre alinhadas a uma agenda feminista, porém igualmente expressavam formas de organização e reivindicação feminina.

Apesar do seu enfraquecimento ao longo da década de 1930, devido, entre outros fatores, ao contexto político centralizador do Estado Novo que limitou a atuação dos movimentos sociais em geral, observamos um renascimento do feminismo no Brasil em meados das décadas de 1960 e 1970. Agora com novas demandas e moldado pelo contexto da ditadura militar, dos movimentos de contestação e da emergência de novas identidades sociais (Pinto, 2003).

Embora houvesse a ampla mobilização em torno das diversas mulheres contatadas pelo MFPA e – como já foi exposto – da criação de múltiplos núcleos espalhados pelo país, o grupo mesmo composto exclusivamente por mulheres, não se autodenominava como feminista. A

representante do movimento - Therezinha Zerbini - sempre enfatizou com veemência o caráter não feminista do movimento (Zerbini, 1979), ilustrada na figura abaixo:

Figura 6 - A nossa causa é o seu símbolo



Fonte: Boletim Maria Quitéria, nº 1, 1977, p. 2.

O texto em destaque se apoia num discurso comum acerca do movimento feminista, pois, no que se refere ao Brasil, ainda existe uma hesitação muito forte ao termo "feminismo", embora tenha um movimento legítimo que perpassou gerações; porém ainda hoje se faz necessário a reflexão acerca das dinâmicas sociais impostas pelo patriarcado (Hollanda, 2009). Ademais - "A nossa causa e o seu símbolo" - se propõe a reafirmar os princípios e a identidade do movimento, ao mesmo tempo em que delineia sua estratégia discursiva e simbólica frente ao contexto político repressivo da época.

É possível observar a distinção explícita entre o feminismo e a atuação do MFPA: "Não somos feministas". Essa afirmação carrega forte carga estratégica, indicando o esforço do movimento em se diferenciar das pautas feministas mais radicais ou politicamente marcadas naquele momento, buscando, assim, maior legitimidade social e aceitação pública. Ao mesmo tempo, o texto ressalta que as integrantes do MFPA defendem a "ampla participação da mulher na vida econômica, social e política do país", o que, paradoxalmente, se aproxima de pautas feministas, mesmo que negadas em discurso:

Considerando o espaço público como tipicamente masculina construção presente no imaginário social formulada por meio da hierarquia de gênero – e o privado, como o doméstico, portanto, feminino – seguindo a lógica dessa construção social. É a partir dessa condição, desse lugar de fala, que as articulações e reivindicações do MFPA estão pautadas (Silva 2019, p. 54)

O editorial do boletim evidencia, ainda que de forma simbólica, os tensionamentos centrais do MFPA: a recusa explícita ao feminismo como categoria política — muitas vezes compreendido, à época, de forma pejorativa — coexistia com práticas de enfrentamento às estruturas de poder e de inserção das mulheres no espaço público, elementos que se aproximam, ainda que de maneira não assumida, de princípios feministas. Como aponta Pinto (2003), ainda que esses grupos não tenham se organizado com o propósito de contestar diretamente a opressão de gênero, sua atuação pública baseada nas experiências e identidades femininas contribuiu decisivamente para a ampliação das possibilidades de ação das mulheres na esfera política.

Sendo importante deixar explícito que o movimento feminista emergente, especialmente, a partir das décadas de 1960 e 1970 não se limita à denúncia da dominação das mulheres nos âmbitos público e privado, contudo articula de forma mais ampla a transformação das relações de gênero com a luta contra as múltiplas formas de desigualdade que estruturam a sociedade brasileira. Ao lado das demandas por equidade de gênero, o feminismo engajado politicamente incorpora pautas voltadas à superação da miséria, da fome e da exclusão social — questões caras a diversos movimentos contestatórios, como os partidos de esquerda, organizações de base e movimentos populares de mulheres (Pinto, 2003).

Nesse contexto mais amplo de efervescência política e expansão das pautas feministas, insere-se o Movimento Feminino pela Anistia de São Paulo (MFPA-SP), que, embora tenha desempenhado um papel político de grande relevância no processo de redemocratização do país, não se reconhecia, em sua origem, como um movimento feminista. Essa postura reflete a pluralidade interna do movimento diante do cenário político da época e da necessidade estratégica de construir uma identidade política que dialogasse com setores sociais mais amplos e conservadores. Ainda assim, diversas pesquisas indicam que outros Núcleos do MFPA, fora do eixo paulista, apresentavam vínculos mais explícitos com pautas feministas, revelando, assim, a complexidade, a heterogeneidade e os tensionamentos que atravessavam o movimento em escala nacional.

Entretanto, como sabemos o regime militar e seu contexto repressivo desaprovava qualquer tipo de estrutura da sociedade civil, principalmente, quando envolvia mulheres que, inspiradas pelas norte-americanas, desafiavam a cultura e a união familiar no Brasil. Mesmo

assim, no final dos anos 70, era evidente: o movimento feminista estava presente no país, ainda que vulnerável, perseguido e dividido, todavia extremamente ativo o bastante para perturbar as autoridades tanto militares quanto aos colegas homens de esquerda (Pinto, 2003).

Essas nuances e/ou concepções de gênero têm sido um desafio inerente para as sociedades ao longo de todas as épocas e no próprio contexto do MFPA. Contudo, é essencial quebrar essa ideia simplista e deturpada a qual procura estabelecer uma hierarquia entre os vários movimentos feministas e femininos, como se alguns fossem mais legítimos ou válidos que outros. Ao invés disso, é importante considerar a diversidade, a complexidade desse movimento. Reconhecendo, então, que há diferentes abordagens e perspectivas viscerais desse movimento ativista em prol da anistia. Ou seja, não se trata de rotular os feminismos como mais ou menos feministas, mas, sim, de compreendê-los em seus diversos níveis de conscientização e engajamento. Assim sendo, seria um equívoco afirmar um certo embate ideológico entre o feminismo e o feminino num movimento com uma pluralidade tão diversa.

Daí, mais do que classificar o MFPA como feminista ou não feminista, importa compreender sua natureza ambígua e estratégica, inserida em um contexto autoritário, e sua contribuição concreta para a construção de uma cultura política de participação feminina e de defesa dos direitos humanos. Essa complexidade convida a uma leitura mais matizada do papel das mulheres na história recente do Brasil, reconhecendo nelas sujeitos políticos que, mesmo a partir de posições tradicionalmente associadas ao privado, foram capazes de tensionar e transformar as fronteiras entre o feminino e o político.

Diante do exposto, é possível afirmar que o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), conquanto que não se autodeclarasse feminista articulou-se como um importante ator político no contexto da luta pela redemocratização do Brasil, sobretudo, ao mobilizar discursos legitimadores ancorados em uma identidade feminina tradicional — como a de mãe, esposa e dona de casa — para reivindicar mudanças estruturais no regime autoritário. Assim sendo, a publicação do boletim *Maria Quitéria*, a partir de 1977, reforça esse posicionamento, constituindo-se não apenas como um meio de comunicação, mas como um espaço estratégico de visibilidade e construção discursiva, em que se articulavam diferentes vozes sociais em defesa da anistia, incluindo intelectuais, religiosos e juristas.

3 É HORA DE ESQUECER?

El olvido está tan lleno de memoria que a veces no caben las remembranzas y hay que tirar rencores por la borda en el fondo el olvido es un gran simulacro nadie sabe ni puede / aunque quiera / olvidar.

(Mario Benedetti)

As interações entre a mídia do Brasil e o regime civil-militar foram intrinsecamente diversificadas e têm sido alvo de análise e ponderação por estudiosos, sociólogos e profissionais de comunicação. De 1964 a 1985 a mídia encarou diversos obstáculos e influências por parte do governo autoritário, ao longo desse intervalo. De forma geral, é possível verificar que a imprensa adotou distintas posições em relação à ditadura. Alguns meios de comunicação colaboraram com o regime, apoiando-o de forma explícita e agindo como representantes do governo militar. Já outros optaram por uma abordagem mais crítica e combativa, tentando expor os excessos de poder, as violações dos direitos humanos e as limitações à liberdade de expressão impostas pelo regime.

A pequena imprensa desempenhou um papel de extrema relevância no cenário ditatorial e essa área tem sido propícia para várias reflexões sobre o período, podendo a mesma ser utilizada como fonte histórica ou mesmo como objeto de análises de estudos historiográficos. É partindo desse pressuposto que esse capítulo tem como finalidade uma abordagem que abrange as nuances da imprensa alternativa como uma das principais fontes de divulgação do MFPA.

Além disso, sob o prisma teórico-metodológico, para se trabalhar a questão da anistia e memória recorreremos a perspectiva do **Tempo Presente** e do **Passado que dói** (grifo nosso), pois no contexto da redemocratização brasileira com bases na Lei da Anistia ainda (co)existem reverberações problemáticas na execução desse dispositivo legal que teve como base o esquecimento do período repressivo da ditadura militar, transcendendo às questões desse período repressivo que ecoa à modernidade devido ao fato de que muitos familiares das vítimas dos agentes do Estado estarem vivos e sem respostas sobre o que de fato ocorreu com esses “desaparecidos”.

Dito isso, nesse capítulo, buscamos também demonstrar como a pequena imprensa (alternativa) desempenhou um papel multifacetado; em razão disto, vislumbramos uma breve tessitura a respeito de como MFPA moldou-se para articular e disseminar suas principais ideias

referentes a anistia. Também analisaremos de que maneira o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) abordava a questão dos desaparecidos políticos em suas páginas do *Boletim Maria Quitéria*. Partindo desse ponto, o objetivo é compreender como a pequena imprensa alternativa se consolidou como uma das principais ferramentas de divulgação das ações e ideias do MFPA

Nas duas últimas edições do *Boletim Maria Quitéria* é possível percebermos um esforço editorial voltado para a atualização dos debates em torno da Lei de Anistia, sobretudo, no que se refere à sua aplicação e às limitações impostas à justiça de transição no Brasil. O periódico não apenas aprofunda o diálogo sobre os desdobramentos legais e políticos relacionados à responsabilização por crimes cometidos durante a ditadura militar, como também incorpora denúncias atuais que nos convidam a refletir criticamente sobre o tratamento dado às violações de direitos humanos ocorridas nesse período.

Um aspecto particularmente marcante dessas edições é o destaque conferido aos casos de desaparecimentos forçados, um dos crimes mais emblemáticos e dolorosos do regime autoritário. Então, o Boletim levanta questões importantes sobre o silenciamento e a ausência de respostas estatais concretas, evidenciando o quanto a verdade ainda é negada às famílias das vítimas. Logo, as matérias e reportagens trazem depoimentos, documentos e análises que mostram como o desaparecimento político não se encerra no ato violento em si, mas se perpetua na omissão e na negligência do Estado em investigar, reconhecer e reparar esses casos.

Ao trazer à tona essas histórias, o *Boletim Maria Quitéria* também nos leva a refletir sobre que tipo de memória está sendo construída — ou, em alguns casos, apagada — no Brasil contemporâneo. A insistência em manter viva a lembrança dos desaparecidos não é apenas uma reivindicação de justiça, mas uma forma de resistir à narrativa oficial que tenta minimizar ou relativizar os horrores da ditadura. Nesse sentido, o periódico atua como um importante instrumento de preservação da memória coletiva, contribuindo para a formação de uma consciência crítica sobre o passado autoritário do país e sobre os desafios ainda presentes na luta por verdade e justiça.

Na edição nº 3 do *Boletim Maria Quitéria* estampou em sua capa uma pergunta provocadora: "É hora de esquecer?" Longe de ser uma dúvida neutra, esse questionamento expressava de forma clara uma crítica à ideia de anistia como sinônimo de esquecimento. Ao colocar essa indagação em evidência, o periódico se posicionava contra qualquer proposta de reconciliação nacional que ignorasse a dor e a memória dos mais de doze mil exilados e desaparecidos políticos.

O questionamento (figura abaixo) funcionava, assim, como uma recusa simbólica ao apagamento das violências cometidas durante a ditadura militar, reafirmando a importância da

verdade, da justiça e da preservação da memória histórica como pilares fundamentais para a construção de um país verdadeiramente democrático.

Figura 7 - É hora de esquecer?



Fonte: Boletim Maria Quitéria, ano II, nº 3, de 1978, p. 1.

A indagação presente na imagem — “A hora de esquecer estaria mesmo chegando?” — atua como um ponto de tensão entre o desejo de superação do passado e a responsabilidade de não apagá-lo. Nesse contexto, a provocação visual ecoa diretamente a capa da edição nº 3 do *Boletim Maria Quitéria*, que trazia a pergunta “É hora de esquecer?”, recusando uma anistia que implicasse no silenciamento da memória dos mais de doze mil exilados e desaparecidos políticos.

É nesse ponto que a reflexão de Ricoeur (2007) se torna especialmente relevante. Ao discutir os limites entre os usos e abusos da memória e do esquecimento, Ricoeur associa a anistia a uma forma de “esquecimento comandado” — seja ele manipulado politicamente ou resultado de uma memória impedida. Para o autor, essa forma de esquecimento não representa uma superação legítima do passado, mas uma tentativa de controle sobre o que pode ou não ser lembrado.

Essa ideia nos obriga a refletir: quando o esquecimento é institucionalizado, o que está realmente sendo perdoado? E quem tem o poder de decidir isso? Tanto a imagem quanto o Boletim nos alertam para os riscos de uma reconciliação que se construa sobre silêncios, e não sobre o reconhecimento dos traumas históricos. Nesse sentido, a recusa ao esquecimento não é

um desejo de vingança, mas um compromisso ético com a verdade e com a dignidade das vítimas.

Conforme o pensamento do supracitado filósofo francês:

A fronteira entre esquecimento e perdão é insidiosamente ultrapassada na medida em que essas duas disposições lidam com processos e com a imposição da pena; ora, a questão do perdão se coloca onde há acusação, condenação e castigo; por outro lado, as leis que tratam da anistia a designam como um tipo de perdão (Ricoeur, 2007, p. 459).

É nesse contexto de reflexão que Ricoeur nos adverte: a anistia é uma representação distorcida do perdão que tenta apagar — sob a aparência da reconciliação que tenta apagar — sob a aparência da reconciliação — aquilo que deveria ser lembrado e punido. Ao transformar o perdão em lei, o que está em jogo não é apenas a absolvição simbólica, mas a exclusão da punição e, conseqüentemente, o apagamento da memória dos crimes cometidos. Essa manipulação compromete o pacto de “nunca mais” firmado por parte da sociedade brasileira ao fim da ditadura, impedindo a consolidação de uma memória coletiva que seja crítica e transformadora (Ricoeur, 2007).

Com a promulgação da Lei da Anistia, nos vem o questionamento a respeito das condições da memória imposta à sociedade brasileira e sua possível memória de esquecimento. Para Ricoeur (2007), tanto a questão do esquecimento como a questão do perdão encontram-se naturalmente ligadas. Nesse contexto, a memória seria o mosaico e a fidelidade do passado, enquanto o perdão tem o papel de apaziguamento com a história do nosso passado.

Sendo assim, tanto a “memória apaziguada” como um “esquecimento feliz” (Ricoeur, 2007, p. 451), são bem mais problemáticos e minuciosos, visto que tal perdão muitas vezes pode vir em forma de esquecimento, como uma resolução rápida para legitimar o passado traumático na sociedade. Sob a ótica de Michel e de Ricoeur:

O esquecimento-negação advém igualmente de uma forma involuntária de esquecimento. Diferente da omissão involuntária que ocorre no normal funcionamento da memória, a negação aparece claramente como uma expressão patológica da memória. Essa disfunção memorial a qual a psicanálise freudiana se propôs explicar a partir de sua forma sintomática está vinculada à carga traumática de lembranças que são distanciadas da esfera consciente (Michel, 2010, p. 16).

É nesse clima de tensão entre lembrança e esquecimento que surge a provocação estampada na edição seguinte do *Boletim Maria Quitéria*, sob o título: “O dia de esquecer estaria mesmo chegando?” O enunciado, longe de anunciar um encerramento do passado, alerta

para a ingenuidade de se crer no esquecimento diante das evidências de continuidade do autoritarismo. O próprio boletim adverte que a hora de esquecer ainda não havia chegado — nem poderia chegar —, dado que os desfechos do regime e suas marcas ainda estavam muito presentes na vida política e social do país.

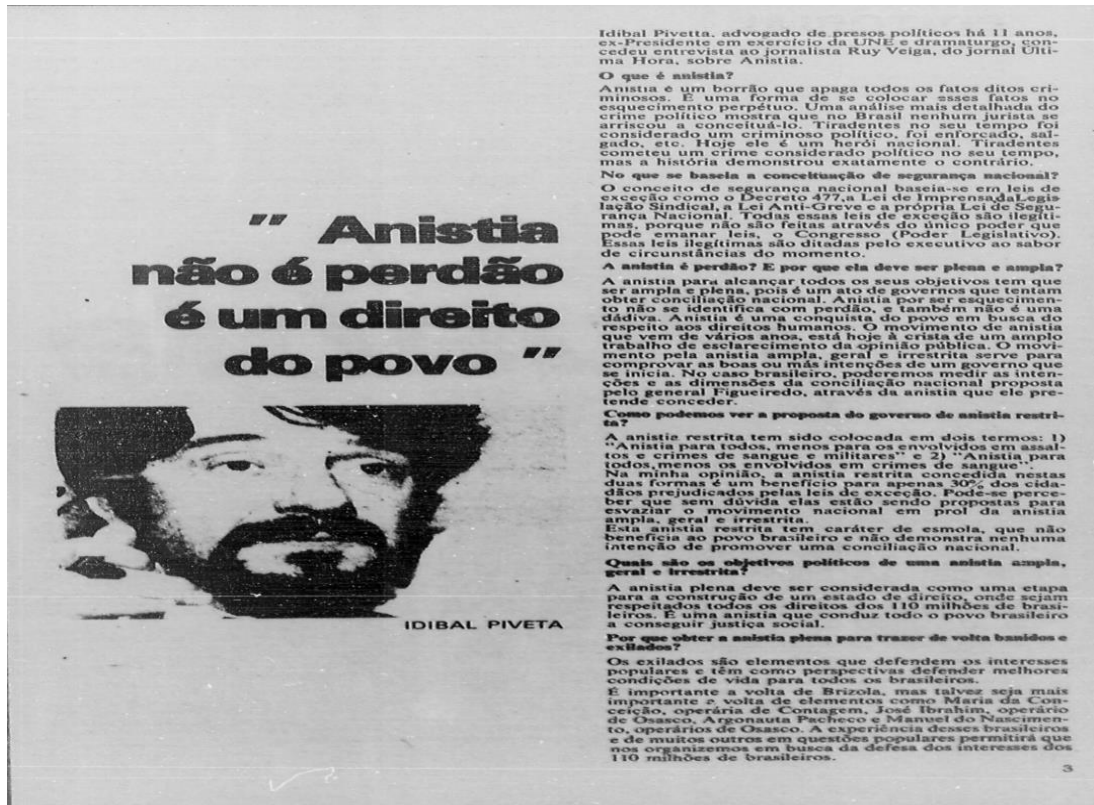
Essa abordagem reforça de forma contundente a crítica de Ricœur ao sublinhar a importância de preservar a memória dos crimes cometidos como uma forma de resistência ao apagamento histórico. Lembrar não é apenas um dever moral com as vítimas do regime, mas uma necessidade política para evitar que os erros do passado se repitam. Conforme afirma o próprio *Boletim Maria Quitéria*:

Devemos acreditar na sinceridade do governo? Bem, pelo menos uma coisa é certa: não lhe restam, a essa altura, muitas alternativas. E, depois, estamos em um ano eleitoral. Mas nós ainda lutamos por uma democratização real, com anistia ampla, sem adjetivos. Sabemos que esses acenos pouco significam diante das marcas deixadas por quatorze anos de arbítrio e prepotência (*Boletim Maria Quitéria*, 1978, p. 8).

Essa declaração revela não apenas a desconfiança em relação às promessas governamentais, como também o desejo de uma justiça verdadeira que não se contente com gestos simbólicos, e, sim, com ações concretas que enfrentem o legado do autoritarismo com responsabilidade e memória. Destarte, diversos setores sociais como a Igreja Católica, professores, estudantes, artistas, jornalistas, o MDB e personalidades de grande influência na sociedade estavam envolvidos nessas manifestações (*Boletim Maria Quitéria*, 1978).

Sendo assim, a última edição do *Boletim Maria Quitéria* publicada em março de 1979, poucos meses antes da promulgação da Lei da Anistia, trouxe na capa a imagem de Dom Paulo Evaristo Arns. Incluiu também uma entrevista com Idibal Piveta sobre sua visão da anistia, ecos do Vaticano dentre outras discussões. Essa edição dialogava diretamente com as propostas sobre a temática da anistia que estavam sendo analisadas:

Figura 8 - Idibal Piveta e a sua aula sobre anistia



Fonte: Boletim Maria Quitéria, 1978.

Depois de anos de movimentos que pediam por anistia e com tantas pressões de ordem político-ideológico ficava nítido que o governo não poderia protelar por muito tempo à questão. E para amenizar as pressões exercidas pelo CBAs, MFPAs, imprensa alternativa, MDB e as demais mobilizações sociais que exigiam a anistia, ampla, geral e irrestrita, com vista a levar a julgamento todos os responsáveis por crimes de lesa humanidade, segundo Duccini (2017, p. 99): “o governo passou então a discutir a possibilidade de uma anistia parcial e restrita para anistiar justamente os responsáveis pelas mortes e torturas”. O boletim advertia sobre essa situação:

A Anistia restrita tem sido colocada em dois termos:

- I) Anistia para todos, menos para os envolvidos em assaltos e crimes de sangue e militares e;
- II) Anistia para todos, menos os envolvidos em crimes de sangue (Boletim Maria Quitéria, 1979, p. 3).

Na entrevista concedida por Idibal Piveta, publicada no *Boletim Maria Quitéria* (1979), o advogado defendia que a anistia deveria ser plena, ampla e irrestrita representando uma etapa essencial para a reconstrução do país. Para ele, esse processo deveria garantir os direitos e a dignidade dos 110 milhões de brasileiros da época, promovendo justiça social e consolidando um verdadeiro Estado de Direito. Nesse sentido, em sua fala, Piveta reforça o

caráter reparador da anistia, ao afirmar que a anistia é um borrão que apaga todos os fatos ditos criminosos. Ou seja, uma forma de se colocar esses fatos no esquecimento pelo tempo. Ele questiona o uso da anistia como mecanismo de impunidade e destaca a necessidade de que ela seja acompanhada de memória, verdade e compromisso com a justiça:

Já é público ser o projeto da Anistia de caráter restrito. Ressalta a ambiguidade em toda a manobra política do governo: incorporar à constituição e à lei de Segurança Nacional todos os instrumentos de repressão e, após concede uma Anistia anêmica (Boletim Maria Quitéria, 1979, p. 2).

Após elencar o caráter ambíguo da anistia proposta pelo governo, o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) solicitou ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) - como um dos principais órgãos legislativos - a apresentação de novas propostas de emenda para adequar à lei a uma realidade condizente com a brasileira (*Boletim Maria Quitéria*, 1979).

A partir desse contexto de mobilização e denúncia, as páginas seguintes se debruçam sobre uma das mais dolorosas e persistentes marcas deixadas pelo regime militar: o desaparecimento forçado de pessoas. Mais do que números ou casos isolados, esses desaparecimentos representam um silêncio imposto por um Estado autoritário que tentou apagar não apenas vidas, mas também memórias. Entender essa dimensão é fundamental para compreender as demandas por justiça, verdade e reparação que ainda hoje ecoam na sociedade brasileira.

Outrossim, o periódico fez menções diretas a presos desaparecidos, acusados de atividades subversivas. Para destacar a perseguição política enfrentada por muitos familiares de presos e desaparecidos que ousaram denunciar os abusos do regime militar, o jornal citou o exemplo da estilista Zuzu Angel a qual tentou descobrir o paradeiro de seu filho Stuart Edgar Angel Jones. Ela denunciou a história do seu filho em diversos canais de imprensa internacional, chegando inclusive disponibilizar alguns documentos sobre os métodos repressivos utilizados pelo estado brasileiro (*Boletim Maria Quitéria*, 1979):

Stuart Edgar Angel Jones, filho de Zuzu e Norman Angel Jones, casado, 26 anos, preso por atividades subversivas (assalto ao bar ‘Castelinho’) em 14 de maio de 1971 e morto na madrugada do dia 15, no pátio do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, por aspiração de gases tóxicos, através do escapamento de uma viatura a que estava amarrado, segundo depoimento de Alex Polari de Alverga, preso na ocasião no mesmo órgão de repressão (Boletim Maria Quitéria, 1979, p. 6).

Diante das evidências apresentadas pelo periódico, fica evidente que o desaparecimento forçado de militantes como Stuart Angel Jones não apenas revela a brutalidade

da repressão estatal, como também escancara a dor enfrentada por famílias que ousaram romper o silêncio imposto pela ditadura. O caso de Zuzu tornou-se símbolo da resistência civil frente à violência institucionalizada. Sua coragem, somada à de tantas outras mães, pais e familiares alimentou uma mobilização que exigia verdade, memória e justiça — pilares fundamentais para qualquer processo de reconciliação nacional. Nesse contexto, as palavras registradas no *Boletim Maria Quitéria* (1979, p. 9) assumem um tom de luto, esperança e reivindicação:

Oremos! Por um dia: o dia breve que nos possa vir devolver nossas filhas e nossos filhos aos seus lares / a serena elegância da presença de um filho, irmãos e pais / para festejar o grande reencontro da Nação / em torno dos ideais da liberdade (Boletim Maria Quitéria, 1979, p. 9).

Essa invocação, além de homenagear os que foram silenciados, reafirma a urgência de reconhecer o passado como caminho para a reconstrução democrática em que nenhuma ausência seja esquecida e onde o reencontro com a verdade seja finalmente possível. Portanto, são muitos os questionamentos nessa atmosfera que penumbra o “desaparecimento”, teriam essas pessoas sucumbidos? Muitas dessas respostas ainda permanecem e, caso a resposta para tal questionamento seja positiva, como conviver mortes que nunca chegaram de fato a serem reconhecidas?

Conforme o exposto, a prática do desaparecimento forçado ultrapassou o simples sumiço físico dos indivíduos: ela implicou a eliminação deliberada de suas identidades — por meio da destruição ou ocultação de documentos oficiais, da negação da existência de seus corpos e do silenciamento sistemático de suas histórias. Essa estratégia foi parte integrante da política de terror promovida pelas ditaduras civil-militares de segurança nacional no Brasil, sendo aplicada de maneira planejada e coordenada. De acordo com Bauer (2011a, p. 149):

A prática do desaparecimento como componente das estratégias de implantação do terror das ditaduras civil-militares de segurança nacional suscitou reflexões epistemológicas, metodológicas e teóricas, resultando em novas possibilidades de interpretação desse fenômeno através da utilização de categorias pouco exploradas. Mesmo com todos os desafios e as dificuldades apontadas para a representação desse período, é necessário compreender que o desaparecimento é um fato histórico acessível tanto à representação quanto à interpretação.

Esses mecanismos de apagamento não apenas produziram impactos profundos nas esferas política e social, como também suscitaram importantes reflexões teóricas, metodológicas e epistemológicas, contribuindo para o surgimento de novas formas de compreender e analisar o fenômeno. Mesmo diante dos muitos obstáculos que dificultam a

representação desse período de violência e ruptura, é essencial afirmar que o desaparecimento forçado constitui um evento histórico. Ele pode — e deve — ser investigado, interpretado e encarado com seriedade. Somente um compromisso real com a verdade permitirá a construção de uma memória coletiva alicerçada na justiça, na dignidade humana e nos valores democráticos:

O desaparecimento foi o método repressivo mais sofisticado das estratégias de implantação do terror das ditaduras civil-militares de segurança nacional latino-americanas. Empregado em todos os países da região, era considerado uma prática perfeita, porque, dentro de sua lógica desumana, não havia vítimas; logo, tampouco culpados nem delitos. Além disto, impossibilitava qualquer recurso legal que assegurasse a integridade física ou a liberdade da pessoa, pois o desaparecimento pressupunha uma série de medidas como o silêncio sobre as prisões. Sem informações sobre quem e para onde havia levado a vítima, em que circunstâncias tudo ocorrera e como se encontrava, seus parentes não se sentiam impotentes e paralisados (Bauer, 2011b, p. 151).

O desaparecimento, nesse sentido, não é um crime encerrado no passado: ele continua a acontecer enquanto persistirem o apagamento da memória, a negação da verdade e a ausência de justiça. Romper com esse silêncio imposto, reconhecer a dimensão sistemática dessa violência e honrar a dor dos que ficaram são passos indispensáveis para a construção de uma memória coletiva comprometida com os direitos humanos, com a dignidade e com os valores inegociáveis da democracia. A respeito disso:

Os dados sobre os mortos e desaparecidos no Brasil, até o momento, segundo a Comissão Nacional da Verdade dão conta de 434 pessoas, destas 210 estão desaparecidas, tendo negado seu último direito, o de uma morte digna, o da família enterrar o seu corpo. Esses números não são definitivos, estão em curso diversas comissões paralelas à CNV, são iniciativas de universidades, estados, entidades de classe, entre outras. Conforme a finalização destes relatórios os números estarão mais próximos da real dimensão da repressão. No entanto, é importante entender que a ‘quantidade’, neste contexto, é algo que, por si, não é capaz de dimensionar o terror perpetrado por meio do Estado (Steinke, 2017, p. 3).

Essas famílias foram privadas de rituais fundamentais de encerramento — não puderam velar seus entes queridos, despedir-se ou realizar um enterro digno. O luto, assim, ficou suspenso no tempo, transformando-se em um ciclo interminável, marcado por uma ferida que não cicatriza. A incerteza prolongada — em que o desaparecido é simultaneamente vivo e morto; presente e ausente — criou uma atmosfera de medo, silêncio e paralisia coletiva, segundo Ramos (2017, p. 4):

Para muitos familiares, o crime do desaparecimento é ainda pior do que o assassinato ordinário, justamente porque no primeiro caso ocorre uma privação da morte, uma vez que não existem corpos, e tampouco a certeza do encerramento da vida. Dessa

maneira, a ausência dos corpos e de informações dificultou, ou mesmo impediu o trabalho do luto para muitos familiares, e o discurso político que articula as demandas das vítimas da ditadura assinala a violência concreta e simbólica, dessas mortes ‘roubadas’ em vários lugares nos quais a prática foi utilizada como uma estratégia do terrorismo de Estado.

A sociedade brasileira demonstrou o seu descontentamento, pois sentiram-se injustiçados pela maneira como as questões foram conduzidas durante o período de transição política. A lei acabou tornando-se uma espécie de perdão político, já que a própria ditadura atuou em benefício próprio ao aprovar uma lei que garantisse impunidade a todos os agentes do estado envolvidos nos crimes lesa humanidade, sabe-se também que muitos dos crimes cometidos durante o período da ditadura militar foram ocultados pela própria lei da segurança nacional:

O Brasil representa eminentemente a ideologia da segurança nacional, já que os protagonistas da ideologia puderam preparar sistematicamente, durante quinze anos, sua estratégia, e em seguida lhes foi possível pô-la em prática - desde 1964 (Comblin, 1980, p. 151).

Criada em 1967 a Lei de Segurança Nacional (LSN) teve como principal objetivo fornecer uma base legal para a repressão política, servindo assim de controle “contra os crimes para com o Estado”, em que esse dispositivo jurídico tinha como objetivo reforçar a democracia e defendê-la contra o comunismo (Comblin, 1980). Ademais, a lei era responsável por definir punições para crimes como de: subversão da ordem política e social, formação de grupos armados contra o Estado, permitia a prisão de suspeitos sem prazo definido, métodos como tortura como método de interrogatório. No decorrer da ditadura civil militar a LSN foi amplamente utilizada como instrumento de repressão política com o objetivo de silenciar os seus opositores (Comblin, 1980):

Os torturadores que mataram suas vítimas cometeram homicídio, que é crime doloso contra a vida. Eles não foram obrigados a torturar e, muitas vezes, por vontade própria, impuseram às vítimas um sofrimento que, por sua natureza e intensidade, levaria à morte qualquer pessoa normal. Além disso, os torturadores eram servidores públicos civis ou militares que agiam profissionalmente, mediante remuneração, não podendo alegar objetivos políticos. O crime por eles praticado é autônomo em relação ao crime político praticado pelos dirigentes. Se algum deles quiser sustentar que agiu sob coação deverá esclarecer quem deu a ordem para que torturaram, e o Tribunal do Júri decidirá se a prova dessa alegação é convincente (Dallari, 2001, p. 33).

Nesse contexto, é importante discorrer um pouco sobre o uso do conceito: do passado que dói, o termo é utilizado pela historiografia, para tecer a respeito de eventos traumáticos que resultam em enormes perdas que deixaram marcas profundas dentro de uma sociedade e

nas pessoas afetadas, de modo que muitas vezes acabam por gerar uma memória coletiva dolorosa:

O modo como se constrói a memória é um objeto de estudo para os historiadores. Um objeto frio caso se trate, por exemplo, da memória sobre o passado romano construída durante o Império. A temperatura aumenta se o tema é a memória da nação e seus mitos de origem. O ponto máximo é alcançado quando se trata da memória do passado recente, ou melhor, daquela parte do passado recente ‘que dói’ (Romero, 2007, p. 11).

A expressão “passado que dói” enfatiza uma carga emocional associada a essas experiências históricas. E é válido ressaltar que o passado que dói está intrinsecamente relacionado com o tempo presente e tais temáticas continuam a reverberar no tempo presente, o ato de analisar historicamente esse pretérito é uma maneira de “ajustar contas com o passado que dói” (Romero, 2007, p. 11).

Concluir esta reflexão sem mencionar o silêncio oficial que ainda persiste seria impossível. Como aponta Bauer, a prática do desaparecimento forçado foi sistematicamente negada pelas Forças Armadas, apesar da existência de inúmeros relatos de testemunhas, companheiros de prisão e, em alguns casos, até da descoberta de corpos ou fragmentos de informações contidas em arquivos da repressão. Ainda assim, há aqueles dos quais nada se sabe e, nesse vazio, tudo o que nos resta é a presunção de que foram mortos (Bauer, 2011a, p. 152):

O conceito de ‘desaparecido político’ vem sendo interpretado muito estreitamente na tradição brasileira de Justiça de Transição, pois, de imediato, ela não compreende aqueles desaparecidos que não possuíam envolvimento direto com movimentos ou organizações de resistência à ditadura, como os índios, os camponeses, as minorias étnicas, sexuais etc. Simultaneamente, tal conceito é utilizado para designar apenas os desaparecimentos ocorridos no período que se inicia com os conflitos sociais do início dos anos 1960 e se encerra com a promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988 - como expressamente define o artigo 1º da Lei 9.140/95. Esse recorte cronológico pressupõe a tese da radical ruptura entre o regime ditatorial e a democracia que o seguiu, como se a transição, ‘lenta, gradual e segura’, tivesse se realizado com êxito.²⁴

De fato, falar desse passado é doloroso, mas necessário. É um passado que ainda sangra, pois muitos dos desaparecidos continuam desaparecendo todos os dias na memória e na ausência de justiça. As famílias seguem sendo torturadas pela incerteza, pela ausência de um corpo, de um nome escrito com dignidade na história oficial. O desaparecimento forçado é um

²⁴ COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. Sugestões da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos para o capítulo do relatório final da Comissão Nacional da Verdade que trata das recomendações ao Estado brasileiro. Arquivo Nacional, Fundo Comissão Nacional da Verdade. Notação: BR_RJANRIO_CNV.0.RMD.00092003158201463.

crime que não terminou, pois ainda atravessa o presente como um silêncio que se impõe, como uma ferida que o tempo não cura.

Por isso, retomar essas histórias, escavar documentos, ouvir testemunhos e nomear os responsáveis é mais do que um exercício de memória: é um gesto de compromisso com a dignidade humana e com a democracia. O passado dói, sim, mas ignorá-lo ou apagá-lo é permitir que essa dor continue sendo infligida — não apenas às vítimas e seus familiares, mas a toda a sociedade que ainda tenta se reconciliar com sua própria história. (Romero, 2007, p.9-15).

Portanto, diante os fatos arrolados, de que maneira podemos lidar com os acontecimentos ocorridos no passado? Esse é um questionamento ainda muito vigente na sociedade brasileira e não restringe-se apenas aos conflitos ocorridos durante os períodos de transição política, permanece presente apesar das tentativas de silenciar o passado por meio de anistias, estendendo-se ao longo dos anos. No que consta disponível para pesquisa a respeito do Brasil, em comparação a outros países da América Latina, é possível identificar que a busca por reconciliação com o seu passado autoritário tenha enfrentado severas limitações, podendo ser interpretado como insuficiente tanto sob a perspectiva das vítimas políticas quanto em relação ao Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Apesar de terem ocorrido progressos nas políticas de memória e verdade, especialmente entre os anos 2007 e 2014, o país viveu uma política de silenciamento que se originou durante a transição política e foi promovida por atores políticos que descendiam da ditadura, ao longo do período de redemocratização, principalmente, por via do poder de veto informal exercido pelas Forças Armadas. Mesmo com suas particularidades, as nações do Cone Sul vivenciaram um cenário similar de regimes autoritários durante a Guerra Fria, influenciadas por intervenções externas e pela repressão a um inimigo comum: a suposta propagação do comunismo. Entre suas semelhanças, destaca-se a prática sistemática de repressão e o terror de Estado (Abreu, 2021).

Nessa perspectiva, é perceptível que no Brasil os primeiros governos democráticos que vieram após a ditadura civil-militar foram marcados pela ausência de medidas concretas para investigar e punir os crimes cometidos durante o regime autoritário (Bauer, 2011a). Nesse sentido, a política de anistia, implementada nos primeiros anos da redemocratização, privilegiou a reconciliação nacional em detrimento da justiça e da verdade. Essa escolha, de caráter amnésico, perpetua a impunidade e dificultou o processo de construção de uma memória histórica sobre o período:

Percebe-se que as discussões sobre a questão dos desaparecidos, no caso brasileiro, emergem somente em momentos de crise, que despertam traumatismos profundos, produzem a irrupção da injustiça, o reaparecimento de memórias que não se exprimem publicamente. Aqueles que vêm a prática do desaparecimento como integrante das estratégias de implantação do terror da ditadura civil-militar, ou seja, entendem a ditadura como um regime de terrorismo de Estado, e, nos dias de hoje, relembram os desaparecidos com uma memória marcada pelo signo da impunidade e imunidade foram os que conformaram, e mantém até os dias de hoje, uma “memória subterrânea”, que não é aceita dentro das versões de pacificação, sendo qualificadas de ‘irritantes’ e, assim, desqualificadas moralmente (Bauer, 2011b, p. 210).

Tais ações só vieram a ser implementadas pelo estado brasileiro apenas na década 1990, com a implantação da Lei nº 9.140 já no ano de 1995. Esta ficou popularmente conhecida como lei dos desaparecidos; então, o estado passa a reconhecer oficialmente a morte das pessoas desaparecidas durante o regime militar, passando a garantir indenizações justas a seus familiares:

Art. 1º- São reconhecidos como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias (BRASIL, Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995).

Ao implementar a Lei dos Desaparecidos, o Estado deixou de abordar explicitamente a questão da justiça de transição, que envolve um conjunto mais amplo de medidas reparatórias e de reconhecimento da verdade, conforme observa Silva (2021, p. 32):

O próprio Estado, ao implementar a Lei dos Desaparecidos, não falava em justiça de transição. Esta ideia surge somente a partir dos trabalhos levados adiante pela Comissão de Anistia, a partir de 2002, se consolidando na esteira das medidas implementadas posteriormente, tanto dentro como fora do Estado.

Além disso, a busca por justiça e reparação avançou com a criação da CEMDP - (Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos) para investigar novos casos de mortos e desaparecidos políticos esse agrupamento, nos anos 2000, expandiu as políticas de reparação abrangendo diferentes grupos atingidos pela ditadura. O ápice desse processo foi a entrega do relatório final da CNV (Comissão Nacional da Verdade) em 2014, após uma década marcada por avanços em nível nacional e internacional na área dos direitos humanos (SILVA, João Batista Teófilo, 2021, p. 115-120)

Nesse presente desenrolar das situações políticas que o país estava vivenciando - João Figueiredo apossou-se da presidência do Brasil, em 15 de março de 1979, deu continuidade ao processo

de distensão “lenta, gradual e segura” já iniciada no governo de Ernesto Geisel²⁵ -, houve o afrouxamento em muitas das reformas políticas já havia acontecido (Duccini, 2017). Dentre elas a diminuição da censura à imprensa, o que era abertamente debatida pela imprensa alternativa, e a extinção do próprio AI-5. Consequentemente, não havia muitas alternativas, exceto a União minimizar os danos:

A atitude de Geisel que chegou a afirmar no longo depoimento a pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que a tortura era aceitável em determinados casos e até mesmo um mal menor, deu início a uma das mais conhecidas ideias defendidas pelos militares, a saber que: a tortura não foi uma prática do Estado, e sim uma ação que correspondia aos excessos praticados pelos comando (Martinho, 2006, p. 135).

Nessa perspectiva, a transição democrática brasileira, embora tenha marcado um novo capítulo na história do país, deixou em aberto diversas questões relacionadas aos crimes e violações de direitos humanos ocorridos durante o período autoritário. Posteriormente, a partir da década de 90, o surgimento do campo da justiça de transição proporcionou um novo olhar acerca desses temas, buscando mecanismos para lidar com o passado de forma mais aprofundada. Para tanto, ao investigar as formas como a sociedade civil, o Estado e as instituições têm lidado com a questão da memória e da justiça, pretende-se compreender como o passado continua a influenciar o presente e quais os desafios para a construção de uma democracia mais justa e equitativa.

No que tange à memória, esta é um conceito/recurso de recente revalorização de grupos sociais e políticos. A discussão sobre a memória, na sociedade atual, representa colocar em evidência problemáticas profundas que tocam a vida social e traz à luz dos nossos dias velhos dilemas necessários para a construção do conhecimento histórico estabelecendo, ao mesmo tempo, uma crítica à celebração do passado.

De acordo com Pollak (1989), a construção de memória está intimamente conectada com a própria construção e reconstrução do esquecimento, posto que encontra-se consequentemente atrelada a um processo de disputa que busca intervir no passado, desqualificando determinadas memórias e histórias. Essa intervenção por muitas vezes tende a atribuir investigações históricas parciais com base em apenas um dos lados, forjando, dessa forma, protagonistas e memórias enquadradas (de um determinado quadro do passado).

Nesse interim, quando dialogamos a respeito de memória individual e coletiva, é possível perceber o quão problemático é dialogar sobre isso. Como se dá tal transferência? Nesses contextos o uso de memória coletiva pode ser aplicado no que diz respeito à memória

²⁵ Ernesto Geisel foi o principal responsável pelo projeto que propunha uma Anistia parcial, dessa maneira, além de enfraquecer a proposta de Anistia ampla geral e irrestrita, mantinha-se o caráter autoritário e repressivo do governo (Relatório da II Reunião da CEN, recebido pelo CBA-BA) (Duccini, 2017, p. 100).

nacional, uma memória constituída, segundo Pollak:

A memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra. Como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas. Aldeias. Regiões, clãs, famílias, nações etc. (Pollak, 1989, p. 9).

Sendo assim, tais referências com o passado nos possibilitam manter um vínculo com o coletivo. Ainda na ótica de Ricoeur (2007, p. 451), “tais manifestações individuais do esquecimento estão vinculadas com as suas formas coletivas”, o que nos possibilita concluir uma preocupação genuína com a própria memória. Trazendo para o contexto ditatorial brasileiro, uma memória ou, nesse caso, uma ausência de memória dolorosa, era um sinal de que qualquer passado conflituoso e de confrontação, era declarado como socialmente superado.

É válido ressaltar que, ao dizer que “não há uma memória social e que há esquecimento e silêncio”, não estamos negando a existência de um passado ditatorial no Brasil. De fato, utilizamos as metáforas de esquecimento e silêncio para destacar que uma grande parcela da sociedade ou não possui memórias políticas sobre esse período ou adota uma postura negacionista (Bauer, 2011). Com efeito, o Estado desempenha um papel significativo nesse silenciamento político, posto que essa figura de linguagem é usada para exigir do Estado o reconhecimento público da existência do terrorismo de Estado, além de uma postura clara em relação ao passado e a implementação de políticas públicas de memória e reparação, consoante ao trecho:

Esta memória começou a ser formulada a partir da promulgação da Lei de Anistia em 1979, quando a memória até então subterrânea dos ex-presos e dos familiares de mortos e desaparecidos políticos passou a concorrer com a memória oficial instituída pelos militares – que não necessitava até aquele momento de um imperativo de justificação para legitimar-se, pois se tratava de uma ditadura (Bauer, 2011, p. 4).

E com a anistia veio a ausência de ações do Estado para abordar questões éticas, ao invés de apenas difundir a carência de informação. Isto acarretou em uma sensação de que a ditadura civil-militar no Brasil ainda é um assunto de (tempo) presente, com os sinais de resistência ao esquecimento e à omissão persistindo (Bauer, 2011). Portanto, essa prática de amnésia (esquecimento) podem não ser apenas fenômenos psíquicos, o que nos possibilita pensar sobre um silenciamento da memória como jogo e discurso político.

Cabe-nos, então, a reflexão sobre a memória histórica e institucional brasileira a respeito do período da ditadura, tendo em vista que o Estado por muitos anos foi contra as políticas de esquecimento e da impunidade durante os governos que marcaram a transição democrática, acarretando em impunidade dos envolvidos nos crimes de terrorismo no Estado brasileiro. Diante disso, é salutar uma revisão crítica do passado, bem como a necessidade de romper com o discurso predominante. Sendo crucial trazer à tona a historiografia, a memória dos excluídos - aqueles cujas vozes e vivências foram marginalizadas ao longo do tempo.

Nesse sentido, torna-se imprescindível iniciar uma discussão sobre a definição de política de memória e reparação tendo em vista que a historiografia brasileira tem dedicado cada vez mais atenção à análise do processo de construção da memória pós ditadura civil-militar. Por conseguinte, a memória, entendida como uma construção social em constante transformação, é um campo de estudo fértil para a história cultural e a história do tempo presente (Halbwachs, 2003, p. 70-74). Logo, as pesquisas aqui exploradas demonstram que as questões relacionadas a esse período continuam a ser uma seara de debate e novas interpretações.

3. 1 IMPRENSA, BRASIL MULHER E A CAMPANHA DA ANISTIA

Durante os quinze anos mais intensos da ditadura militar no Brasil, compreendidos entre 1964 e 1980, floresceu e, em igual medida, se extinguiu um número expressivo de periódicos — cerca de 150 — que se caracterizavam, em sua maioria, pela postura de oposição firme e intransigente ao regime autoritário vigente. Esses veículos de comunicação passaram a ser conhecidos como imprensa alternativa ou, de forma mais coloquial e simbólica, “*imprensa nanica*”, consoante ao fragmento:

A palavra *nanica*, inspirada no formato tabloide adotado pela maioria dos jornais alternativos, foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixaram cativar por esses jornais. Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa. Ainda sugeria imaturidade e promessas de tratamento paternal. Já o radical de *alternativa* contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, ‘nalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam (Kucinski, 2001, p. 5, grifos do autor).

Esse vocábulo representava, ainda, uma espécie de única saída em meio à censura institucionalizada e, nesse sentido, a imprensa alternativa constituía não apenas um meio de circulação de ideias dissidentes, mas um verdadeiro instrumento de contestação cultural,

política e ideológica, ao mesmo tempo em que buscava reinventar as formas de se comunicar e fazer jornalismo acerca da repressão.

Destoando da postura geralmente conivente da grande mídia em relação à ditadura militar, os jornais da chamada imprensa alternativa se destacaram pela sua atuação ousada e autônoma. Esses veículos denunciavam de modo contundente as injustiças do regime, lutavam pelo retorno à democracia e pelos direitos humanos, além da crítica à política econômica da época, mesmo durante o período conhecido como “milagre econômico” (1968–1973).

Não raro, ao desviar-se do discurso oficial amplamente promovido pelos grandes meios de comunicação, esses jornais “nanicos” estabeleceram um espaço de debate contra-hegemônico que foi severamente reprimido pelos órgãos de segurança do governo. Eles enfrentaram não apenas a censura, mas também a perseguição sendo tratados como verdadeiras “frentes” do comunismo, conforme os princípios da Doutrina de Segurança Nacional, que prevalecia no contexto da Guerra Fria (Kucinski, 2001).

É nesta conjuntura de repressão, censura e resistência que o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) emerge, articulando-se como uma das expressões mais relevantes da mobilização social contra o regime autoritário. Assim como a imprensa alternativa, o MFPA não apenas contestava a violência do Estado e reivindicava o retorno das liberdades democráticas, bem como criava espaços próprios de enunciação, em que vozes femininas - antes marginalizadas - passaram a desempenhar papel central na articulação política e na construção de narrativas de denúncia. Por meio de boletins como o *Maria Quitéria*, o movimento passou a integrar o universo da comunicação alternativa, contribuindo para a circulação de ideias dissidentes e para a formação de uma consciência crítica sobre os limites da democracia e a urgência da anistia ampla, geral e irrestrita.

Nesse primeiro momento, a principal finalidade do movimento era promover debates sobre o tema da anistia. Para atingir esse objetivo, o Movimento desenvolveu um documento intitulado *Manifesto Brasil Mulher* que foi divulgado em larga escala, apresentando suas principais ideias e propostas. Em decorrência disso, tendeu a necessidade de estabelecer um canal de comunicação direto com o público brasileiro:

A necessidade da luta pela Anistia surgiu e com ela a ideia do lançamento de boletins que informassem sobre a campanha, que evoluiria mais tarde para a formação do jornal *Brasil Mulher* que, além de tratar deste problema, trataria de outros atinentes a mulher brasileira (Zerbini, 1979, p. 57, grifo do autor).

A partir do conceito inicial de boletim, surgiu a ideia de criar um periódico com a colaboração do grupo de Londrina²⁶ e o suporte do núcleo de São Paulo. Esse esforço coletivo possibilitou uma aproximação significativa entre Therezinha Zerbini e Joana Lopes, cuja parceria foi fundamental para a concretização do projeto. Assim, o jornal *Brasil Mulher* surge como desdobramento direto da mobilização feminina no contexto da luta pela anistia, revelando o protagonismo de mulheres que, articuladas em rede, souberam utilizar os meios de comunicação como ferramentas estratégicas de enfrentamento político.

Nessa perspectiva, a ideia inicial de produzir apenas um boletim informativo, mencionada por Joana Lopes, rapidamente se transforma em um projeto editorial mais ambicioso, motivado tanto pela urgência do momento político quanto pela experiência prévia de suas idealizadoras no campo da comunicação:

- Ela (Zerbini) traz circunstâncias para eu criar o Brasil Mulher. Eu estava na minha redação e uma jornalista me ofereceu a lista para assinar e me convidou para participar de uma reunião em São Paulo na casa da Zerbini, sobre o movimento da Anistia. Eu fui e voltei para Londrina com várias listas para colher assinaturas. Juntei um grupo de mulheres pra trabalhar comigo nesse recolhimento, e em algum momento disse: 'eu acho que valia até a gente fazer um boletim para tratar desse assunto'. Mas aí eu pensei bem e falei: 'por que eu vou fazer um boletim se eu trabalho em um jornal? Por que eu não meto a cara e faço um jornal?' E, para divulgar a luta pela anistia, vou fazer uma matéria sobre o assunto no jornal que trabalho; chamo a Zerbini aqui para fazer uma conferência e, nesse (jornal) que eu criar, sai uma grande entrevista com ela. Nos juntamos localmente e começamos a fazer o BM: ela veio, deu a entrevista, fez a palestra, e eu a convidei para integrar o grupo para a gente tocar o jornal juntas. Ela levou o zero para vender e divulgou nas viagens que fazia pela anistia (Entrevista com Joana Lopez, concedida a Elisabeth Cardoso em 11/11/2003).

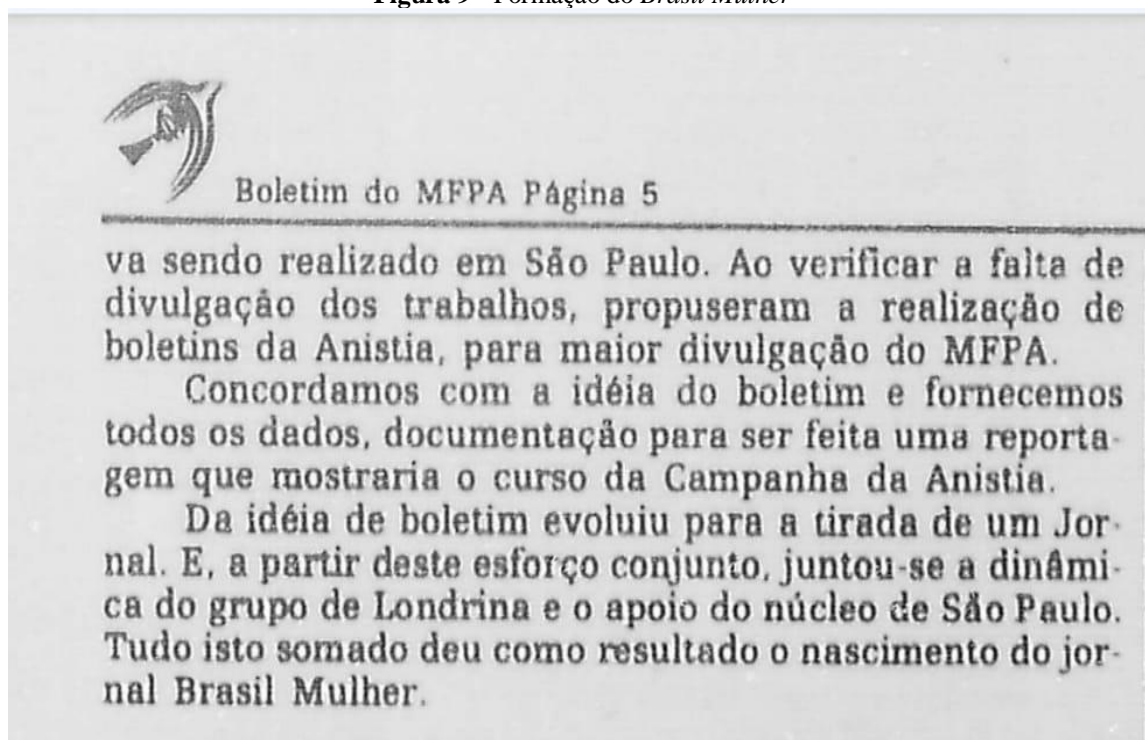
Inferimos que a colaboração entre os núcleos de Londrina e São Paulo, especialmente entre Joana Lopes e Therezinha Zerbini, evidencia não apenas a dimensão coletiva do empreendimento, como também a potência das articulações locais e afetivas na conformação de projetos de alcance nacional. O *Brasil Mulher* nasce, portanto, da confluência entre a prática jornalística, o ativismo político e o engajamento de mulheres que, embora não se autodenominassem feministas, no sentido estrito, produziam um discurso engajado profundamente atravessado por questões de gênero.

3.1.1 Formação do *Brasil Mulher*: muros ideológicos

²⁶ Fomos procuradas por mulheres de Londrina que trabalham coletando assinaturas. Trouxeram o fruto do trabalho realizado. Mostramos a elas a documentação do MFPA para que pudessem ficar esclarecidas e esclarecer o restante no núcleo, sobretudo o trabalho que estava sendo realizado em São Paulo. Ao verificar a falta de divulgação dos trabalhos, propuseram a realização de boletins da Anistia, para a maior divulgação do MFPA. Concordamos com a ideia do boletim (Entrevista a Cardoso, 2004).

Antes de prosseguimos ao pressupostos do MFPA e suas nuances sociopolíticas e/ou ideológicas, um adendo sobre a formação do *Brasil Mulher* devido a sua pertinência e importância neste estudo-pesquisa. O jornal *Brasil Mulher* (BM) teve sua fundação no estado do Paraná na cidade de Londrina no ano de 1975, dirigido pela jornalista Joana Lopes. Esse jornal surgiu em um contexto político de muita efervescência política, o BM se intitulava como um jornal feminista e o seu nascimento está diretamente ligado ao Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), já que a princípio a ideia seria usar o *Boletim Maria Quitéria* como principal vínculo para divulgar as ideias da campanha a respeito da Anistia (Teles, 1999), segundo a ilustração abaixo:

Figura 9 - Formação do *Brasil Mulher*



Fonte: Boletim Maria Quitéria, nº 1, 1977, p. 5.

Apesar de ter sido criado no contexto da campanha pela Anistia, o jornal *Brasil Mulher* ampliou suas discussões para abarcar questões sociais que orbitavam as mulheres no Brasil e no mundo. Ainda na entrevista a Cardoso (2004, p. 85-86), em 11/11/2003, Joana Lopes esclarece que:

[...] já no número 1, se qualifica a existência do jornal *Brasil Mulher*, com um grupo grande de mulheres com interesses muitos diversos. O BM atraiu tendências diferentes. Quando a gente começa a qualificar a abertura democrática desse jornal, que é anistia para todos, ela sai e vai criar o *Maria Quitéria*. Na época ela disse: porque eu não estou aqui para apoiar anistia para terroristas. Sou católica, não quero saber disso, vocês são mulheres de esquerda. E era isso mesmo: havia muitas

diferenças entre nós e Zerbini.

Embora tais discursões enriquecesse o BM, tais dinâmicas não passaram sem tensões. Dessa maneira, surgiram confrontos de ideias e algumas discordâncias entre os grupos do veículo, pois o escopo temático do jornal se expandiu, abordando conteúdos voltados para as mulheres e suas lutas contra a violência de gênero, a submissão feminina e a participação das mulheres na esfera pública. Assim sendo, as opiniões de Joana Lopes iam de encontro com as de Therezinha Zerbini. Esta desejava focar exclusivamente nas ações do Movimento Feminino Pela Anistia.

Diante desse cenário conflitante, Zerbini optou por se desligar do jornal BM, alegando que não concordava com a abordagem de questões feministas no jornal (Jelin, 2009):

Essa separação também se deve ao fato de que o Brasil Mulher não mais falava ao público leitor que inicialmente abordava. Seu público havia mudado, por conta das pautas que o jornal passou a ter. Assim um leitor mais conservador e masculino, interessado em discutir questões referentes à anistia, não mais se via contemplado nas páginas do Brasil Mulher. Percebe-se aí uma questão que denota a intenção do grupo liderado por Zerbini de intensificar e ampliar ainda mais seu arco de alianças e apoios, entre eles entidades, políticos, figuras da opinião pública que talvez não se identificassem com o tipo de luta estabelecido pelo Brasil Mulher (Zerbini, 1979, p. 38).

Ressaltamos também que essa divisão também ocorreu porque o *Brasil Mulher* não estava mais dialogando com o público que costumava atingir inicialmente. Não raro, as mudanças das pautas do jornal fizeram que alguns integrantes discordassem das novas pautas; além disso os leitores mais conservadores e interessados em temas apenas ligados à anistia, deixaram de se sentir representados nas páginas do *Brasil Mulher*. Neste ponto, fica evidente a estratégia do grupo liderado por Zerbini de ampliar suas alianças e apoios, buscando parcerias com entidades, políticos e personalidades da opinião pública a qual não se identificavam com a linha de luta estabelecida pelo BM em prol da liberdade.

Apesar dessa fragmentação entre o MFPA e o BM é essencial destacar a relevância da imprensa feminina como uma ferramenta de resistência durante a ditadura civil-militar brasileira em meio aos diversos movimentos alternativos da década de 1970. Em suma, o movimento feminista se destacou na imprensa alternativa por sua linguagem progressista, suas propostas inovadoras e sua perspectiva política (Araújo, 2000).

3.3 A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA E DISCURSIVA DO BOLETIM MARIA QUITÉRIA

Como exposto anteriormente, a retirada do MFPA-SP do jornal *Brasil Mulher*, o Movimento decidiu pela criação do seu próprio espaço para a discussão dos problemas que orbitavam a Anistia. Assim sendo, foi criado o *Boletim Maria Quitéria*, em 1977, com o principal propósito de servir como porta-voz do movimento feminino pela anistia dedicando-se à divulgação de informações acerca da pauta. Consequentemente, esse “periódico” passou a desempenhar um papel de extrema relevância na pequena imprensa.

Diante o exposto, o *Boletim Maria Quitéria* é um importante fonte de pesquisa. Haja vista que é essencial fazer uma análise crítica e contextualizada, desde a sua abordagem até a sua omissão levando em consideração todo o processo de produção dos periódicos, a distribuição, a circulação, as imagens, e como estas são apresentadas. Logo, é um trabalho contínuo de desconstrução e reconstrução, sendo imprescindível ir além da superfície (De Luca, 2008), uma vez que os conteúdos veiculados na imprensa costumam refletir interesses específicos, não podemos considerar essa relação como algo imparcial.

Ratificamos que o “periódico” *Boletim Maria Quitéria* foi um dos principais canais entre o MFPA e o público. O Boletim, à título de informação, esteve ativo entre os anos de 1977 e 1979 lançando apenas quatro edições: duas em 1977, uma em 1978 e outra em 1979. De acordo com Carboni (2008), o baixo número de publicações torna difícil categorizá-lo como um periódico. Apesar de ser considerado a “imprensa” do MFPA, o boletim não se propôs e nem conseguiu se tornar um veículo de comunicação convencional, como um jornal semanal com leitores regulares e uma periodicidade fixa.

Apesar dos empecilhos, Zerbini rastreou um jornalista que ficaria responsável pela edição do *Boletim Maria Quitéria* por meio de recomendações. Dessa forma a advogada ativista fechou uma parceria com o jornalista Nicodemus Pessoa, da Paraíba. Além dele, destacamos mulheres como Ana Maria Garcia, Lenira Machado Dantas, Maria Bernadete Fernandes Oliveira, Norma do Valle, Diana Mendonça, Irene Abramo e Mesquita Assumpção. Estas pessoas participaram diretamente da produção do boletim ao longo de suas edições. Nicodemus Pessoa permaneceu no boletim até sua última publicação, coincidindo com a aprovação da Lei da Anistia (Carboni, 2008):

Todavia, apesar de sua falta de periodicidade e da má aparência gráfica, o boletim ficou conhecido e se fazia notar pelas mulheres, que o carregam embaixo do braço em eventos pela Lei da Anistia, ou em mesas de redação de jornais, alternativos ou convencionais (Carboni, 2008, p. 43).

O *Boletim Maria Quitéria* consistia em um formato de 16 páginas em papel jornal, com dimensões A4. As matérias costumam vir acompanhadas com ilustrações e, quase sempre, com algum tipo de questionamento; a organização do boletim se dava do seguinte modo: divisão por seções - primeiro o editorial, histórico, correspondências e entrevistas. Ademais:

A capa foi inicialmente projetada por Nicodemus Pessoa, colaborador da revista. Ele fez o esboço da diagramação, mas havia o diagramador na gráfica onde o boletim era impresso. Contudo, era Nicodemus quem escolhia os títulos, manchetes e demais decisões da capa. Na capa da primeira edição, Maria Quitéria está ilustrada ao centro do boletim em uma gravura. Utilizando seu corpo enquanto traço delimitador, está escrito o editorial da revista, com diversos detalhes. Utilizando a mesma tipografia, em destaque está a frase: ‘Por que a nossa luta em favor da anistia?’ Este questionamento não é respondido tão facilmente na capa (Fuchs, 2018, p. 35).

Diante de todo o panorama no qual o Brasil se encontrava, o *Maria Quitéria* buscava conduzir-se com diligência, de acordo com Carboni (2008, p. 45): “o mesmo se posicionava atrás de alguns jornais e periódicos da imprensa alternativa, reverberando as informações desses jornais”. Tal posicionamento, fez-se de extrema importância para que o Boletim viesse a se posicionar sem sofrer qualquer espécie de repressão e, dessa forma, tornou-se viável o diálogo a respeito da anistia.

Ao analisar a construção da identidade do MFPA, podemos observar que desde sua gênese, o Movimento defendia uma anistia ampla e geral e para operar dentro do sistema de repressão política da ditadura civil-militar, o MFPA adotou um discurso predominantemente de gênero, apresentando-se de forma pacífica e destacando o papel das mulheres como protetoras da família, da liberdade e da justiça:

Em determinado momento, sentimos que era obrigação de todo cidadão brasileiro, que trabalha e produz levantar uma das mais nobres bandeiras de luta: a Anistia a todos os presos políticos, banidos e privados dos seus direitos, ou que foram punidos pela Lei de Segurança Nacional ou pelos atos de exceção editados a partir de 1964. (Boletim Maria Quitéria, 1977, p. 2).

Ao examinar os primeiros números do *Boletim Maria Quitéria*, sobretudo, os de 1977 é possível notar diversos aspectos relevantes, como a ênfase em debater as repercussões das demandas relacionadas à anistia. Dessa maneira, ele tornou-se a principal plataforma de debate do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), destacando a contínua importância de ressaltar sua pauta (Boletim Maria Quitéria, 1977):

Figura 10 - “Por que a nossa luta em favor da Anistia”



Fonte: Boletim Maria Quitéria, ano 1, número 1, 1977, p. 1.

A escolha de enfatizar a anistia na capa reflete a principal missão do boletim: a luta pela anistia que era um tema político e social de extrema importância na época, mas também a reafirmação que a causa estava centrada na lei e não em temas que orbitavam o movimento feminista tais como: como a igualdade de gênero e os direitos das mulheres dentre outras vertentes.

Nessa esteira, a edição inaugural trazia em destaque a pergunta central: "Qual a importância da luta pela Anistia?" Evidenciando a proposta de estabelecer um espaço de diálogo e reflexão entre o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e seus leitores. O editorial de abertura, intitulado "A temática de nossa luta e seu emblema", reafirmava esse objetivo ao articular os princípios que orientavam o movimento e o convite à participação ativa no debate político.

Nas primeiras páginas da primeira edição de 1977 do *Boletim Maria Quitéria* trouxe o seguinte enunciado: “Nós não somos feministas. Somos sim pela ampla participação de mulher na vida econômica, social e política do país” (Boletim Maria Quitéria, 1977, p. 2). Sinalizando então, o fim do desfecho entre o *Movimento Feminino Pela Anistia* e as integrantes feministas do jornal *Brasil Mulher*, como exposto outrora.

Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua. Mas acima de tudo esse três elemento: O conteúdo temático, o estilo e a construção composicional, estão indissolivelmente ligados no conjunto do enunciado (Bakhtin, 2016, p. 11).

É elementar que o (inter)discurso é um eixo da memória, tendo em vista que esse é o responsável por desempenhar um papel crucial na criação de significados a partir dos enunciados já existentes (Pêcheux, 2009). Partindo dessa premissa, o linguista russo, autor de *Gêneros do discurso* (2016), entende que o uso da linguagem é uma estratégia de definir e dialogar com a sociedade em que se encontra. Neste sentido, no *Boletim Maria Quitéria* essa questão ficava nítida na seleção das matérias, no recorte feito com antecedência e, como observado, nos enunciados os quais costumavam ter características que buscavam tecer críticas ao regime militar, como também o reconhecimento social para a causa do Movimento Feminino Pela Anistia estava engajado. Para isso, era constante a manobra das matérias que desvinculasse o MFPA de toda e qualquer semelhança ao movimento feminista.

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente a importância de uma abordagem que contemple simultaneamente o desenvolvimento do movimento e a imagem pública que ele (o boletim) buscava construir. Nele, é possível identificar a elaboração de uma representação do movimento como essencialmente familiar, o que se manifesta tanto nos textos quanto nas imagens veiculadas a este veículo de comunicação, reforçando uma identidade intrínseca aos papéis tradicionais atribuídos às mulheres como mães, esposas e cuidadoras, ao mesmo tempo em que reivindicavam espaço na esfera política.

Pois, ao refletirmos sobre o sujeito histórico, torna-se evidente que ele nunca atua de forma isolada ou neutra. Todo autor está, inevitavelmente, (co)relacionado com o outro no momento em que escreve — seja esse "outro" o contexto histórico, o interlocutor implícito ou as disputas simbólicas do tempo (Ortiz, 2019). Esse processo se manifesta nas escolhas narrativas, nos processos de criação, nos posicionamentos ideológicos e nas interações que atravessam o texto revelando a historicidade e a complexidade do ato de narrar.

Dessa maneira, compreendemos que a dicotomia emissor-receptor dos veículos de comunicação (jornais, periódicos, boletins, etc.) estão inseridos em um processo contínuo de construção e reconstrução de significados como foi apresentado nas figuras pela linguagem verbal (palavras) e não-verbal (imagem). Ambos contribuem ativamente para a produção de sentidos, subjetividades e interpretações da realidade, evidenciando a natureza dinâmica, relacional e dialógica da comunicação (Ortiz, 2019).

Logo, temos na persona de Maria Quitéria, figura histórica de coragem e resistência, a simbologia da luta constante e a força necessária para alcançar a anistia. Contudo, esta abordagem mostra um afastamento do movimento feminista, pois a figura de Maria Quitéria, embora abstrata, não está relacionada com as causas feministas contemporâneas.

Adicionalmente, é relevante ressaltar o cuidado com o discurso. Como o MFPA buscava se comunicar com seu público. Uma das áreas do informativo, voltada para as trocas de mensagens, evidenciava o êxito do movimento em favor da anistia, destacando a participação ativa e o respaldo da comunidade. As páginas do Boletim não apenas discutiam os desdobramentos da anistia, como também enfatizavam a necessidade de manter essa interação regular com a sociedade (Boletim Maria Quitéria, 1977). Neste sentido, conforme Michel Foucault:

O discurso agora não era o fim de um diálogo, mas sim um meio de chegar ao poder, ou seja, [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar (Foucault, 1996, p. 10).

Tecer narrativas sobre o passado é comparável a desmontar e montar as peças de um quebra-cabeça; é como estar sempre vendo por intermédio dos olhos de alguém que já se foi; é narrar sobre um período em que só podemos vislumbrar por meio de vestígios deixados pelos seres humanos ao longo do tempo. Afinal, na história não há apenas o certo e o errado, mas uma infinidade de nuances. E é por via desse enfoque que analisamos os vestígios deixados por indivíduos no decorrer temporal em busca de uma reconstrução contínua da história (Didi-Huberman, 2015).

Outrossim, é evidente que isso pode acontecer com as imagens - qualquer imagem pode ser usada como uma evidência histórica; toda e qualquer imagem pode ser usada, todavia necessita-se uma série de cuidados ao trabalhar com imagens, sejam elas de periódicos, livros, discos, cartas, revistas ou *web sites*. Tais materiais não transmitem informações, mas proporcionam certo prazer estético. Dessa maneira, o imagético pode ser considerado como um

elemento que conserva a memória coletiva²⁷, refletindo diversas ideias e pensamentos que resistem ao tempo por via de sua forma física.

Assim como os discursos contidos no *Boletim Maria Quitéria*, o aspecto visual também desempenha um papel relevante em nossa análise. Expoentes como Didi-Huberman (2015) e Roland Barthes nos fornecem um importante aparato metodológico que possibilita trabalhar com imagens. Nesse campo fértil, Barthes destacou a natureza da fotografia e das imagens, refletindo sobre elas como um conjunto de decisões; investigando sua autoria, intenções e contexto. Deste modo, a imagem passa a ser compreendida como um conjunto complexo de escolhas, intenções e circunstâncias (*studium*) que moldam e influenciam a criação, a percepção e a interpretação fotográfica (Barthes, 1984).

Nessa atmosfera entendemos que os discursos e o imagético produzidos pela imprensa alternativa, pelo prisma daquele contexto ditatorial, atuava não apenas como testemunha, mas também como criadores de narrativas históricas. A este respeito, destacamos que:

Conhecer a história através da imprensa pressupõe um trabalho com método rigoroso, tratamento adequado da fonte e reflexão teórica. Sem esses ingredientes corre-se o risco de repetir para o leitor, aliás sem o charme do jornal, a história que ele conta (Capelato, 1998, p. 23).

Nesse sentido, o impresso - enquanto um artefato - costuma ultrapassar a vida de seus produtores originais, é um objeto que expressa o passado “de forma profunda e sensorialmente convincente” (Meneses, 1998, p. 90). Ao analisar o periódico *Maria Quitéria*, inferimos que ele teve um papel de extrema relevância na disseminação das ideias em prol da anistia ampla e geral, bem como por sua importância no contexto da imprensa alternativa e suas diversas interpretações sobre a abordagem política em que estava envolvido.

²⁷ Assim, é completamente pertinente utilizar o conceito de "memória enquadrada", conforme proposto por Henry Rousso, como uma abordagem mais precisa do que simplesmente "memória coletiva" (Pollak, 1989, p. 9).

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como principal finalidade visibilizar a participação política de mulheres do MFPA na promulgação da Lei de Anistia durante as década de 1970. No cerne dessa discussão, as mulheres tiveram um papel essencial ao confrontar os governos opressores, denunciando as injustiças do sistema repressivo que levaram à prisão, à tortura e à morte de muitos ativistas. Nesse interim, mães, esposas, irmãs e familiares assumiram um papel proeminente, usando os estereótipos tradicionais de gênero como uma forma de proteção perante à vigilância constante e da repressão dos regimes ditatoriais.

A partir desses pressupostos, no Brasil, podemos citar a importância do Movimento Feminino Pela Anistia que teve sua origem em 1975, sendo formado por mulheres e devidamente legalizado conforme as leis em vigor, com estatuto registrado em cartório. Isto durante o período de repressão ditatorial, num momento em que os protestos eram expressamente proibidos.

Inicialmente, o movimento pela anistia buscava promover a paz e a união do povo brasileiro. Assim, dessa forma, defendia os direitos humanos e se opunha ao governo ditatorial, incentivando sempre a moderação e o diálogo, posto que era composto por mulheres sem filiação partidária. Logo, o MFPA foi reconhecido como um pioneiro grupo de resistência, atuando em prol da anistia política em meio à ditadura civil-militar.

Buscando compreender a despolitização das ações políticas do MFPA, percebemos que há construção estereotipada das representações sociais de gênero, sendo uma espécie de estratégia para um jogo político em sua campanha, especialmente, no que diz respeito ao âmbito familiar transcendendo ao público, paulatinamente. Sendo assim, as estratégias de gênero foram integradas à campanha em prol da paz, união e harmonia da família brasileira, as quais só poderiam ser alcançadas por meio da promulgação da anistia.

Em suma, o MFPA constitui-se em meio a encontros e desencontros, entre o discurso e a prática, sobretudo, com o usufruto do *Boletim Maria Quitéria* e *Jornal Basil Mulher*. Suas ações eram conjugadas por meio da ideologia de gênero com a finalidade estratégica de mecanismo de defesa. Com ações e atos em prol da anistia, Therezinha Zerbini, ativista-mor, mobilizou mulheres em diversas regiões do país para constituir pequenos núcleos do movimento. Por meio desses núcleos, o MFPA realizava denúncias, reuniões e conferências, levando o discurso da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Diante o exposto, acreditamos que as reflexões expostas ao longo dos capítulos ratificam a importância que teve o MFPA – baluarte da bandeira da Anistia, da participação

feminina num momento crucial da história do Brasil e de certa maneira nos fazendo pensar a Lei de Anistia como um marco importante para a redemocratização do Brasil, como também na geração de debates e controvérsias sobre a justiça e a reparação às vítimas dos crimes da ditadura, pauta ainda em voga na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, R. T. dos S. **Políticas de memórias no Brasil e na Argentina**. Florianópolis: Debate- UFSC, 2021.
- ALVES, M. H. M. **Estado de Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- ARAÚJO, A. M. P. N. A ditadura civil-militar em tempo de (in)definições (1964-1968). *In*. MARTINHO, F. C. P (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.
- ARAÚJO, M. P. N. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ARAÚJO, M. P.; SILVA, I. P. da.; SANTOS, D. dos R. (Orgs.). **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. Rio de Janeiro: Ed. Ponteiro, 2013.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016. p. 11.
- BARTHES, R. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BAUER, C. S. As políticas de memória e de esquecimento sobre as ditaduras argentina e brasileira através das rememorações dos golpes civil-militares. *In*: ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, **Anais**, São Paulo, julho 2011a.
- BAUER, C. S. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos países**. 2011. 446 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011b.
- BOURDIEU, P. **O poder Simbólico**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 11.
- BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 ago. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 04-06-2023.
- BURKE, P. **A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo, UNESP, 1992.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1998. p. 23.
- CARBONI, M. C. C. **Maria Quitéria: o Movimento Feminino Pela Anistia e sua imprensa (1975-1979)**, 2008. 1v. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História. São Paulo-SP, 2008.

CARDOSO, E. da P. **Imprensa feminina brasileira pós-1974**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Programa de pós-graduação em jornalismo, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2004.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

COLLING, A. M. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2006.

COLLING, A. M. **As mulheres e a ditadura militar no Brasil**. Salvador - BA: Ministério Público da Bahia, 2004. Disponível em: <https://dspace.sistemas.mpba.mp.br/jspui/bitstream/123456789/553/1/As%20mulheres%20e%20a%20ditadura%20militar%20no%20Brasil%20%20Ana%20Maria%20Colling%2c%202004%20.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2023.

COMBLIN, J. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CORDEIRO, J. M. **Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

DALLARI, D. de A. Crimes sem anistia. In: TELES, J. (Org.) **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001. p. 33.

DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

DEL PORTO, F. B. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania**. 2002. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. p. 87.

DIDI-HUBERMAN, G. **Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 231.

DUARTE, A. R. F. **Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. 2009. 231 f. Tese (Doutorado) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DUCCINI, F. M. B. **A luta pela anistia na Bahia: do movimento feminino pela anistia ao Comitê Brasileiro Pela Anistia (1975 a 1979)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017.

FICO, C. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 317.

FICO, C. (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FOUCAULT, M. **Ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996. p. 10.

FUCHS, I. M. Movimento feminino pela anistia: sua memória gráfica e seus impasses. *In: Revista Ágora*, Vitória, n. 28, p. 28-42, 2018.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b. p. 134.

GRECO, H. A. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. 2ed., 8ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2003.

HOLLANDA, H. B. de. **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Bazar do Tempo, 2009.

JELIN, E. **Las tramas del tiempo**: familia, género, memorias, derechos y movimientos sociales. Buenos Aires: Clacso, 2020.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España, 2009.

JELIN, E. Mulheres e os direitos humanos. *In: Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, v.2, n. 3, p. 117-149, 1994.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

LEITE, Paulo Moreira. **A mulher que era o general da casa**: histórias da resistência civil à ditadura. Porto Alegre: Arquipélago, 2012.

LOURENÇO, M. H. B (et al.). Movimento Feminino Pela Anistia e as Mobilizações pela Anistia nos núcleos do Ceará, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de Minas Gerais (1975-1979). *In: PEREIRA, Andre Ricardo Valle Vasco (et al.). Das utopias ao autoritarismo*: historiografia, memória e cultura. Santa Catarina: Editora Milfontes, 2019.

MARTINS, E. R. **História pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2015.

MAUGERI NETO, J.; ALMEIDA, F. A. de. Varre, varre, vassourinha. Intérprete: GERARDI, A. *In: MEMORIAL da democracia*. 2015-2017. Jingle lançado em 1960. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/um-presidente-da-udn-um-vice-do-ptb>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

MENESES, U. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *In: Revista Estudos Históricos*, vol. 21, 1998. p. 90.

MICHEL, J. Podemos falar de uma política do esquecimento? *In: Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 2, n. 3, ago. - nov. 2010, p. 14-26.

NAPOLITANO, M. **1964: a história do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2018.

ORTIZ, J. A. Judith Butler e a performatividade de gênero: entre a filosofia e a política. *Revista TEL*, Irati, v. 10, n. 2, p. 9–22, jul./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5935/2177-6644.20190017>.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5ed. Campinas: Pontes, 2009.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2005.

PESAVENTO, S. J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 39.

PINSKY, C. B. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *In: Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

QUADRAT, S. V. A ditadura civil-militar em tempo de (in)definições (1964-1968). *In: MARTINHO, Francisco C. P. Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

RAGO, M. As mulheres na historiografia brasileira. *In: SILVA, Z. L. (Org.). Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

RAGO, M (Org.). Apresentação - Desejo de Memória. *In: Dossiê Memórias insubmissas: mulheres nas ditaduras latino-americanas*. jan./dez., 2009. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/marga.htm>. Acesso em: 4. ago. 2023.

RAMOS, M. V. R. **Mortes Roubadas: o luto dos familiares de desaparecidos políticos no Brasil**. 2017. 182f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017, p. 4.

RÉMOND, R. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 17.

RIBEIRO, D. F. **A anistia brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia**. 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. p. 17.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROLLEMBERG, D. **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Europa. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

ROLLEMBERG, D. A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968 1974). In: MARTINHO, F. C. P. (Org.). In: **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006. p. 143–152.

ROMERO, L. A. A memória, o historiador e o cidadão. A memória do Processo argentino e os problemas da democracia. In: **Revista de História TOPOI**, v. 8, n. 15, p. 9-23, jul./dez. 2007. p. 11.

ROVAI, M. G. de O. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). In: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 108-132, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013108>. Acesso em: 30. ago. 2023.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria de análise útil à análise histórica. In: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99. jul./dez., 1995.

SILVA, M. da. **O Movimento Feminino Pela Anistia**: o engajamento e a participação das mulheres catarinenses entre 1975 e 1979, 2015. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SILVA, M. S. da. **A lei da anistia brasileira**: embates na ditadura civil-militar. 2014. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

SILVA, J. B. T. **Passar o passado a limpo [manuscrito]**: memória, esquecimento, justiça e impunidade no Brasil pós-ditadura: da anistia à Comissão Nacional da Verdade. **2021**. 274 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2021.

STEINKE, S. **A repressão política na fronteira Uruguaiana** - Paso de los Libres no final da década de 1970. 2016. vi, 202 f., il. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TELES, M. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999

ZERBINI, T. G. **Anistia**: semente da liberdade. São Paulo: Salesianas, 1979.

ZERBINI, T. G. A ‘burguesa’ que foi a luta. Depoimento à Eleonora de Lucena. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. [01 jul. 2012]. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/51985-a-burguesa-que-foi-a-luta.shtml>. Acesso em: 29 de maio. 2022.

Fontes

- Jornal Pasquim, nº 418, de 8 a 14 de julho de 1977
- Maria Quitéria: boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano I, n 1, 1977.
- Maria Quitéria: boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano I, n 2, 1977.
- Maria Quitéria: boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano 2, n 3, 1978.
- Maria Quitéria: boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano 3, n 4, 1979.

ANEXO A – Exemplar do Maria Quitéria: boletim do Movimento Feminino pela Anistia



ANEXO B – (Manchete) Idibal Piveta, “Anistia não é perdão é um direito do povo”

luta, após 4 anos de luta pela Anistia, nesta hora histórica que vivemos, vem

cultura, valores e comportamentos, mas grave problema presente da nossa sociedade pelos efeitos do regime, um e que para nós assume o caráter de uma

inimidade do poder, saíram a Constituição não é só contra pessoas, mas, em sendo armado, consideramos-se num o alito, os comportamentos do arbítrio contra as liberdades, impõem, trabalharmos da Constituição da Nação que se Direito. A Nação estancou-se face à

dos, como a UME que tantas páginas de

da pelo movimento trazia escrita a luta e a volta a uma Democracia mais pura e

da com o Ato Institucional nº 3, a 13 de

o amenizar o circunstanciar conflitos - o

ação da violência, a prudência ante do

admitir, aqueles desesperanças com

de segurança amotavam que o estado

dena a sua origem, a sua razão gene

de caráter restrito. Resalta a ambigui

o governo, inculpar a Constituição

da Anistia não pode de fronte do princípio

das condições uma luta política sem

comprometa: será legal, mas não legítima,

se tornam vencidos, a luta continuará,

presente como grave: inflação acentua

liberdade de ação, segundo a ideologia

indica, mantendo o governo sua posi

Lei de Segurança Nacional e pela incor

de nossa vida. Temos clareza em consi

de os senhores da cidade, do campo, de

reções graças por 15 anos de arbitrio

metria pavor.

" Anistia não é perdão é um direito do povo "

IDIBAL PIVETA

Idibal Piveta, advogado da justiça política há 11 anos, ex-Presidente em exercício da UME e dramaturgo, concedeu entrevista ao jornalista Ray Viga, do jornal Última Hora, sobre Anistia.

O que é anistia?

Anistia é um benefício que apaga todos os fatos ditos criminosos. É uma forma de se colocar nos fatos no esquecimento perpétuo. Uma análise mais detalhada do crime político mostra que no Brasil nenhum jurista se apegou a conceitos. Tiradentes no seu tempo foi considerado um criminoso político, foi enforcado, salgado, etc. Hoje ele é um herói nacional. Tiradentes cometeu um crime considerado político no seu tempo, mas a história demonstrou exatamente o contrário.

No que se baseia a constituição da segurança nacional?

O conceito de segurança nacional baseia-se em leis de exceção como o Decreto 477, a Lei de Imprensa, a Lei da Ligeira Nacional, a Lei Anti-Cerveja e a própria Lei de Segurança Nacional. Todas essas leis de exceção são ilegítimas, porque não são feitas através do único poder que pode emanar leis, o Congresso (Poder Legislativo). Essas leis ilegítimas são ditadas pelo executivo ao sabor de circunstâncias do momento.

A anistia é perdão? E por que ela deve ser plena e ampla?

A anistia para alcançar todos os seus objetivos tem que ser ampla e plena, pois é um ato de governo que tentam obter conciliação nacional. Anistia por ser esquecimento não se identifica com perdão, e também não é uma dívida. Anistia é uma conquista do povo em face do respeito aos direitos humanos. O movimento de anistia que vem de vários anos, está hoje à crista de um amplo trabalho de esclarecimento da opinião pública. O movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita serve para comprovar as boas ou más intenções de um governo que se inicia. No caso brasileiro, poderemos medir as intenções e as dimensões da conciliação nacional proposta pelo general Figueiredo, através da anistia que ele pretende conceder.

Como podemos ver a proposta do governo da anistia restrita?

A anistia restrita tem sido colocada em dois termos: 1) "Anistia para todos, menos para os militares e criminosos de sangue e militares envolvidos em crimes de sangue e militares envolvidos em crimes de sangue e militares envolvidos em crimes de sangue". Na mesma opinião, a anistia restrita em duas formas é um benefício para dois privilegiados pelas leis de exceção que sem dúvida elas estão a esvaziar o movimento nacional de anistia ampla, geral e irrestrita.

Esta anistia restrita tem caráter de esmola, que não beneficia ao povo brasileiro e não demonstra nenhuma intenção de promover uma conciliação nacional.

Qual é o objetivo político de uma anistia ampla, geral e irrestrita?

A anistia plena deve ser considerada como uma etapa para a construção de um estado de direito, onde sejam respeitados todos os direitos dos 110 milhões de brasileiros. É uma anistia que condena todo o povo brasileiro a conseguir justiça social.

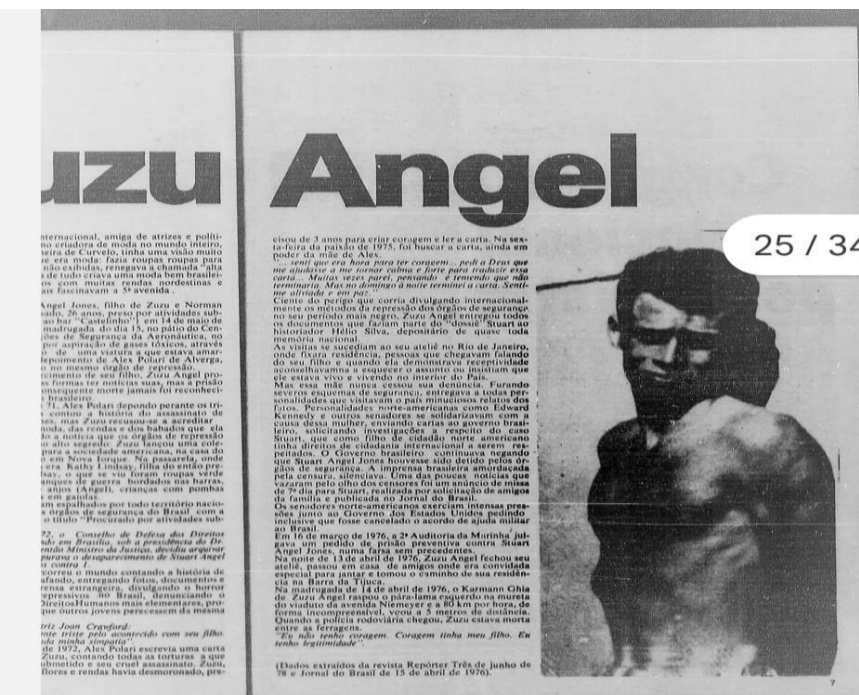
Por que obter a anistia plena para trazer de volta banidos e exilados?

Os exilados são elementos que defendem os interesses populares e têm como perspectiva defender melhores condições de vida para todos os brasileiros.

É importante a volta de Brizola, mas talvez seja mais importante a volta de elementos como Maria da Conceição, operária de Cuiabá, José Bonfatti, operário de Osasco, Argemiro Pereira e Manoel da Nascimento, operários de Osasco. A experiência desses brasileiros e de muitos outros em questões populares permitirá que nos organizemos em busca da defesa dos interesses dos 110 milhões de brasileiros.

21 / 34

ANEXO C – Caso Zuzu Angel em tela (Boletim do Movimento Feminino pela Anistia)



ANEXO D – Os Núcleos e os Novos Comitês de Anistia

8



NÚCLEOS

PERNAMBUCO

No dia 2 de dezembro de 1977 foi feita uma vigília em solidariedade e defesa dos direitos humanos dos presos políticos de Itamaracá e pela anistia ampla e irrestrita. Foi realizada na igreja da Boa Vista, com a participação de várias entidades.



No dia 10 de dezembro de 1977, em conjunto com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, da Arquidiocese da Paraíba, o núcleo pernambucano fez a comemoração do 30º aniversário da assinatura da Declaração dos Direitos Humanos, no Colégio Lurdinas.

CEARÁ

No dia 3 de julho de 1977 o Núcleo de Fortaleza promoveu uma discussão pública sobre a Constituinte, quando foram enviados de São Paulo, a pedido de sua Presidente, 500 exemplares de nosso "Maria Quitéria".

No começo de Maio de 1978, o Núcleo local fez uma Vigília na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, pelos presos políticos de Itamaracá, em conjunto com familiares de presos políticos.

SANTA CATARINA

No dia 25 de novembro de 1977, foi feita a instalação do Núcleo de Santa Catarina, na sede da Assembleia Legislativa. O novo núcleo organizou palestra sobre o tema "Anistia é Liberdade".

No dia 26 do mesmo mês, Dom Paulo Evaristo Arns falou na Assembleia Legislativa e fez conferência sobre Direitos Humanos. O Núcleo local esteve presente e fez parte da mesa.

SERGIPE

No dia 14 de maio de 1978, na sede da Assembleia Legislativa, foi inaugurado o núcleo do M.F.P.A. local. A Assembleia estava lotada. A Direção Nacional mandou documento que foi

lido e Dona Izabel Sant'Ana, Presidente do Núcleo da Bahia, designou a Vice-Presidente Angela Franco para representar o Núcleo Baiano e a Direção Nacional.

RIO GRANDE DO SUL

No dia 12 de dezembro de 1977, foi distribuída nota pelo Núcleo do Rio Grande do Sul, proclamando "os homens de boa vontade, organizações, sindicatos, e estudantes a se mobilizarem numa cruzada de solidariedade fraterna ao nosso compatriota Flávio Tavares que se encontra morando nos cárceres do Uruguai".

O Núcleo gaúcho mandou carta de agradecimento ao presidente Jimmy Carter por ter concedido asilo a Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, e que foi expulso do Uruguai em 19 de setembro.

No dia 12 de abril de 1978, o M.F.P.A. do Rio Grande do Sul e o setor jovem estadual do MDB promoveram a Semana da Anistia, que foi feita para ser relembrada a grande Anistia de 1945. As duas entidades organizaram uma conferência, seguida de debate livre sobre a Anistia, tendo como conferencista o Gal. Pery Bevilacqua, ex-Ministro do Superior Tribunal Militar. A conferência foi feita na Assembleia Legislativa.

Novos Comitês de Anistia

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA assumiu perante a Nação e a História a responsabilidade de ver deflagrada em 1975, "Ano Internacional da Mulher", a luta pela Anistia em nosso país, tendo como ideia a preliminar de pacificação, visando em última análise a Unidade da Nação.

Nunca tivemos a pretensão de comandar uma grande campanha pela Anistia, mas moveu-nos o desejo sincero de manter viva a chama, explicando o que é Anistia, o porque da Anistia e a necessidade de Anistia.

Foi com grande alegria que vimos brotar o fruto de nosso trabalho, através de Comitês, novos núcleos, movimentos diversos, todos pelo mesmo ideal de Liberdade e Justiça. Dentre estes movimentos e Comitês, o primeiro lançado oficialmente foi o "Comitê Brasileiro pela Anistia", em 14 de fevereiro de 1978, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, cuja Presidente é a Sra. Eni Raimundo Moreira, sendo no Rio de Janeiro sua sede.

Em 15 de abril de 1978, foi fun-

dado o Comitê Goiano pela Anistia, em Goiânia.

A 18 de Abril de 1978, em Salvador, foi lançado o segundo Comitê Brasileiro pela Anistia, que é regido por um colegiado.

Em 11 de maio, ainda dentro do clima vivido pelos advogados e estudantes, foi lançado o Comitê Estudantil Independente pela Anistia, de Curitiba.

A 12 de maio, foi lançado, na Câmara Municipal de São Paulo, o Comitê Brasileiro pela Anistia, seção São Paulo, que congrega várias entidades que lutam por Direitos Humanos, artistas, DCE-PUC, Arquidiocese de São Paulo, Movimento Feminino pela Anistia-SP, familiares de presos políticos, Movimento Unidade e Participação, CEBES e outras entidades afins, além de representantes, de várias comunidades.

A 13 de maio, ocorreu o lançamento, em Londrina, do Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Londrina, com a participação de jornalistas, advogados, profissionais liberais e estudantes.

A 14 de maio, foi lançado, na sede da Assembleia Legislativa de Sergipe, o núcleo sergipano do MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA, cuja Presidente é a assistente social Nubia Marques.

A 24 de maio, foi lançado um Comitê Independente no Rio Grande do Norte, composto por advogados, integrantes do CEBES e do MDB.

A 9 junho, ocorreu o lançamento do Comitê pela Anistia de Santos, no colégio São José.

A 16 de junho, foi lançado o Embrião do Comitê pela Anistia em São Carlos.

Em todos os lançamentos acima mencionados, o MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA se fez representar através de documentos e presença física.

No dia 18 de junho, foi feita a instalação do Comitê de Anistia de Brasília. Foi Presidente de honra Dom Thomaz Balduino, bispo de Goiás, que em sua fala afirmou que "a Anistia só seria possível com o fim dos atos exceção".